

**PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO  
PUC-SP**

**MONTEIRO LOBATO E O DISCURSO DO PETRÓLEO:  
O DESLOCAMENTO DA INSTITUIÇÃO LITERÁRIA PARA A ARENA  
DE DEBATES DA POLÍTICA ECONÔMICA**

**ISIS CRISTINA RAMANZINI**

**DOUTORADO EM LINGUÍSTICA APLICADA E ESTUDOS DA LINGUAGEM**

**SÃO PAULO  
2017**

**ISIS CRISTINA RAMANZINI**

**PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO  
PUC-SP**

**MONTEIRO LOBATO E O DISCURSO DO PETRÓLEO:  
O DESLOCAMENTO DA INSTITUIÇÃO LITERÁRIA PARA A ARENA DE  
DEBATES DA POLÍTICA ECONÔMICA**

Tese apresentada à Banca Examinadora da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo como exigência parcial para obtenção do título de Doutora em Linguística Aplicada e Estudos da Linguagem, sob a orientação da Prof.<sup>a</sup> Dra. Maria Cecília Pérez Souza-e-Silva.

**SÃO PAULO  
2017**

Banca Examinadora

---

---

---

---

---

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Catálogo da publicação  
Serviço de documentação de Linguística Aplicada e Estudos da Linguagem  
Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

Ramanzini, Isis Cristina.

*Monteiro Lobato e o discurso do petróleo: o deslocamento da instituição literária para a arena de debates da política econômica*/ Isis Cristina Ramanzini; orientadora: Maria Cecília Pérez Souza-e-Silva. São Paulo, 2017

Tese (Doutorado) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2017.

*Monteiro Lobato e o discurso do petróleo: o deslocamento da instituição literária para a arena de debates da política econômica*/ Isis Cristina Ramanzini. 1. ed. – São Paulo, SP, 2017.

Este trabalho foi produzido com auxílio de taxa pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Capes.

## **AGRADECIMENTOS**

À Fundação Capes, agradeço o apoio financeiro para o desenvolvimento desta pesquisa.

À Prof.<sup>a</sup> Dra. Maria Cecília Pérez Souza-e-Silva, a orientação durante esses anos. Levarei para toda a vida seus ensinamentos e serei sempre grata por sua generosidade.

Na mesma medida, agradeço aos Profs. Drs. Ana Raquel Motta de Souza, Luciana Salazar Salgado, Jarbas Vargas Nascimento e Silma Ramos Coimbra Mendes, que muito contribuíram com o presente trabalho.

Ao Programa de Linguística Aplicada e Estudos da Linguagem (LAEL), o cordial acolhimento.

Ao Grupo Atelier Linguagem e Trabalho, cujas contribuições foram fundamentais para o desenvolvimento da pesquisa.

À Université Paris Sorbonne IV, o acolhimento durante o estágio-sanduíche, e particularmente ao Prof. Dr. Dominique Maingueneau, meu co-orientador no exterior.

Ao meu pai, Haroldo, e à minha mãe, Sônia, o apoio incondicional.

Aos meus irmãos e amigos, Haroldo e André.

## RESUMO

Esta tese tem por objetivo compreender, a partir de uma perspectiva enunciativo-discursiva, a atuação e o engajamento político e econômico do escritor Monteiro Lobato em defesa da causa petrolífera no Brasil. Seu amplo e decisivo exercício como intelectual no contexto sociocultural brasileiro se configura em várias publicações aqui denominadas *discurso do petróleo*. Visando também a contribuir para o estreitamento das relações entre os estudos discursivos e literários, delimitou-se, como objeto de estudo, três publicações de Lobato referentes à temática do petróleo, que se encontram no entrecruzamento entre a literatura geral e a literatura infantil: o prefácio de *A luta pelo petróleo*, livro de Essad Bey lançado no Brasil em 1935; *O escândalo do petróleo e ferro*, publicação datada de 1936; e *O poço do Visconde*, obra de 1937 destinada ao público infantojuvenil. Do ponto de vista teórico-metodológico, foram mobilizados alguns procedimentos e conceitos propostos e desenvolvidos por Dominique Maingueneau em várias de suas obras – paratopia, interdiscurso, cenas da enunciação, *ethos*, autoridade, discurso e prática discursiva –, além de algumas contribuições da abordagem ergológica. O estudo propiciou uma nova avaliação do discurso do petróleo produzido por Monteiro Lobato no seu deslocamento da instituição literária para a arena de debates da política econômica. Revelando um homem de múltiplas atividades situado num espaço paradoxal e porta-voz de um grupo de renovação e ruptura, cuja legitimidade intelectual e influência junto ao público possibilitaram a promoção das suas próprias convicções ideológicas e políticas num momento crucial da história do Brasil, as referidas obras de Monteiro Lobato vêm corroborar o seu discurso em defesa do desenvolvimento e da independência financeira do país mediante a prospecção petrolífera.

**Palavras-chave:** Monteiro Lobato. Discurso do petróleo. Perspectiva enunciativo-discursiva. Abordagem ergológica.

## ABSTRACT

This dissertation aims to investigate, based on an enunciative-discursive perspective, the action and the political and economic engagement of the writer Monteiro Lobato in defense of the oil cause in Brazil. His broad and decisive exercise as an intellectual in the Brazilian sociocultural context is revealed in many publications that were called, here, *oil discourse*. With the purpose of contributing to strengthen the relations between discourse studies and literary studies, three of Lobato's publications approaching the oil theme were delimited as the object of study of this dissertation. Such publications are at the crossroads between general literature and children's literature: the preface of *A luta pelo petróleo* [*Flüssiges gold*], by Essad Bey, a book released in Brazil in 1935; *O escândalo do petróleo e ferro* [The scandal of oil and iron, published in 1936; and *O poço do Visconde* [The Viscount's well], published in 1937, targeted at children and adolescents. From the theoretical-methodological point-of-view, some procedures and concepts proposed and developed by Dominique Maingueneau in many of his works were used in this study – *paratopia*, *interdiscourse*, *enunciation scenes*, *ethos*, *authorship*, *discourse* and *discursive practice* –, as well as some contributions provided by the ergologic approach. The study fostered a new evaluation of the *oil discourse* produced by Monteiro Lobato when he moved from the literary institution to the arena of discussions concerning the economic policy. Monteiro Lobato's works studied here reveal a man of multiple activities located in a paradoxical space, and a spokesperson for a group of renovation and rupture, whose intellectual legitimacy and influence on the public enabled him to promote his own ideological and political convictions in a crucial moment of Brazil's history. These works corroborate his discourse in defense of the country's development and financial independence through oil prospecting.

**Keywords:** Monteiro Lobato. Oil discourse. Enunciative-discursive perspective. Ergologic approach.

## RÉSUMÉ

Cette thèse a pour objectif de comprendre, à partir d'une perspective énonciatif-discursive, l'action et l'engagement politiques et économiques de l'écrivain Monteiro Lobato en défense de la cause pétrolière au Brésil. L'exercice ample et décisif de sa fonction d'intellectuel dans le contexte socio-culturel brésilien est configuré dans diverses publications dénommées ici *discours du pétrole*. Visant aussi à contribuer au resserrement des relations entre les études discursives et littéraires, nous avons délimité comme objet d'étude trois publications de Lobato concernant la thématique du pétrole, qui se trouvent dans l'entrecroisement de la littérature générale et de la littérature enfantine: la préface de *A luta pelo petróleo* [*La lutte pour le pétrole*], d'Essad Bey, livre qui fut lancé au Brésil en 1935; *O escândalo do petróleo e ferro* [*Le scandale du pétrole et du fer*], publication datée de 1936; et *O poço do Visconde* [*Le puits du Vicomte*], œuvre de 1937, destinée au public d'enfance et de jeunesse. Du point de vue théorique et méthodologique, nous avons mobilisé quelques procédés et concepts proposés et développés par Dominique Maingueneau dans plusieurs œuvres – *paratopie, interdiscours, scènes d'énonciation, éthos, image d'auteur, discours et pratique discursive* –, en plus de quelques contributions de l'approche ergologique. L'étude a permis une nouvelle évaluation du *discours du pétrole* produit par Monteiro Lobato dans son déplacement de l'institution littéraire vers l'arène de débats de la politique économique. Révélant un homme aux multiples activités situé dans un espace paradoxal et porte-parole d'un groupe de rénovation et de rupture dont la légitimité intellectuelle et l'influence sur le public ont rendu possible la promotion de ses propres convictions idéologiques et politiques à un moment important de l'histoire du Brésil, les œuvres de Monteiro Lobato mentionnées corroborent son discours en défense du développement et de l'indépendance financière du Brésil moyennant la prospection pétrolière.

**Mots-clés:** Monteiro Lobato. Discours du pétrole. Perspective énonciatif-discursive. Approche ergologique.

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	11
<b>1 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA</b> .....	17
1.1 CONCEITOS FUNDAMENTAIS NAS DIMENSÕES DA ANÁLISE DO DISCURSO .....	17
1.2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS.....	24
<b>2 CONSTITUIÇÃO DO DISCURSO DO PETRÓLEO</b> .....	27
2.1 PREFÁCIO DE A LUTA PELO PETRÓLEO – 1935.....	27
2.2 O ESCÂNDALO DO PETRÓLEO – 1936.....	31
2.3 O POÇO DO VISCONDE – 1937 .....	42
<b>3 CONDIÇÕES DE PRODUÇÃO DO DISCURSO DO PETRÓLEO</b> .....	55
3.1 LOBATO NA AMÉRICA DO NORTE.....	55
3.2 NO CONTEXTO DO BRASIL .....	61
3.3 O CAPITÃO DA INDÚSTRIA EM ATIVIDADE .....	66
<b>4 DIMENSÕES DISCURSIVAS PARA A INVESTIGAÇÃO DO DISCURSO DO PETRÓLEO</b> .....	73
4.1 PARATOPIA CRIADORA: UM ESCRITOR ATUANTE NO CENÁRIO DA POLÍTICA ECONÔMICA .....	73
4.2 AS ARTICULAÇÕES DA INTERDISCURSIVIDADE.....	86
4.3 A INTEGRAÇÃO DAS CENAS DE ENUNCIÇÃO.....	90
4.4 O <i>ETHOS</i> DISCURSIVO E A CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE DE MONTEIRO LOBATO.....	97
4.5 O AUTOR NO UNIVERSO DOS DISCURSOS .....	106
4.6 O DISCURSO E A PRÁTICA DISCURSIVA: O ESCRITOR E O EMPRESÁRIO .....	113
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	117
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	123

## INTRODUÇÃO

Contista, ensaísta e tradutor, José Bento Renato Monteiro Lobato – ou somente Monteiro Lobato, conforme a alcunha pela qual se tornou amplamente conhecido e ainda hoje é referenciado – foi um dos escritores brasileiros mais emblemáticos do século XX. Peculiaridade esta que, por si só, costuma ser relevante o bastante para justificar o grande número de pesquisas que, dentro e fora do meio acadêmico, versam sobre a sua trajetória e/ou sobre as suas obras. Todavia, não obstante o significativo número de estudos que já foram e que lhe continuam sendo dedicados, uma busca realizada no Google Acadêmico e nas bibliotecas digitais da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), da Pontifícia Universidade Católica de Campinas (PUC-Campinas), da Universidade de São Paulo (USP), da Universidade Estadual Paulista (Unesp) e da Universidade de Campinas (Unicamp), bem como – posteriormente – no endereço eletrônico da Bibliothèque Interuniversitaire de la Sorbonne, não registrou resultados que tratassem das obras de Lobato sob a perspectiva discursiva, abordagem adotada para a viabilização deste trabalho cuja proposta reside na possibilidade de evidenciar as relações entre os estudos linguísticos e literários.

No que tange a essa proposta, mais especificamente, cumpre acrescentar que há, em certa medida, uma continuidade aos estudos de literatura infantil realizados na dissertação de mestrado sob o título *Cecília Meireles e os problemas da literatura infantil: uma abordagem discursiva* (RAMANZINI, 2012), oportunidade na qual encontramos na Análise do Discurso um campo teórico-metodológico fecundo, no qual novamente nos inspiramos para o levantamento e o estudo de problemas relacionados às condições sócio-históricas, mas sem deixar para segundo plano as características do texto literário.

Dessa forma é que, mediante a análise das obras de Monteiro Lobato que serão elencadas mais adiante, interessa-nos privilegiar os estudos discursivos dos textos literários. Para tanto, orientamo-nos pela revisão do fenômeno literário à luz das obras de Dominique Maingueneau (1984/2008a; 2001; 2006/2008c; 2010) e de outras que complementam a nossa análise sob o viés enunciativo-discursivo, além de algumas contribuições advindas da abordagem ergológica,

dada a nossa integração ao Grupo Atelier Linguagem e Trabalho (CNPq)<sup>1</sup> do Programa de Pós-Graduação em Linguística Aplicada e Estudos da Linguagem (LAEL) oferecido pela PUC-SP.

No que concerne à definição do *corpus*, as obras selecionadas para análise acompanham a própria trajetória de Lobato, motivo pelo qual se fez necessário, antes mesmo de passarmos aos títulos, reunir aqui alguns dos principais acontecimentos que marcaram a sua biografia.

Nascido em 1882 na cidade de Taubaté, interior de São Paulo, Monteiro Lobato formou-se em Direito e exerceu o cargo de promotor público até se tornar fazendeiro, ocupação que assumiria por ocasião da herança que lhe fora deixada por seu avô. Já consoante o seu novo estilo de vida é que viria a publicar os seus primeiros contos em jornais e revistas, posteriormente reunindo uma série deles no livro *Urupês* (1918), considerado a sua obra-prima devido à projeção da imagem de Jeca Tatu<sup>2</sup> no cenário da cultura brasileira.

Precursor nas edições de livros didáticos e infantis em território nacional – publicações antes editadas em Paris ou Lisboa –, sua experiência como editor suscitou o reconhecimento das elites para a atividade editorial, ainda pouco conhecida e divulgada no Brasil até ali. Além disso, o renomado taubateano também se destacaria como precursor da literatura infantil brasileira, haja vista que os livros para crianças que então circulavam no mercado provinham de escritores como Charles Perrault, Jean de La Fontaine e Hans Christian Andersen.

Como escritor, Lobato percebia o atraso envolvendo toda a confecção do livro, o que se dava tanto pela falta de livrarias como pela ausência de estrutura para o acesso a essas publicações em diferentes partes do país. Quanto aos livros, ele os imprimia em pequenas oficinas de jornais, tal como o fez com a

---

<sup>1</sup> Liderado pela Prof.<sup>a</sup> Dra. Maria Cecília Pérez Souza-e-Silva, o Grupo Atelier Linguagem e Trabalho (CNPq) é formado por doutorandos e mestrados do LAEL-PUC-SP e por pesquisadores de outras Instituições de Ensino Superior (IES), como Uerj, UFF, PUCRS, UFPA, Unifran e UTFPR, tendo por foco o estudo dos mecanismos de produção e interpretação de textos que circulam em diferentes esferas de atividade: midiática, religiosa, política, educacional, literária e, particularmente, daqueles relacionados ao tema trabalho.

<sup>2</sup> Foi em 1914, num artigo publicado pelo jornal O Estado de S. Paulo, que Jeca Tatu, conhecido como "o caipira brasileiro", apareceu pela primeira vez nos escritos de Monteiro Lobato. Sem poupar acidez, o escritor fala do seu assombro com a figura do caboclo que vive no Vale do Rio Paraíba do Sul e não se interessa por buscar conhecimento ou melhorar de vida, definindo-o como "parasita da terra" (KUBASKI, 2012).

obra *Urupês*; como editor, teria na Revista do Brasil<sup>3</sup> a sua primeira experiência, conhecedor que era do meio literário e amigo de escritores.

Assim, contempladas tão importantes atuações é que, para Nunes (2000, p. 5), “talvez nenhum outro escritor patricio tenha conseguido popularidade tão grande como esse ilustre paulista”, cujo nome encontra-se inscrito na história literária:

O papel que Lobato exerceu na cultura nacional transcende de muito a sua inclusão entre os contistas regionalistas. Ele foi, antes de tudo, um intelectual participante que empunhou a bandeira do progresso social e mental da nossa gente. E esse pendor para a militância foi se acentuando no decorrer da sua produção literária (BOSI, 1970, p. 242).

Para o letrado, a atividade de escritor era um modo de criar debates e participar das discussões vigentes. Inclusive, foi a propósito desses debates e discussões que, ao rever o seu posicionamento sobre Jeca Tatu – o caipira brasileiro –, ele concluiu que os males da nação não eram causados pela preguiça, mas pelo latifúndio, conclusão que o levaria à defesa da reforma agrária – reivindicação, por sua vez, já polêmica à época.

Não bastasse a distinção conquistada no cenário cultural, Monteiro Lobato ainda atuou como empresário, reunindo capital de pequenos investidores a fim de encontrar petróleo no subsolo brasileiro. Para tanto, dirigiu companhias petrolíferas, como a Companhia Petróleos Brasil, a Companhia Petróleo Nacional, a Companhia Mato-Grossense de Petróleo e, indiretamente, a chamada Companhia Cruzeiro do Sul, além de firmar parcerias com outras empresas.

Nesse contexto foi que, em 1927, nomeado adido comercial nos Estados Unidos, Lobato se deslocou para este país, onde entrou em contato com o universo das grandes multinacionais, ensejo a partir do qual ele passaria a sugerir inovações à sociedade brasileira. Acerca desse momento, os interesses empresariais do escritor talvez se revelassem com a própria tradução da obra *Os princípios da prosperidade*, de Henry Ford (1964). O empresário brasileiro adotara Henry Ford como modelo teórico das ações empresariais e admirava a

---

<sup>3</sup> Primeiramente, em 1916, Lobato atuou como colaborador na Revista do Brasil, fundada por Júlio de Mesquita. Em seguida, como diretor, abriu espaço para a divulgação de suas obras e de outros autores. Em maio de 1918, ele comprou a propriedade da revista e fundou a sua primeira editora: Monteiro Lobato & Cia. Editores (NUNES, 2000).

produção de automóveis do empresário norte-americano, para quem um homem de visão poderia mudar uma sociedade e influenciar na sua dinâmica de funcionamento. A propósito, foi movido por essa admiração que Lobato (2009, p. 13) declarou: “Foi, pois, com o maior enlevo d’alma que entrei certa manhã numa agência e comprei a máquina que me mudaria a situação social. Um Ford”. Na época, vale dizer, a aquisição de um Ford diferenciava o indivíduo na sociedade, atribuindo-lhe certo *status*.

Logo após retornar ao Brasil, em 1931, Lobato associou-se com Fortunato Bulcão para fundar o Sindicato Nacional da Indústria e Comércio. Nesse mesmo ano, viajou pelo país no propósito de expor as suas ideias políticas e sociais numa espécie de pregação cívica, espantando-se com a popularidade que encontrou em todas as partes (NUNES, 2000). Em suas explanações, o ativista discorria acerca do atraso do Brasil, que sobrevivia exclusivamente dos recursos agrícolas, mantendo-se atrasado no que dizia respeito aos avanços do capitalismo industrializado. Em vista disso e da sua própria atividade comercial, o empresário pretendia contribuir com o desenvolvimento nacional, iniciativa para a qual ele buscava novas alternativas econômicas.

A partir de tal trajetória, portanto, é que organizamos o *corpus* de análise desta pesquisa, selecionando um prefácio, um livro voltado ao público geral e outro direcionado ao público infantil, sendo os três aqui reunidos sob a rubrica o *discurso do petróleo*, de modo que o critério para tal organização se estabeleceu por meio do tema.

Em 1935, Lobato redigiu o prefácio de 30 páginas do livro *A luta pelo petróleo*, de Essad Bey, fazendo circular no Brasil discussões relacionadas às matrizes energéticas – até então, privilégio das grandes potências. No ano seguinte, buscando apoio da opinião pública, ele lançou a primeira edição do livro *O escândalo do petróleo e ferro*, defendendo aquilo que se pensava ainda não existir no país, ao mesmo tempo que denunciava poderosos cartéis responsáveis pelo controle do mercado nacional. Em 1937, o renomado escritor publicou *O poço do Visconde*, livro no qual levou a campanha em prol do petróleo até os jovens leitores nas escolas.

Quanto ao percurso cronológico das referidas obras, um triênio sintetizou as preocupações de uma década em que o autor buscou a melhor forma de expressar a questão do petróleo em diferentes gêneros de discursos. Num

primeiro momento, Lobato se posicionou numa luta de divulgação, dirigindo-se a uma comunidade discursiva caracterizada pelos círculos políticos e econômicos das elites; na sequência, ele encontrou uma fórmula de agitação da opinião pública, ao expor o que denominou como sendo um escândalo, buscando a mobilização popular; e, por fim, voltou-se à instituição escolar, constituída predominantemente por professores e alunos – espaço que, consoante Maingueneau (1998/2001, p. 67), “condiciona fortemente a natureza dos gêneros”. Nesse sentido, já é possível observar que o gênero não é exterior à obra, mas uma de suas condições: as obras não se relacionam apenas a ideias ou mentalidades, mas ao surgimento de áreas de comunicação específicas (MAINGUENEAU, 2001, p. 67).

Assim, apresentado o *corpus* da presente pesquisa, esta tese tem por principal objetivo discutir as referidas publicações de Monteiro Lobato à luz da Análise do Discurso de vertente francesa, mais particularmente sob a perspectiva desenvolvida por Dominique Maingueneau, considerando as seguintes dimensões conceituais:

- a) as fronteiras que constituem a paratopia no discurso;
- b) as articulações da interdiscursividade;
- c) a integração das cenas de enunciação;
- d) o *ethos* discursivo apreendido na análise dos textos;
- e) o autor no universo dos discursos;
- f) o discurso e a prática discursiva, no sentido de que tratamos de apreender a formação discursiva como inseparável das comunidades que a produzem e a difundem.

Ainda acerca do objetivo desta pesquisa, interessa-nos o entrecruzamento entre a literatura infantil e a literatura geral na atuação de Monteiro Lobato sob a temática do petróleo. Neste caso, pois, torna-se revelador seguir e relacionar a ordem cronológica em que as obras se apresentam, como etapas de uma trajetória em que o escritor<sup>4</sup> expressou as suas inquietações em

---

<sup>4</sup> Embora, de maneira geral, *autor* e *escritor* sejam tomados como sinônimos, podemos considerar algumas marcas distintivas entre os termos: “*autor* é uma função que permite organizar o universo dos discursos” (CHARAUDEAU; MAINGUENEAU, 2008, p. 85), ao passo que o *escritor* pressupõe o sujeito que “alimenta sua obra com o caráter radicalmente problemático de sua própria pertinência ao campo literário e à sociedade” (MAINGUENEAU, 2001, p. 27).

cenografias distintas e sequenciais. Esta parece ter sido a forma que ele encontrou para atingir públicos tão diferenciados nas áreas técnica, científica, econômica, política e educacional, fato que apenas corrobora a rica variedade de aspectos do legado de Monteiro Lobato e que nos leva à hipótese de que, no âmbito da recepção, a leitura dessas obras segundo o viés discursivo possa fazer circular uma nova imagem do protagonismo do autor em relação à exploração e à luta pelo petróleo no Brasil.

Paralelamente, no contexto das condições de produção, consideramos outra tríade de obras produzidas anteriormente pelo autor e que configurou um tema que lhe foi fundamental: o fenômeno americano no século XX. Desse modo é que, concomitantemente às publicações selecionadas para análise, cumpre relacionar ainda: *Choque das raças* ou *O presidente negro* (1926), livro em que o autor apresenta suas visões futuristas; *Mister Slang e o Brasil* (1927), no qual o personagem fictício (o inglês da Tijuca) tece críticas a respeito da economia e da sociedade brasileira; e *América* (1932), no qual o próprio Lobato expõe as suas impressões quanto à sua vivência nos Estados Unidos.

No capítulo 1, portanto, apresentamos os principais conceitos da dimensão discursiva e os procedimentos metodológicos que viabilizarão a análise. No capítulo 2, discorreremos acerca de cada uma das obras do *corpus*, contemplando as principais informações extraídas de cada um dos seus respectivos capítulos, deduzindo daí o que configuraria o aqui chamado *discurso do petróleo*. No capítulo 3, numa articulação entre a influência recebida por Lobato em terras norte-americanas – influência da qual, conforme assinalamos acima, originar-se-ia *América*, não obstante as duas outras obras produzidas anteriormente à sua viagem –, o contexto sócio-histórico brasileiro e as múltiplas atuações do intelectual e empresário, reconstituímos as condições de produção do discurso do petróleo. Por fim, no desenvolvimento do quarto e último, retomamos as dimensões discursivas para a investigação do discurso do petróleo, o que nos propiciou uma nova avaliação do discurso de Monteiro Lobato a esse respeito.

## 1 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Visando a empreender a análise a que nos dedicaremos nesta pesquisa, o arcabouço teórico no qual nos basearemos, inclusive como aporte teórico-metodológico, conforme os esclarecimentos no item 1.2, será prioritariamente composto pelos estudos da Análise do Discurso de origem francesa na perspectiva de Dominique Maingueneau.

### 1.1 CONCEITOS FUNDAMENTAIS NAS DIMENSÕES DA ANÁLISE DO DISCURSO

Mais especificamente, esta pesquisa se desenvolverá a partir das seguintes publicações de Dominique Maingueneau: *Gênese dos discursos* (1984/2008a), obra que propõe uma concepção global de discurso; *O contexto da obra literária* (1993/2001), cuja questão central consiste na discussão que faz oscilar a condição do autor e do texto literário entre espaços paradoxais – o do campo literário e o da sociedade; *Análise de textos de comunicação* (1998/2008b), que apresenta a marca da contemporaneidade pela natureza dos textos que analisa; *Discurso literário* (2005/2006), que analisa e interpreta textos literários a partir de princípios da Análise do Discurso; e, ainda, alguns artigos publicados em *Cenas da enunciação* (2008c), livro que, partindo sempre da inseparabilidade do texto e do quadro social de sua produção e circulação, insiste na tese de que não há um plano central do discurso.

Já para além dos fundamentos da Análise do Discurso, também consideramos a necessidade de buscar subsídios nos trabalhos de Fausto (2010), que relata a história do Brasil sob uma ótica crítica. E, para um amplo espectro de Lobato, consultamos ainda o crítico literário e biógrafo Cavalheiro (1955), no qual encontramos não somente um suporte bibliográfico, como também importantes comentários acerca das estratégias e dilemas de Monteiro Lobato que, dentre vários outros aspectos, explicam a difusão da produção em torno do tema independência econômica/prospecção petrolífera. Ainda no que concerne a esse período, recorreremos, por fim, aos estudos de Arruda e Piletti (1996), cuja reflexão a respeito das aspirações da época também contribui para a melhor compreensão do contexto.

Em relação ao campo de estudos do trabalho, pretendemos revelar como o discurso do escritor se desdobrou na ação do empresário. Para tanto, recorreremos aos conceitos de *discurso* e *prática discursiva* (MAINGUENEAU, 2014), por meio dos discursos que canalizam para esse deslizamento na atividade empresarial, lembrando que tal análise é indissociável do contexto de produção do discurso, no qual Lobato estava comprometido. Além disso e de modo complementar, contaremos com o apoio dos estudos ergológicos a partir de Schwartz e Durrive (2010), assim como de outros autores, conforme a necessidade de fundamentar a análise. Definida de maneira bastante sintetizada, a Ergologia (SCHWARTZ; DURRIVE, 2010; VIEGAS, 2013), cujo termo deriva da palavra grega *ergasesthai*, que tem o sentido do fazer em geral, é uma abordagem multidisciplinar que se volta ao estudo da atividade humana, e para esse movimento teórico seguiremos o princípio de que todo trabalho estrutura um fazer.

Para a investigação acerca do discurso do petróleo nas referidas publicações de Lobato (1935/1937, 1936/1956, 1937/2010), mobilizaremos o conceito de *paratopia*, tendo em vista que “a noção de paratopia atribui um lugar no universo do discurso apreendido em sua globalidade” (MAINGUENEAU, 2010, p. 158). Nessa concepção, o autor de um texto literário é um indivíduo necessariamente descentrado, que não tem absoluto controle da situação, sendo que a sua condição social, bem como a sua inserção problemática no mundo, são elementos a serem considerados de forma destacada. Na perspectiva da paratopia, parte-se da obra, mas interrogam-se as condições de produção. Sob este viés, a literatura joga num meio-termo, no qual ela não pode se fechar sobre si mesma, ao passo que também não se confunde com qualquer outro tipo de enunciado ou discurso. Assim, a paratopia é a fonte criadora que se revela na obra literária, compreendida como uma enunciação no âmbito de um discurso literário. Para produzir enunciados reconhecidos como literários, é preciso apresentar-se como escritor, definir-se com relação às representações e aos comportamentos associados a essa condição.

Outro conceito importante para esta pesquisa é o *interdiscurso*, que Maingueneau (2008a) apresenta com o propósito da tríade *universo discursivo*, *campo discursivo* e *espaço discursivo*. Sintetizando, o *universo discursivo* representa o conjunto dos discursos que interagem numa conjuntura dada; já o

*campo discursivo* é o conjunto de formações discursivas que se encontram em concorrência, delimitando-se reciprocamente em uma região determinada do universo discursivo, seja em confronto aberto, em aliança ou na forma de neutralidade aparente; e, por último, o *espaço discursivo* – ou seja, o subconjunto que se extrai – é constituído de ao menos dois posicionamentos discursivos, cuja correlação é considerada importante pelo analista. Na definição de Charaudeau e Maingueneau (2004, p. 286):

O “interdiscurso” é também um espaço discursivo, um conjunto de discursos (de um mesmo campo discursivo ou de campos distintos) que mantêm relações de delimitação recíproca uns com os outros. Assim, o interdiscurso é uma articulação contraditória de formações discursivas que se referem a formações ideológicas antagônicas.

Neste trabalho, portanto, a unidade de análise pertinente não é o discurso, mas o espaço de troca dos discursos convenientemente escolhidos. Em termos de gênese, os discursos se formam de maneira regulada no interior do interdiscurso. Assim, no interior do funcionamento discursivo, a identidade coincide com a *rede de interincompreensão* na qual o discurso é capturado: não existem, de um lado, o sentido e, de outro, alguns “mal-entendidos” contingentes na comunicação do sentido, mas, num só movimento, o sentido como mal-entendido (MAINGUENEAU, 2008a, p. 22):

O interdiscurso precede o discurso. A unidade de análise pertinente é um espaço de trocas entre vários discursos convenientemente escolhidos [...] o interdiscurso é regido por um sistema de coerções semânticas globais que abrange todo o conjunto dos planos discursivos: intertextualidade, vocabulário, tema, estatuto do enunciador e do coenunciador, modo de enunciação, aí compreendidos a cenografia e o *ethos*, e o modo de coesão.

Enquanto a *interdiscursividade* é constitutiva e, portanto, nem sempre deixa marcas na materialidade linguística, a *intertextualidade* deixa seus rastros por meio do intertexto, entendido como o conjunto de fragmentos efetivamente citados por um discurso (SOUZA-E-SILVA, 2012). Pode-se dizer que cada discurso constrói para si um passado específico, atribuindo-se certas filiações e recusando outras. Ao trabalho da memória discursiva no interior de um dado campo, Maingueneau (2008a) denomina *intertextualidade interna* e, em relação a outros campos, passíveis ou não de serem citados, *intertextualidade externa*.

Segundo o mesmo princípio de coerções semânticas, não há sentido em falar em vocabulário de tal ou qual discurso, como se houvesse um léxico específico, mas, sim, em sentidos diferentes que são atribuídos a um mesmo item lexical por discursos diferentes, dependendo do posicionamento discursivo. O mesmo é válido para a noção de tema – aqui tomado em sentido amplo, ou seja, como aquilo de que um discurso trata. A especificidade de um discurso se define não por seus temas, mas pela sua formação discursiva. Também o estatuto dos coenunciadores e a dêixis enunciativa espaciotemporal dependem do posicionamento discursivo. Cada discurso define o estatuto que o enunciador deve se conferir e o estatuto que ele confere ao seu coenunciador para legitimar o seu próprio dizer. Esse processo tem duas dimensões: uma institucional e outra intertextual.

O modo de coesão tem a ver com a *intradiscursividade*, com o modo pelo qual um discurso constrói as suas remissões internas e recobre fenômenos muito diversos – dentre eles, o do recorte discursivo, que atravessa as divisões em gêneros constituídos, e os encadeamentos que ocorrem em um nível mais superficial. O discurso, a partir de suas coerções, tem um modo próprio de construir os seus parágrafos, os seus capítulos, a sua forma de argumentar, de passar de um tema a outro. Também é preciso pensar no discurso como um sistema de regras que define a peculiaridade da enunciação, o que significa que

[...] o discurso não é nem um sistema de “ideias”, nem uma totalidade estratificada que poderíamos decompor mecanicamente, nem uma dispersão de ruínas passível de levantamentos topográficos, mas um sistema de regras que define a especificidade de uma enunciação (MAINGUENEAU, 2008a, p. 19).

Isto posto, consideramos as coerções decorrentes de pensamentos que circulavam na década de 1930, contexto que mostra a razão de ser dos textos que compõem o discurso do petróleo de Monteiro Lobato.

O enunciador, o coenunciador e a dêixis – espacial e temporal – são vistos, por Maingueneau no quadro de uma *cenografia enunciativa*, que abriga os coenunciadores do discurso, abrangendo uma *topografia* e uma *cronografia*, respectivamente. O discurso se caracteriza também por uma “maneira de dizer” específica, um *modo de enunciação*, certo *tom*, uma *vocalidade*.

Embora, originalmente, Maingueneau tenha anunciado as noções de *cenografia* e *ethos* em *Gênese dos discursos* (2008a), ele as trabalha em várias de suas obras posteriores. Partindo do princípio de que “um texto que não é um conjunto de signos inertes, mas o rastro deixado por um discurso em que a fala é encenada” (MAINGUENEAU, 2001, p. 85), o autor propõe a noção de *cena de enunciação*: o discurso pressupõe uma cena de enunciação para poder ser enunciado e, por sua vez, validá-la por sua própria enunciação. A cena da enunciação integra três outras cenas: *englobante*, *genérica* e *cenografia*. A *cena englobante* corresponde ao tipo de discurso (filosófico, literário, religioso, etc.); a *cena genérica* relaciona-se a gêneros de discursos particulares, a uma instituição discursiva (o editorial, o panfleto e o guia turístico); e a *cenografia* é construída pelo próprio texto:

Tomemos o exemplo de uma novela; a história pode ser contada de múltiplas maneiras: pode ser um marujo contando suas aventuras a um estrangeiro, um viajante que narra numa carta a um amigo algum episódio pelo qual acaba de passar, um narrador invisível que participa de uma refeição e delega a narrativa a um conviva etc. [...] Em todos os casos, a cena na qual o leitor vê atribuído a si um lugar é uma cena narrativa construída pelo texto, uma “cenografia”, o leitor se vê assim apanhado numa espécie de armadilha, porque o texto lhe chega em primeiro lugar por meio de sua cenografia, não de sua cena englobante e de sua cena genérica, relegadas ao segundo plano, mas que na verdade constituem o quadro da enunciação. É nessa cenografia, que é tanto condição como produto da obra, que ao mesmo tempo está “na obra” e a constitui, que são validados os estatutos do enunciador e do coenunciador, mas também o espaço (topografia) e o tempo (cronografia) a partir dos quais a enunciação se desenvolve (MAINGUENEAU, 2006, p. 252).

Assim, a cenografia é revelada com base em vários índices localizáveis no texto ou no paratexto; no entanto, não se espera que ela designe a si mesma. As noções de cenografia e *ethos* estão intimamente relacionadas. Por meio da enunciação revela-se o *ethos* do enunciador, o qual está ligado à própria enunciação. O fato de um texto pertencer a um gênero de discurso ou a um posicionamento ideológico induz expectativas junto ao público, isto é, configura-se como enunciação dirigida a um coenunciador que é preciso mobilizar, fazer aderir “fisicamente” a um universo de sentido.

Para designar a ação do *ethos* sobre o coenunciador, Maingueneau discorre a respeito da incorporação, procedimento enunciativo que opera em três registros indissociáveis:

A enunciação leva o coenunciador a conferir um *ethos* ao enunciador, seu fiador, ela lhes *dá corpo*; o coenunciador *incorpora*, assimila, desse modo, um conjunto de esquemas que definem, pela maneira de habitar seu corpo, uma forma específica de se inscrever no mundo; essas duas primeiras incorporações permitem a constituição de um *corpo*, o da comunidade imaginária dos que comungam na adesão a um mesmo discurso (MAINGUENEAU, 2001, p. 99-100, grifos do autor).

Há que se considerar também que o *ethos* discursivo resulta de uma interação de diversos fatores, como o *ethos* prévio,<sup>5</sup> o próprio *ethos* discursivo (mostrado) e também de partes do texto em que o enunciador evoca a sua própria enunciação (*ethos* dito). No prefácio de *A luta pelo petróleo*, assim como no livro *O escândalo do petróleo* e também na obra de literatura infantil *O poço do Visconde*, o *ethos* será depreendido no processo de enunciação do texto, levando em conta também uma análise cuidadosa acerca do material linguístico e do ambiente sócio-histórico. Sendo assim, o *ethos* discursivo de Monteiro Lobato não é dito no enunciado, mas depreendido no ato de enunciação da leitura dos textos.

Para Maingueneau (2001; 2006), ao contrário do que se pensava, a obra literária não se destina à sociedade como um todo, mas a um setor limitado, considerado então como “campo”. Mesmo nas obras que não sejam propriamente enunciados literários, mas uma reflexão sobre as condições sociais e políticas da época, o autor assume posicionamentos sobre os quais acredita que pensar a atualidade (“emergência”) das obras é atentar para o “espaço” que o significa, isto é, o terreno no qual se produzem as opiniões, as faces, os lugares, ou, em sentido mais lato e pertinente, as doutrinas, as escolas e os movimentos.

Quanto às condições de produção, trataremos o contexto social e histórico, a biografia do escritor e o livro, do seu surgimento à difusão no meio social. É importante esclarecer que o livro impresso passa por um ciclo de vida que se inicia com o autor e se prolonga pelo editor, o impressor, o distribuidor, o vendedor, até finalmente chegar ao leitor. Em cada edição, o livro percorre novamente o mesmo circuito, porém sujeito a novas tensões, movimentos,

---

<sup>5</sup> “*Ethos discursivo* e *ethos pré-discursivo* (ou *prévio*) [...]” (MAINGUENEAU, 2006, p. 269, grifo nosso). Conforme a citação, observamos que “*ethos* pré-discursivo” e “*ethos* prévio” são, de certa forma, equivalentes.

direções instauradas por alterações em qualquer dos segmentos que compõem o circuito autor e leitor. São diferentes livros – já que os projetos editoriais são distintos – de uma obra originalmente pensada pelo autor, mas continuamente transformada no percurso de novas edições, mediada por outras editoras, exposta pelos vendedores para outros leitores e autorizada para a publicação pelo autor e seus herdeiros.

Para discorrer a respeito do autor no universo discursivo, seguiremos as proposições de Foucault (1992), que apontam como o autor se individualizou na cultura, bem como as de Maingueneau (2010), que apresentam a relação entre autor e discurso. Nessa linha de pensamento, levamos em conta tanto a relação autor e obra quanto o posicionamento de Monteiro Lobato na produção do discurso do petróleo, tendo em vista que, nos anos de 1930, ele estava entre os pioneiros que fundamentavam as reflexões a respeito da industrialização do país, mediante a exploração do petróleo. O escritor, no âmbito discursivo, é um indivíduo, em parte, sem o controle absoluto da situação. A condição social e a inserção problemática do autor no mundo são elementos a serem considerados de forma destacada na relação autor e obra.

Cumprido considerar ainda que o autor de literatura é o enunciador de um texto literário; o autor é uma *categoria híbrida* que implica tanto o texto quanto o mundo referenciado nesse mesmo texto. Nessa instância que enuncia, ao autor se atribui uma imagem, um posicionamento no campo literário, a responsabilidade do gênero e um estatuto social e histórico.

Assim, diante de todo o exposto é que, nesta tese, teoria e metodologia tornam-se constitutivas de nossa reflexão a respeito dos esforços de Lobato para se inscrever no campo discursivo. A disputa por espaço no círculo literário, na conjuntura econômica e na arena política permite compreender a posição do autor perante as correntes dos discursos que se contrapunham na década de 1930.

## 1.2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A fim de atingir os objetivos já estabelecidos, analisamos a materialidade discursiva do *corpus*. Primeiramente, fizemos o levantamento da constituição da fortuna crítica de Monteiro Lobato, escritor/empresário, na situação de produção do discurso; em seguida, tratamos do conceito de *paratopia*, de *interdiscurso*, de *cenários de enunciação*, de *ethos*, de *autoralidade* e de *discurso e prática discursiva*. Ao mesmo tempo, qualificamos o filtramento das interpretações, posto que buscávamos nuances quase sempre apagadas nas interpretações, que tanto fazem a apologia quanto a detração de Monteiro Lobato.

A compatibilidade entre metodologia e quadro teórico foi efetuada levando-se em conta o contexto de produção do discurso, assim como os aspectos relacionados aos temas prospecção petrolífera/independência econômica, que perpassam as obras.

Consideramos que a Análise do Discurso não pode estar associada aos conceitos restritos de estrutura profunda e estrutura de superfície dos textos, uma vez que esse modo de conceber o discurso está sujeito a nos condicionar a uma interpretação redutora. Conforme alerta Maingueneau (2008a, p. 18):

Os métodos de análise tendem, com efeito, a impor o seguinte dilema: ou pretendemos captar o discurso em sua globalidade e, para fazer isso, devemos negligenciar a textura “superficial”, a diversidade e o imbricamento dos arranjos visíveis, para elaborar modelos “profundos”; ou estudamos essa textura em toda sua complexidade e então nos atemos a análises locais, cujos detalhes desqualificam os modelos “profundos”, por seu caráter redutor.

Para Maingueneau (2010), portanto, o modelo dicotômico “superfície” e “profundidade” sacrificaria um dos níveis, e é por essa razão que ele considera o desdobramento das dimensões do discurso. Desta forma, não há mais oposição dessas duas categorias; há sim, múltiplos planos do discurso.

À medida que esta pesquisa se desenvolve, os referenciais teóricos e metodológicos são testados. Consideraremos o *corpus* cronologicamente estabelecido com as seguintes obras:

- a) LOBATO, Monteiro. Prefácio. In: BEY, Essad. **A luta pelo petróleo**. Trad.: Monteiro Lobato. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1935/1937;

- b) LOBATO, Monteiro. **O escândalo do petróleo e ferro**. São Paulo: Brasiliense, 1936/1956;
- c) LOBATO, Monteiro. **O poço do Visconde**. São Paulo: Brasiliense, 1937/2010.

A coleta de dados referente à temática do petróleo foi realizada a partir de levantamento bibliográfico em revistas eletrônicas especializadas, *sites* de universidades, bem como em outros *sites* de credibilidade e seriedade científica comprovada. À medida que esta pesquisa foi amadurecendo, estabelecemos outras fontes de coleta que fizemos constar na bibliografia.

Posteriormente, o trabalho metodológico, analítico e interpretativo ocorreu mediante reflexão e diálogo com os pontos problematizados neste estudo. Assim, pudemos descrever, recuperar e analisar o discurso que perpassa o campo em questão, levando em consideração os conceitos desenvolvidos por Maingueneau (1984/2008; 1993/2001; 2005/2006; 2010/2012) e as contribuições acerca do contexto da época e dos questionamentos referentes ao projeto de Lobato, seguindo os autores há pouco mencionados. Para melhor apresentar as etapas que constituíram metodologicamente a análise, elencamos os procedimentos da seguinte forma:

- a) definição do objetivo e discussão das dimensões conceituais;
- b) recorte do *corpus* por meio dos temas independência econômica/prospecção petrolífera, no qual selecionamos os enunciados que identificassem os temas em questão;
- c) agrupamento dos enunciados, considerando as suas especificidades de sentidos, de objetos e de temas materializados nos discursos;
- d) classificação dos grupos de enunciados em discursos, analisando-se a posição ideológica em relação aos outros discursos e correntes históricas.

Nesse sentido, utilizamos o *primado do interdiscurso*: “O interdiscurso precede o discurso. A unidade de análise pertinente é um espaço de trocas entre vários discursos convenientemente escolhidos” (MAINGUENEAU, 1984/2008a, p. 20-2).

Buscamos, assim, elucidar o conjunto de enunciados que materializam objetos e temas de discurso. Por tudo isso, foi fundamental considerar que os agrupamentos são, em certa medida, instáveis e, por essa razão, podem revelar o ponto de vista do analista. Assim, os agrupamentos discursivos apresentam-

se sempre como provisórios e instáveis, em decorrência da tensa relação com outros grupos de enunciados ou conjunturas sócio-históricas distintas que ressignificarão os discursos aparentemente considerados estáveis em relação ao sentido que produzem.

## 2 CONSTITUIÇÃO DO DISCURSO DO PETRÓLEO

*A luta pelo petróleo* (1935) é uma obra traduzida do original alemão *Flüssiges gold* (1933), de Essad Bey. A tradução portuguesa consta como propriedade literária da Companhia Editora Nacional – São Paulo, que pertencia a Monteiro Lobato, um mestre em traduzir e lançar obras no mercado e que escrevia para agentes postais do Brasil (aproximadamente 1.300) solicitando referências de bancas de jornais, papelarias, armazéns e farmácias interessadas em vender livros para divulgar novos autores e traduções.

### 2.1 PREFÁCIO DE *A LUTA PELO PETRÓLEO* – 1935

A respeito de *A luta pelo petróleo*, foi Lobato quem não apenas redigiu o seu prefácio, como também cuidou da sua revisão e edição, uma vez que considerava a obra propulsora de uma nova era para as pesquisas petrolíferas. Na verdade, o texto de Bey era um (pre)texto para a exposição das próprias ideias do autor nacional. A esse propósito, cumpre assinalar que certos livros de literatura ganham mais notoriedade pelo seu prefácio do que pelo seu conteúdo propriamente dito. Exemplos disso são *Suspiros poéticos e saudades*, de Gonçalves de Magalhães (1999), no qual o estatuto do prefácio propõe maior liberdade de criação aos artistas nacionais, tornando-se o manifesto do Romantismo, e *Pauliceia desvairada*, de Mário de Andrade (1922), cujo *Prefácio interessantíssimo* foi tomado como diretriz do Modernismo. E é neste sentido que, dada a sua abordagem discursiva e aspectos temáticos, incluímos aí o próprio prefácio de *A luta pelo petróleo*, que podemos considerar como a introdução da obra *O escândalo do petróleo*, que Lobato publicaria no ano seguinte e do qual extraímos um excerto a fim de salientar a sua importância:

Mas o que há a dizer é demais – **não cabe num simples prefácio. Por esse motivo damos à publicidade um livro novo, “O ESCÂNDALO DO PETRÓLEO”**, onde vem o meu depoimento e o de Hilário Freire, prestados à Comissão de Inquérito sobre o Petróleo, que o presidente da república nomeou para apurar os fatos constantes das minhas insistentes denúncias. Esse novo livro traz revelações tremendas e deve ser lido e meditado a fundo por todos os brasileiros realmente amigos de sua terra (LOBATO, 1937, p. 5, grifos nossos).

Conforme é possível observarmos, não se trata de uma introdução circunstancial, mas do prefácio em que o escritor brasileiro, de acordo com um projeto político-literário, manifesta a intenção de convencer a opinião pública a respeito da relevância do tema, ao mesmo tempo que revela a ineficiência dos órgãos governamentais, que não permitiam a prospecção desse recurso natural.

Nesse contexto é que, no referido prefácio, Lobato inicialmente reflete a respeito das razões que redundariam no subdesenvolvimento do Brasil:

Por que dos dois maiores países da América, descobertos no mesmo ciclo, povoados com os mesmos elementos (europeu, índio e negro), libertados politicamente quase na mesma época, com territórios equivalentes, um se tornou mais rico e poderoso do mundo e o outro permaneceu atrofiado? (LOBATO, 1937, p. 7.)

Nesse comparativo, em que o escritor conclui que tudo estaria por fazer, ele se refere aos norte-americanos da seguinte forma:

O homem norte-americano adquiriu elevada eficiência, enquanto no Brasil a eficiência do homem está um pouco acima do homem natural. Além do mais, o Brasil é um pântano com quarenta milhões de rãs, abrindo buracinhos de tatu para a incipiente prospecção do petróleo (LOBATO, 1937, p. 8).

Em sua visão abrangente, Lobato estabelece, portanto, que o primeiro passo para a restauração econômica e financeira do Brasil deve ser o investimento na produção de petróleo, a fonte de energia mecânica que move a máquina. Na sequência, ainda voltado às possibilidades de investimento no país, discorre sobre a importância do carbono na forma de petróleo, visto que a aquisição desse carbono era acessível do seguinte modo: “Fazendo o que TODOS os países da América já fizeram – perfurando, PERFURANDO, PERFURANDO!” (LOBATO, 1937, p. 14, grifos do autor). Depois, no entanto, ele denuncia o Serviço Geológico Federal, alegando que a política vigente desse órgão coincidia com a das companhias estrangeiras, as quais se achavam empenhadas no propósito de que nos perpetuássemos como eternos compradores do petróleo que elas mesmas produziam.

Mais adiante, Lobato apresenta gráficos dos países da América para comprovar, por meio de dados estatísticos, os lucros que outros países obtinham por meio da economia do petróleo – em cada lista de poços abertos, constavam

o ano, o número de poços, a produção em barris e o valor em dólares. Ao expor as tabelas desses segmentos, o seu propósito era o de argumentar no campo econômico, demonstrando a realidade dos Estados Unidos, do México, da Venezuela, da Colômbia, da Ilha da Trinidad, do Peru e da Argentina, além de revelar a exploração do petróleo em outras terras, como Canadá, Alasca, Honduras, Barbados, Cuba e Terra Nova.

Monteiro Lobato talvez vislumbrasse o futuro discurso de *O poço do Visconde*, colocando-se como um “escritor de livros para crianças”:

Em 1931 um escritor de livros para crianças, impressionado com o não-há-petróleo oficial, resolveu fazer uma tentativa. Fundou uma pequena sociedade, levantou dinheiro e trouxe da América um aparelho indicador, inventado pelo dr. F. B. Romero. O aparelho é levado para Alagoas e nas provas feitas na região do Riacho Doce indica petróleo. Grande entusiasmo entre os promotores. Telegramas. Entrevistas aos jornais. Alagoas tem petróleo! O aparelho Romero deu indicações positivas! (LOBATO, 1937, p. 25.)

Na sequência, todavia, ele tece outras críticas ao se referir ao Serviço Geológico Federal, sendo que uma delas pode ser identificada no instante em que Lobato utiliza o termo “buracos” para mencionar a situação da prospecção do petróleo:

A Camorra Geológica enfurece-se e pula para os jornais. No dia seguinte à chegada ao Rio do telegrama comunicando o feliz resultado das provas em Riacho Doce, o chefe supremo surge na primeira página do GLOBO. Nega a pés juntos. Jura que é mentira. Que não há petróleo lá. *Não acredito na existência de petróleo na quantidade indicada, na zona referida, nem na eficácia do aparelho Romero, nem tão pouco na sinceridade dos que procuram organizar sociedade comercial que pensa explorar os tais lençóis de petróleo.* Não acreditava em nada o homem, cujo nome era Eusébio de Oliveira, diretor do Serviço Geológico Federal e autor dos 65 buracos (LOBATO, 1937, p. 25, grifos do autor).

Por essa razão, iniciou-se a abertura de quatro poços, dois deles já bem profundos: o poço Balloni, com 1.215 metros, e o poço do Araquá da Cia. Petróleos do Brasil, com 1.070 metros. E Lobato explica: “O modo de obter milho é um só – plantar milho. O modo de obter petróleo é um só – perfurar o chão. Mas perfurar de verdade, a fundo, de acordo com todas as regras da arte” (LOBATO, 1937, p. 26). Tal crítica se destinava a Eusébio de Oliveira, que,

segundo o autor, fazia buracos no solo brasileiro para não encontrar o petróleo e simular uma atenção à causa.

Por fim, suspendendo momentaneamente as suas reivindicações e no seu papel de prefaciador, Lobato expõe a questão do monopólio internacional e a manipulação dos *trusts*,<sup>6</sup> passagem na qual se verifica como a sua voz e visão são dominantes:

Já que o *trust* interessado no petróleo do Brasil não pretendia explorá-lo, e sim apenas acaparar as terras petrolíferas para reforço das suas reservas potenciais, nada melhor do que o aparecimento de uma lei que, trancando as pesquisas em geral, só favorecesse a política secreta do trust em particular (LOBATO, 1937, p. 30).

Desta forma é que, ao denunciar a manipulação dos *trusts* e anunciar a assistência que a geofísica concede para evitar qualquer desvio das riquezas do país, o renomado escritor e editor assevera: “Graças a geofísica o homem pode hoje ver, medir, calcular, pesar as existências minerais subterrâneas. Seus processos correspondem aos Raios X na medicina” (LOBATO, 1937, p. 31, grafia original). Logo, já não bastava a velha técnica de ir perfurando o solo a fim de alcançar o petróleo; agora, partia-se do campo da ciência para se valorizar tanto o capital investido quanto o próprio caminho de conhecimentos que se revelava nessa empreitada.

Em síntese, podemos apreender o posicionamento de Lobato no que se refere aos movimentos reveladores dos avanços e retrocessos da grande batalha nacionalista que então se travava no campo político e econômico. O aludido prefácio se configura como uma manobra enunciativa mediante a qual se promove o debate nacional acerca de um tema privativo das grandes potências. Assim, Lobato passa a ocupar um lugar de produtor discursivo específico, instaurando e conservando a sua forte identidade enunciativa nesse campo – o que, na linha deste trabalho, leva-nos a considerar tal registro como a primeira investida do enunciador do discurso do petróleo, quando ele então se apropria de uma linguagem técnica e científica estrangeira. Portanto, o prefácio

---

<sup>6</sup> Expressão inglesa que originou ‘trustes’ e designa as associações advindas da fusão de grandes empresas que de concorrentes tornam-se sócias de uma única grande empresa, evitando a livre concorrência e monopolizando o consumo. Relaciona-se também com a ideia de cartéis e *holdings*, sendo o último modelo ainda permitido por lei no Brasil (CARVALHO, 2017).

de *A luta pelo petróleo* pode ser tomado como uma plataforma para *O escândalo do petróleo*.

## 2.2 O ESCÂNDALO DO PETRÓLEO – 1936

Conforme já antecipamos, a primeira edição de *O escândalo do petróleo* foi lançada pela Companhia Editora Nacional de São Paulo em 1936. Inicialmente, tratava-se de um livro oriundo da reunião de depoimentos à Comissão de Inquérito sobre o petróleo. Censurada em 1937, a obra voltaria a ser apresentada sob novas formas editoriais nos anos posteriores.

Foi no ano de 1948 que surgiu a edição *O escândalo do petróleo: georgismo e comunismo*, publicada pela Editora Globo. Tratava-se de uma edição que privilegiava o pensamento econômico de Henry George (motivados pelo lançamento do livro *Progress and poverty* (1879),<sup>7</sup> os representantes do georgismo haviam criado movimentos de reformas sociais). Já em 1956, a edição lançada intitulava-se *O escândalo do petróleo e ferro*, cujo conteúdo voltava-se ao esclarecimento de dois conceitos vigentes na época: o primeiro considerava não haver petróleo no Brasil; o segundo, que o país não poderia produzir o seu próprio ferro, uma vez que o carvão era totalmente inadequado para a siderurgia.

Aqui, cabe-nos não somente pontuar que aderimos a essa última edição para o desenvolvimento desta pesquisa (edição esta publicada na primeira série das *Obras completas de Monteiro Lobato*, v. 7), como também justificar essa escolha, que nos pareceu mais reveladora ao incorporar a nota dos editores, o prefácio de Caio Prado Júnior<sup>8</sup> e fatos posteriores a 1937, não bastasse integrar o próprio prefácio de *A luta pelo petróleo*.

Ao longo dos 28 capítulos dedicados ao petróleo, Monteiro Lobato discute o poder da indústria do capital externo. Em cenografias diversas, o ativista apresenta um roteiro a respeito do idealismo do progresso material nutrido por uma política de desenvolvimento, tornando-se, nesse contexto, um importante

---

<sup>7</sup> Escrito por Henry George em 1879, o livro incitou a criação de reformas sociais chamadas de *georgistas*. Este termo refere-se à teoria de que o valor econômico da terra, dos recursos naturais e das oportunidades deve ser compartilhado igualmente por todos os membros da sociedade; assim, propõe a prática de um único imposto sobre a terra, em vez de tributar o trabalho.

<sup>8</sup> Caio Prado Júnior (1907-1990) foi historiador, escritor, político e editor.

ator no processo da luta pela emancipação da economia brasileira, fato que assume os contornos de uma batalha pela segurança nacional. A origem para essa iniciativa pode estar na própria sensibilidade do autor, cuja percepção a respeito da realidade do seu povo tanto não lhe escapava que acabou se refletindo, ironicamente, na criação do personagem Jeca Tatu. Nesse ideal de melhorar a sorte da população brasileira, de regenerar o seu Jeca Tatu, materializou-se um negócio de grandes perspectivas e amplas possibilidades, de modo que a ambição de Lobato se manifesta sob a forma do idealismo material, na aspiração de ver o seu país independente das amarras do capital estrangeiro. Não por acaso, é na própria dedicatória de *O escândalo do petróleo e ferro* que Lobato conclama as forças armadas a assumirem posição perante uma questão que ele estima como pertencente à ordem da soberania nacional:

Ao exército e à Marinha do Brasil dedicamos este livro sincero e desesperado. Exército e Marinha constituem a parte armada da Nação, os órgãos com que ela assegura a sua dignidade e soberania. Mas há uma séria advertência nas páginas de Elliot Alves: *Exército, Marinha, dinheiro e mesmo populações inteiras nada valem diante da falta de petróleo*. E se não ter petróleo é inanir-se economicamente, militarmente é suicidar-se. Ora, existe gente interna interessada em nosso suicídio como Nação. Denunciá-la é um dever que corajosamente cumprimos (LOBATO, 1956, p. 5, grifos do autor).

Na *Introdução* da referida obra, o petróleo é apresentado como produto vital para a economia do país: “Esse produto é o sangue da terra; é a alma da indústria moderna”; em seguida, o intelectual o descreve como grandeza de poder: “[...] é a eficiência do poder militar; é a soberania; é a dominação. Tê-lo é ter o sésamo abridor de todas as portas. Não tê-lo, é ser escravo” (LOBATO, 1956, p. 7); e, nesse encadeamento, assegura que a base da economia dos Estados Unidos está sobretudo no petróleo. A propósito, já no primeiro capítulo do livro, intitulado *Retrospecto*, o autor aborda a estagnação econômica do Brasil em comparação com os Estados Unidos:

Por que dos dois maiores países da América, descobertos no mesmo ciclo, povoados com os mesmos elementos (europeu, índio e negro), libertados politicamente quase na mesma época, com territórios equivalentes, um se tornou o mais rico e poderoso do mundo e o outro permaneceu atrofiado? (LOBATO, 1956, p. 23).

Mais adiante, Lobato descreve o “falatório” que existia no âmbito econômico e o ilustra com a seguinte cenografia:

Um pântano com quarenta milhões de rãs coaxantes, uma a botar a culpa na outra do mal-estar que sentiam. Procuram soluções políticas, mudam a forma do governo, derrubam um imperador vitalício para experimentar imperantes quadrienais, fazem revoluções, entrematam-se, insultam-se, acusam-se de mil crimes, inventam que o pântano permanece pântano “porque há uma crise moral crônica”. O mal das rãs é julgar que sons resolvem problemas econômicos. Trocam o som “monarquia” pelo som “república”, e trocam este som pelo de “república nova”. Depois inventam sons inéditos – “reajustamento”, “congelados” “integralismo”. O próprio das rãs é esse excessivo pendor musical. Querem sonoridade apenas. “Somos o maior país do mundo”. “Temos o maior rio do mundo”. “Nossas riquezas são inesgotáveis” etc. Enchem o ar dessas músicas” (LOBATO, 1956, p. 28-9, grifos do autor).

Em seguida, tal como já observamos na apresentação do prefácio de *A luta pelo petróleo*, o escritor e editor se utiliza de modelos gráficos para indicar os países da América envolvidos na produção petrolífera, apresentando o ano em questão e os seus respectivos números de poços abertos, de produção em barris e do valor em dólares. Sobretudo, ele enfatiza que

[...] o modo de obter milho é um só – plantar milho. O modo de obter petróleo é um só – perfurar o chão. Mas perfurar de verdade, a fundo, de acordo com todas as regras da arte – e são justamente os homens oficialmente acoimados de insinceros (ou exploradores do bolso público), que estão fazendo isso pela primeira vez no Brasil (LOBATO, 1956, p. 44).

No capítulo *O caso de Alagoas*, ainda na primeira parte da obra, Lobato relata uma sequência de “acidentes” mortais ocorridos com pessoas envolvidas no meio petrolífero. E, com licença poética, introduz: “Quem primeiro estudou e afirmou o petróleo no Riacho Doce, em Alagoas, foi José Bach, um geólogo alemão residente em Maceió. Mas logo que formou uma pequena companhia para explorá-lo, ‘foi morrido afogado’ numa lagoa”. Na sequência, expõe o caso de Pinto Martins, que, ao retomar o negócio no Rio de Janeiro, “onde estava para assinar um contrato com os ingleses, ‘foi suicidado’ num hotel” (LOBATO, 1956, p. 49, grifos do autor), fato que gerou revolta popular e repercutiu em todo o país. Posteriormente, no capítulo *Alagoas, São Paulo e o Brasil*, resume a ocorrência de uma rocha de extraordinária natureza chamada “diábase”, que impedia a perfuração do poço de petróleo, circunstância que inflacionou o custo do

investimento, aumentando em quase 100 vezes o gasto que seria exigido com a perfuração normal – problema para o qual Lobato busca uma alternativa:

Entrei em entendimentos com entidades europeias que vinham ao caso, e depois de muitas negociações obtive uma oferta excepcionalmente vantajosa. Um grupo técnico-financeiro alemão interessou-se pelo problema e apresentou uma proposta que resolveria tudo. Esse grupo propunha-se a financiar todos os trabalhos de perfuração da Cia. Petróleos e das outras empresas paulistas, a abrir quantos poços fossem necessários, a montar refinarias, a construir oleoduto e o mais relativo à criação da indústria petrolífera, tudo a ser pago por meio de porcentagem do óleo produzido. Nenhuma interferência na vida das companhias. Nenhuma exigência de controle. Apenas prestação de serviços técnicos e fornecimentos de material, a serem pagos com porcentagem do produto obtido. Isso asseguraria a vitória de todas as companhias, sempre curtas de dinheiro e de técnica (LOBATO, 1956, p. 58).

Adiante, para a surpresa do empresário, o interventor Osman Loureiro<sup>9</sup> concede benefício a Alagoas:

Quando percebi, logo depois de votada a lei paulista, que íamos ter luta e sabotagem, voltei-me para Alagoas. Enderecei ao interventor Osman Loureiro uma carta expondo a questão e frisando a vantagem de Alagoas de promover estudos geofísicos pela ELBOF.<sup>10</sup> A resposta me surpreendeu. Não foi a resposta clássica do “vamos ver, vamos pensar” e outras capadoçagens assim. A resposta foi a imediata apresentação à Assembleia Alagoana dum projeto de lei autorizando o Executivo a contratar a prospecção geofísica (LOBATO, 1956, p. 60).

Em *Os primeiros mártires do petróleo*, Lobato reúne as trajetórias daqueles que, para viabilizar o avanço do desenvolvimento do país, tornaram-se mártires, a começar pelo alemão José Bach, que se dedicou a estudar a costa nordestina e a fazer levantamentos geológicos durante nada menos que 13 anos. Com base nesses estudos, Bach proclamou a abundante riqueza oleífera do Riacho Doce, exclamando que ali “havia petróleo para abastecer o mundo”. O alemão já havia aberto a sua modesta empresa quando, um dia, ao atravessar um braço da lagoa, conduzido por um canoeiro que não era o habitual, a embarcação virou e José Bach morreu, ao passo que o canoeiro sobreviveu.

<sup>9</sup> Osman Loureiro Farias (1895-1979) foi poeta, político, empresário e intelectual. Membro do Instituto Histórico de Alagoas e da Academia Alagoana de Letras. Entre os anos 1934 e 1935, foi nomeado por Getúlio Vargas interventor do Governo Revolucionário. Ainda nos anos 1935, é eleito governador institucional, assumindo essa posição até 1937 (LOUREIRO, 1970).

<sup>10</sup> Empresa alemã, seção da Piepmeyer & Cia., de Cassel, Alemanha.

Para Lobato (1956, p. 64), “o desaparecimento de Bach retardou de muitos anos a mobilização do petróleo do Riacho Doce”.

Registrado o drama desse primeiro mártir do petróleo nacional, o segundo foi Pinto Martins, que adquiriu da viúva de Bach os estudos e direitos do geólogo. Assim, Martins era a renovação das iniciativas de Bach; o povo o aclamava como herói. Todavia, “suicida-se’ antes disso num quarto de hotel, sem que ninguém compreendesse semelhante tragédia” (LOBATO, 1956, p. 64, grifo do autor). Para a surpresa de todos, Lobato atribuía a tragédia a uma conspiração relacionada aos negócios do petróleo, explicando que, na véspera do suicídio, Pinto Martins telegrafara ao seu sócio em Maceió: “Negócio fechado; assinarei contrato dentro de três dias”. Contudo, a papelada – mapas, relatórios e mais estudos de José Bach em seu poder –, tudo desapareceu do hotel (LOBATO, 1956, p. 64).

A *Carta aberta ao Ministro da Agricultura*, por sua vez, contempla o seguinte título: *Por que o Brasil não tem petróleo?* Trata-se de uma denúncia que acusava o Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM)<sup>11</sup> de não extrair petróleo e de não deixar extraí-lo. Acusava-o de falsear os resultados geológicos e geofísicos a fim de distorcer as pesquisas promovidas pelas companhias nacionais. Segundo Lobato, decorria daí o fato grotesco de, no continente petrolífero por excelência que é a América do Sul, todos os países terem petróleo, exceto justamente o maior de todos, o Brasil.

Já no capítulo *Depoimento de Monteiro Lobato*, Dr. Pires do Rio endereçou ofício a Monteiro Lobato pedindo-lhe que depusesse a respeito dos argumentos que constavam na *Carta Aberta ao Ministro da Agricultura*, o que ele o fez por escrito:

Exmo. Sr. Dr. Pires do Rio. Presidente da Comissão de Inquérito sobre o petróleo. Atendendo ao convite de V. Ex.<sup>a</sup> Venho trazer o meu depoimento escrito no qual presumo provar todas as arguições que avancei na “Carta Aberta” ao Sr. Ministro da Agricultura, publicada, sob o título “Por que o Brasil não tem petróleo”, em vários jornais, a 13 de fevereiro deste ano. Minha primeira afirmação foi que o serviço federal de Minas tem como divisa NÃO TIRAR PETRÓLEO E NÃO DEIXAR QUE O TIREM. *Não tira...* O “não tirar” provou-se, pelo fato de, não o

---

<sup>11</sup> A Comissão Geológica e Mineralógica do Império, criada em 1875, logo mudaria o nome para Comissão Geológica e Mineralógica do Brasil. Em 1934, transformou-se no Departamento Nacional da Produção Mineral (DNPM). Nota-se, pois, que não havia, na época, um departamento específico para tratar da exploração de petróleo.

haverem tirado nos 15 anos decorrentes das primeiras perfurações até hoje. Graças a isso permanecemos na ultra grotesca situação de único grande país das Américas sem petróleo próprio (LOBATO, 1956, p. 79, grifos do autor).

Assim, o autor expõe a inter-relação da burocracia nos vários fatores que comprometiam o desenvolvimento petrolífero: “Impossível dar um passo dentro daquela maranha de entraves criada pela mais cavilosa burocracia” (LOBATO, 1956, p. 79). Para ele, esta era uma das razões que culminavam com o atraso da economia do petróleo no Brasil.

No capítulo seguinte, intitulado *O que somos e o que precisamos ser*, o Brasil aparece entre os países mais baixos nas categorias relativas a estatísticas de produção, comércio, riqueza nacional e cultura. Por meio de dados qualitativos e quantitativos, o autor desenvolve o capítulo demonstrando que o Brasil se encontrava num padrão muito abaixo, quando considerados os seus potenciais de produção. Diante dessa constatação, toda a argumentação de Lobato consiste em despertar o Brasil daquela sua situação de inferioridade, conforme é possível identificar no excerto a seguir:

E como combatemos essa situação de inferioridade? Negando-a. Mentindo oficialmente. Mentindo agora pelo rádio. Mentindo uma mentira sistemática e onímoda, que não engana a ninguém no mundo – nem sequer a nós mesmos. Basta de cocaína. Tenhamos a coragem dum frio realismo. A mentira não constrói – destrói a reputação de quem a impinge. Somos o povo mais desmoralizado do mundo em consequência deste perpetuo regime de mentiras adotado como atitude nacional. *E, no entanto, poderemos nos equiparar aos Estados Unidos em grandeza, cultura, eficiência e poder, se tomarmos pelos mesmos caminhos* (LOBATO, 1956, p. 129, grifos do autor).

Na sequência, *O conto do petróleo* é um título que insinua a ideia de farsa – tal qual a expressão “conto do vigário” –, além de também fazer alusão ao “conto”, moeda da época, como bem denota a seguinte afirmativa de Lobato (1956, p. 136): “[...] o pobre e surrado Brasil teve, só nesse período, de despendar 4 ou 5 milhões de contos para a compra do que já devia estar produzindo e exportando”. E é nessa linha de pensamento que ele se mostra indignado em relação aos poderosos que impediam a prospecção do petróleo no Brasil.

Na segunda parte do livro, no capítulo *Onde estávamos em 1936*, Lobato explicita a questão da edição para mostrar a adesão do leitor ao tema: venderam-

se quatro edições de *O escândalo do petróleo*, num total de 18 mil exemplares. No ano seguinte, porém, o livro desapareceu nas trevas da supressão de todas as liberdades e, para melhor realçar tais circunstâncias, o escritor e editor explica que as novas legislações tratavam de acaparar<sup>12</sup> previamente todos os terrenos potencialmente petrolíferos a fim de impedir a exploração.

Em *Que houve depois de 1936?*, Lobato relata que, com o advento do Golpe de Estado, em 1937, a imprensa foi amordaçada, uma vez que a ditadura instalou-se envolvendo o país numa mentira que abrangia todos os modos de expressão. E acrescenta:

E para que a vitória do Não Petróleo fosse perfeita surgiu inopinadamente um monstro administrativo denominado *Conselho Nacional do Petróleo*. Que história é essa? Pois se não há petróleo no Brasil, como afirma o governo, para que um Conselho do que não existe? (LOBATO, 1956, p. 161.)

Ocorre que o mencionado conselho acusava publicamente as companhias e não permitia o seu desenvolvimento. Quanto aos jornais, estes foram proibidos de publicar matérias a respeito do petróleo, até mesmo de forma acadêmica.

Em seguida, o capítulo *Última reação dos petroleiros* retrata a carta que Lobato enviou ao então Presidente Getúlio Vargas, da qual recortamos o seguinte excerto:

O petróleo! [...] Eu vivi demais esse assunto. No livro O ESCÂNDALO DO PETRÓLEO denunciei à nação o crime que se cometia contra ela – e com a maior dor de coração vejo hoje que o *oficialismo persiste nesse crime*, e agora armado numa arma que não existia antes: o monstruoso tanque chamado CONSELHO NACIONAL DE PETRÓLEO. Dr. Getúlio, pelo amor de Deus ponha de lado sua displicência e ouça a voz de Jeremias. *Medite por si mesmo* no que está se passando (LOBATO, 1956, p. 168-9, grifos do autor).

Além de remeter tal mensagem a Getúlio, Lobato também a encaminha ao General Góes Monteiro – chefe de Estado Maior do Exército –, afirmando que, apesar de sempre manter políticas protecionistas em matéria industrial, o governo não considerou o caso do petróleo: “Todas as indústrias continuarão

---

<sup>12</sup> Segundo o *Dicionário Michaelis*, “acaparar”, do francês *accaparer*, significa acumular mercadorias em grande quantidade, para subtraí-las ao mercado e revendê-las depois com lucros extorsivos.

protegidas, menos a do petróleo! Só a indústria do petróleo nacional terá de manter-se em perfeito pé de igualdade com a estrangeira...” (LOBATO, 1956, p. 187).

Na sequência, o capítulo *A resposta* destaca um telegrama exposto na então conhecida publicação Folha da Noite. Sucedeu que, logo nas primeiras páginas deste jornal, havia uma denúncia contra o escritor, que foi processado pelo Tribunal de Segurança por crime de injúria ao Presidente da República, denúncia contra a qual Lobato reage ironicamente:

O sr. General Júlio Horta Barbosa, Presidente do Conselho Nacional do Petróleo, remeteu a este egrégio Tribunal, devidamente autorizado pelo excelentíssimo senhor Presidente da República, o original de uma carta endereçada ao chefe da Nação pelo escritor Monteiro Lobato. Existindo nesse documento conceitos injuriosos ao exmo. Presidente da República, ao Conselho Nacional do Petróleo e ao Departamento Nacional de Produção Mineral, pela orientação dada à política do petróleo em nosso país foi instaurado o presente inquérito na política do Estado de S. Paulo (LOBATO, 1956, p. 189-90).

Ainda acerca dessa denúncia, o intelectual revela a desonestidade do Conselho Nacional do Petróleo e a “sordidez da instituição”, que se baseia na construção de novas informações por meio de sua carta de origem.

Já *Raciocínio sui generis* expõe a intenção de Lobato quanto a se deslocar até a Argentina para fins editoriais. No entanto, foi nessa mesma ocasião que a perseguição ao escritor ganhou nova dimensão, ao lhe ser dada ordem de prisão:

Por que fora eu preso preventivamente? Logo vim a saber. Informado o Lei Viva de que na polícia de S. Paulo existia um meu pedido de passaporte para a Argentina, o general houve por bem assanhar-se, coçar-se, raciocinar, concluir e oficiar ao Tribunal de Segurança sobre *a necessidade da minha prisão preventiva, visto como eu estava querendo fugir para a Argentina* (LOBATO, 1956, p. 193, grifos do autor).

Sob a alegação de que o escritor pretendia fugir para a Argentina, Lobato declarou não saber com que órgão “certas pessoas raciocinam” – já que, segundo ele, quem quer fugir não declara que fugirá –, e finaliza o capítulo revelando a carta que enviou ao então Presidente Getúlio Vargas no dia em que este completava mais um aniversário. É assim que tal missiva torna-se uma carta aberta:

Dr. Getúlio:

Amanhã é dia de seus anos. Quero dar-lhe um presente. Esse presente é uma ideia. Essa ideia é a seguinte: Assim como o governo formou a Cia. Nacional Siderúrgica com 500 mil contos de capital, por que não funda também a Cia. Nacional de Petróleo, com outros 500 mil contos de capital? Era o meio de ao mesmo tempo solver os problemas do ferro e o do petróleo, de igual importância.

A solução que proponho apresenta muitas vantagens: acaba com a já muito longa luta de morte entre as companhias e o Conselho Nacional do Petróleo; permite o aproveitamento de todo o material das várias companhias e do pessoal técnico das mesmas; defende os milhares de contos da economia popular empregados em ações de empresas petrolíferas.

Se o Sr. Presidente examinar esta minha proposta, verá que é perfeita e atende maravilhosamente aos altos interesses da nação brasileira. Permite até o aproveitamento do Conselho Nacional de Petróleo. O general-comandante desse conselho e os mais membros que o compõem, caso empregados como combustível nas fornalhas das sondas, darão para mover as máquinas por uns dois ou três dias – vantagem que positivamente não é de desprezar.

Esperando que o Sr. Presidente tome na devida consideração a minha proposta – e aceite como o meu presente de anos, subscrevo-me.

Respeitosamente,

Monteiro Lobato (LOBATO, 1956, p. 199-200).

No capítulo posterior, intitulado *A confissão dos interesses ocultos*, deparamo-nos com uma espécie de desabafo sobre os interesses “ocultos” no petróleo e a dinâmica internacional da política petrolífera:

Vocês partem do ponto de vista de que o petróleo é um negócio nacional, isto é, de cada país. Não é. O petróleo é um negócio internacional, da Standard. Ela criou esse negócio no mundo e o mantém contra tudo e todos. O petróleo do mundo é da Standard, onde quer que se encontre. E contra a vontade da Standard país nenhum tira o petróleo que haja em suas terras. O único país que até hoje conseguiu libertar-se da Standard foi a Rússia, por causa da revolução; mesmo assim a Standard não deixa que o petróleo russo transponha as fronteiras e seja vendido em outros países. A Argentina descobriu petróleo por mero acaso – mas depois de muita luta teve de dividir o campo com a Standard. Em todos os outros países o negócio do petróleo é conduzido de acordo com a Standard. Contra sua vontade, em nenhum. Como então vocês, deste pobre país falido, sem forças, sem estadistas, sem governo decente, têm a pretensão de ter petróleo próprio, contra a vontade da Standard? Saiba que os melhores campos petrolíferos do Brasil já se acham perfeitamente estudados e demarcados – mas os elementos colhidos não estão aqui com vocês, e sim nos arquivos da Standard (LOBATO, 1956, p. 203).

Em seguida, mesmo ciente da hegemonia da Standard, o empresário escreve a essa companhia, na tentativa – talvez irônica – de um “acordo”,

explicando-lhe que tudo no Brasil é transporte, tudo no Brasil é petróleo. Entretanto, a carta enviada não obteve resposta.

Em o *Histórico do petróleo do Lobato*, o escritor relata o episódio em que Oscar Cordeiro<sup>13</sup> lhe forneceu informações acerca do petróleo. Num extenso relatório, denuncia os contratemplos que tornaram lenta a perfuração do poço – fato este que se agravava em razão dos poucos recursos existentes. Nesse contexto, Lobato questiona a ética e a capacidade dos dirigentes responsáveis pela política do petróleo:

Mas a diferença da sorte de ambos mostra que ainda não somos, moralmente, um país. Somos um ajuntamento de aventureiros e de dirigentes, profundamente desonestos. A paga de Drake<sup>14</sup> foi explorar o petróleo e enriquecer a si e ao seu país. A paga de Oscar Cordeiro foi o roubo da sua obra, da sua descoberta, do seu campo, do seu poço, do seu petróleo e da sua glória. Roubaram-lhe o tempo – anos e anos – que ele gastou na luta para dar petróleo ao Brasil. Roubaram-lhe o muito dinheiro que gastou naquilo. E, não contentes, roubaram-lhe a presidência da Bolsa de Mercadorias, por ele criada e organizada. Então indaga-se: “Que nos adiantou a demonstração de que o Brasil tem petróleo? Nada, absolutamente” (LOBATO, 1956, p. 223).

*Mistério*, por sua vez, é, na verdade, um texto de página única referente à denúncia que compromete o Conselho Nacional do Petróleo. Este, nas palavras de Lobato, pairava como um gavião sobre as companhias nacionais, pois não permitia a iniciativa particular.

Já em *Os tratados com a Bolívia*, há uma breve explicação geográfica da Bolívia, com ênfase na falta de comunicação desse país com o mar, demonstrando que não havia porto a fim de que se pudesse exportar petróleo para a Argentina. Assim, dada a existência de muito petróleo e, por outro lado, a inexistência de um local de escoamento, Lobato denuncia uma conspiração:

---

<sup>13</sup> Estudou Geografia Mineral, especializando-se em Mineralogia no Brasil. Em 1925, ele passara a acreditar na existência do “ouro negro” na Bahia. Seu pioneirismo na exploração do petróleo, e a notícia de que havia perfurado o primeiro poço no recôncavo baiano o levou à prisão. Os capangas da ditadura e dos *trusts* internacionais, no entanto, não conseguiram esconder a descoberta, e a manchete surtiu efeito: o óleo bruto apareceu em meio aos entulhos, provando a existência de petróleo por aqui (GUIMARÃES, 2016).

<sup>14</sup> Edwin Laurentine Drake, em 1859, foi pioneiro na perfuração de poços de petróleo nos Estados Unidos. A técnica que utilizou foi desenvolvida a partir das técnicas de exploração das minas de sal, consistindo em abrir um furo batendo no solo, com uma ferramenta suspensa da extremidade de um cabo.

Forçar o Brasil por meio de um tratado a ser comprador do petróleo boliviano; esse petróleo iria de Santa Cruz a Corumbá por uma estrada de ferro a construir-se e de Corumbá seguiria pela Estrada de Ferro Noroeste. Isto, provisoriamente. Mais tarde se construiria um oleoduto de La Sierra a Santos, Paranaguá ou outro porto brasileiro do Atlântico. Desse modo o petróleo boliviano abasteceria as necessidades do Brasil e também seria exportado por um porto do Brasil. Ótima a combinação, mas para que não viesse a falhar era indispensável que o Brasil não tirasse petróleo. Eis o segredo de tudo. A hostilidade oficial contra o petróleo brasileiro vem de grande número de elementos oficiais fazerem parte do grande grupo americano, boliviano e brasileiro que propugna essa solução – maravilhosa para a Bolívia, desastrosíssima para nós (LOBATO, 1956, p. 226).

Por fim, em *Os grandes crimes contra os povos*, Lobato aborda a perspectiva da economia nacional e internacional, afirmando que o ideal seria existir uma proporção entre produção e consumo. Em seguida, ele aponta o capitalismo como a grande causa da destruição humana, em razão da hipertrofia do jogo financeiro:

O nosso governo não tem coragem de antepor o bem público, as verdadeiras necessidades do país, a felicidade e a prosperidade de 45 milhões de pobres diabos coloniais que somos, aos interesses dos grupos financeiros daqui, ligados ao Capitalismo Anônimo Internacional que paira sobre o mundo como tremendo Pássaro Roca<sup>15</sup> controlador dos governos fracos e promotor de guerras entre governos dos países fracos não passam de bonecos nas mãos do Poder Oculto do Capitalismo Internacional Anônimo do qual até agora só um país se salvou: a Rússia (LOBATO, 1956, p. 239).

Segundo Lobato, essa foi a “verdade” que ele disse, mas que ninguém se animava a dizer. Nesse sentido é que o livro constitui uma expressão central das obras analisadas, pois visava a desmontar a versão oficial – segundo a qual não havia petróleo no Brasil – e defender, assumidamente, a exploração do petróleo pela iniciativa particular. Assim é que Lobato também se revela um homem de controvertida trajetória, pois, se inicialmente tomava como modelo as companhias petrolíferas americanas, ao final criticava a sua hegemonia no âmbito do capitalismo internacional.

---

<sup>15</sup> Ave de rapina gigantesca da mitologia persa.

### 2.3 O POÇO DO VISCONDE – 1937

Em 1937, pela Companhia Editora Nacional, Lobato publicou a primeira edição de *O poço do Visconde*, com o subtítulo *Geologia para crianças*, ilustrada pelo cartunista Belmonte.<sup>16</sup> Com essa publicação, fechando o ciclo do petróleo, Lobato recorre a uma peculiar forma de expressão que o consagrara no Brasil: o livro infantil destinado a forjar a formação das novas gerações.

Na presente pesquisa, a edição do livro em análise, lançada em 2010 pela Editora Globo, teve como base a publicação de *O poço do Visconde*, segunda série das *Obras Completas de Monteiro Lobato* da Editora Brasiliense, datada de 1947. Assim, a edição<sup>17</sup> aqui estudada foi elaborada no sentido de reproduzir as características originais da obra – tanto em relação à sua diagramação quanto em relação à ilustração –, resgatando o tom de época e remetendo às condições de produção dos anos de 1930.

Além do texto de Lobato, encontramos nesta publicação múltiplos referenciais explicativos.

O livro se abre com um estudo de Tatiana Belinky,<sup>18</sup> intitulado *Aventuras petrolíferas*, que apresenta a obra por meio de um breve resumo, no qual Belinky aproveita para expor os debates da sua juventude em torno do lema *O petróleo é nosso*.<sup>19</sup> Testemunhando o entusiasmo de Pedrinho como um significativo movimento cívico com o qual, na época, ela mesma se contagiou, a escritora conclui que, de fato, aqueles tempos foram complicados. E, não obstante ser proibido falar sobre o “inexistente” petróleo, ela colaborou com a campanha, assinando listas e listas de manifestos, desconsiderando essa proibição e “sem recorrer ao emiliano jeitinho do Faz de Conta” (BELINKY in LOBATO, 2010, p. 3).

<sup>16</sup> Foi criador do personagem Juca Pato, que, entre 1929 e 1930, fez sucesso no jornal Folha da Manhã, atual Folha de S. Paulo. O personagem criticava Getúlio Vargas e a Aliança Liberal. Na época, a publicação apoiava o candidato Júlio Prestes.

<sup>17</sup> LOBATO, Monteiro. **O poço do Visconde**. Ilustrações: Osnei e Hector Gomez. Ed. comentada. São Paulo: Globo, 2010.

<sup>18</sup> Nasceu em São Petersburgo, na Rússia, em 1919, e morreu no Brasil em 2013. Foi poeta, tradutora, dramaturga e se consagrou como escritora infantojuvenil. É autora de mais de 250 livros voltados para este público. Em 1994, ganhou o Prêmio Jabuti na categoria Ilustração pelo livro *A saga de Siegfried*, de 1993.

<sup>19</sup> “O petróleo é nosso” é uma frase que se tornou conhecida ao ser pronunciada, na ocasião da descoberta de reservas de petróleo na Bahia, pelo então Presidente Getúlio Vargas (BRASIL, 2017).

Em *Lobato e o petróleo nacional*, Fernando Vedovate, mestre em Ciências pela USP, explica o pioneirismo de Monteiro Lobato na defesa do petróleo como recurso natural estratégico do povo brasileiro, recuperando a viagem do escritor aos Estados Unidos, quando Lobato se interessou em conhecer melhor as técnicas de exploração e produção petrolíferas. Vedovate, portanto, explica cronologicamente os fatores que antecederam a concepção de *O poço do Visconde*, reconstituindo a trajetória de Lobato até que chegasse ao inovador livro infantil.

Já em *Inventor de histórias*, sem crédito de autor, aponta-se a figura de Lobato como um homem que sonhava alto, mas que mantinha os pés no chão, dada a sua percepção de um Brasil riquíssimo em recursos naturais, que poderia se tornar um país desenvolvido.

Ainda nessa edição a que nos referimos, consta também uma espécie de anexo destacado em notas azuis, igualmente sem crédito de autoria, sob o título *Do sonho à realidade*. Nesta parte, atesta-se o entendimento de que o subsolo brasileiro era rico em petróleo, pois é apresentado um conjunto de mapas, esquemas e ilustrações. Além disso, a inserção da temática do pré-sal projeta a atualidade e o futuro da exploração do petróleo. Desta forma é que as figuras dos solos e das camadas terrestres, os mapas das placas tectônicas, os esquemas de exploração de petróleo no Brasil, a indicação das bacias petrolíferas e das perfurações dos poços, as ilustrações, os equipamentos utilizados, tudo isto constitui subsídios didáticos ao texto de Lobato.

No que tange à obra, de maneira geral, ela se destina a crianças e jovens, expondo-lhes, no espaço do *Sítio do Picapau Amarelo*,<sup>20</sup> a questão da política econômica do petróleo. Além dos personagens infantis já bastante característicos e conhecidos do público (Visconde de Sabugosa, Emília, Pedrinho, Dona Benta...), destaca-se também um geólogo especializado em prospecção petrolífera, Mr. Kalamazoo, que explica a especificidade dessa ciência e organiza o trabalho.

---

<sup>20</sup> Série de fantasia de 23 volumes escrita pelo autor brasileiro entre 1920 e 1947. A obra foi de vital importância para a literatura infantil do Brasil, tendo alcançado muitas gerações e sendo ainda hoje, talvez, a grande representante desse tipo de ficção no país. Atentos a tamanha significância, pela qual a literatura de Lobato é (re)conhecido, optamos por, na presente pesquisa, utilizar o título como no original, e não como prescreve o Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa de 1990 (*Sítio do Pica-Pau-Amarelo*).

*O poço do Visconde* está estruturado em 18 capítulos, sendo que já no primeiro apresenta-se uma definição básica de Geologia: a disciplina estuda a terra – não a Terra-mundo, mas a terra-terra, terra-chão. Mais à frente, Emília sugere:

— Estamos a tratar de um assunto muito sério: o petróleo. Que acha de abrimos um poço de petróleo aqui no sítio?  
Emília arregalou os olhos. A lembrança pareceu-lhe de primeiríssima.  
— E tenho um plano maravilhoso para conseguir uma perfuração bem redonda e profunda.  
— Qual é?  
— O tatu! Amarra-se um tatu pela cauda e pendura-se ele de cabeça para baixo, no ponto onde queremos abrir o poço. Na fúria de fugir, o tatu vai furando, furando até chegar no poço de petróleo (LOBATO, 2010, p. 15).

Nesse contexto, o narrador inicia a obra com o humor singular da personagem Emília. São três páginas de uma breve apresentação do petróleo até se chegar à ideia-base do capítulo: a importância de abrir um curso de Geologia e de assim, cientificamente, começar a extração do petróleo.

Em *O primeiro serão* descrevem-se os preparativos para a aula de Geologia. Com muita expectativa, a sala é arrumada como um anfiteatro de escola superior, na qual se darão os primeiros conhecimentos da área: terra, vulcões, placas tectônicas, rochas e outros dados específicos da disciplina. Valendo-se de símiles, o autor explica determinados conceitos:

A rocha sedimentária quer dizer a “rocha que sedimentou”.  
— E que é sedimentar?  
— Sedimentar é ser depositado no fundo da água. Se num copo você mistura areia com água e sacode, logo a areia se deposita no fundo, isto é, se sedimenta (LOBATO, 2010, p. 21).

Da mesma forma, com uma dose de humor, explica-se como os geólogos identificam as *rochas metamórficas*: “— Que quer dizer metamórfico? – Quer dizer que sofreu uma metamorfose. Metamorfose é a passagem de um estado para outro. Emília, por exemplo, metamorfoseou-se em gente, isto é, passou de boneca de pano a gente” (LOBATO, 2010, p. 23). Assim, constatamos que a forma pergunta-resposta é um recurso para se ensinar Geologia.

No *Segundo serão*, a apresentação da Geologia prossegue de forma didática no processo de aprendizagem professor-aluno. Desse modo, fala-se do

mineral, da sílica e do protoplasma. Nas escavações para encontrar o petróleo, os geólogos encontram restos fósseis de animalículos e de plantículas marinhas, como as diatomáceas, algas de células revestidas de uma película de sílica.

— Que é sílica?

— Um mineral dos mais abundantes na natureza. Depois do oxigênio é o que aparece em maior quantidade. As areias são formadas de sílica. Mas, como ia dizendo, essas plantinhas possuem células com capa de sílica, de modo que quando morrem e desaparece o que há dentro das células, fica só a casquinha. Ao lado das diatomáceas encontram-se também muitos fósseis de *radiolários*, *foraminíferos*, ostras etc.

— Radiolários?... Foraminíferos? Que é isso?

— Animálculos com esqueletinhos de sílica que também chegaram até nós em estado fóssil e fornecem aos sábios preciosa instrução sobre o estado da Terra há milhões e milhões de anos (LOBATO, 2010, p. 27, grifos do autor).

No decorrer de todo o capítulo, Visconde prossegue com as explicações e tira dúvidas da boneca Emília. Dessa lição, depreende-se que o petróleo se forma da matéria orgânica acumulada nos sedimentos, isto é, uma espécie de lodo formado embaixo da terra.

Em *Como se forma o petróleo*, num terceiro serão, o Visconde retoma algumas lições, explicando que, para a formação do petróleo, são necessárias condições adequadas, como o isolamento da água e também do oxigênio, haja vista o seguinte motivo:

Esse isolamento livra a matéria orgânica de ser devorada por certos seres viventes, os urubuzinhos do mundo pequeno. E também a livra da fome insaciável do maior urubu que existe na Natureza, o tal Senhor Oxigênio. Este freguês tem um apetite de cabra. Come tudo quanto encontra, isto é, *oxida* tudo quanto encontra, como dizem os químicos. O oxigênio existe na água e no ar; por isso a matéria orgânica que cai na água, ou está exposta ao ar, estraga-se depressa, desaparece, *oxida-se*, é devorada, em suma, pelo terrível urubu.

— Ahn! — Exclamou Pedrinho. — Então é por esse motivo que não se forma petróleo na matéria orgânica de cima da Terra. Está exposta ao ar, entregue à fúria do oxigênio...

— Isso mesmo. O oxigênio é uma espécie de guarda da natureza, com a missão de conservar as coisas num certo estado de equilíbrio (LOBATO, 2010, p. 35, grifo do autor).

Pedrinho acrescenta que não é tarefa difícil encontrar petróleo: “Basta determinar se uma terra é formada de aterro do mar” (LOBATO, 2010, p. 37). Passo a passo, pois, a ciência do Visconde começa a ser cada vez mais

respeitada, pois tudo o que ele diz está em conformidade com o que os geólogos ensinam.

No capítulo seguinte, intitulado *Petróleo! Petróleo!*, o narrador incita a imaginação infantil. Emília sonhara com uma “baleia petrolífera”, com várias torneiras, emergindo daí uma reflexão fundamental, a partir do empirismo, da observação e da comparação:

Quando você pinga um pingo de azeite num papel, que acontece? – Propôs o Visconde.

— Acontece que o azeite vai se espalhando até tomar conta do papel inteiro.

— Isso mesmo. Espalha-se, vai caminhando. O mesmo se dá com o petróleo lá no fundo, quando a capa impermeável se rompe. Vai se espalhando, vai subindo, até chegar à superfície da terra (LOBATO, 2010, p. 44).

Em *Mais petróleo*, o narrador expõe a causa do esgotamento dos poços, estabelecendo uma associação com a realidade, na qual, como se sabe, esse recurso não se apresenta em quantidade inesgotável: “Os poços de petróleo, por muito que produzam, em dado momento começam a morrer. Vão dando menos, menos, e por fim têm que ser abandonados; o óleo que sai já não compensa o trabalho de bombear” (LOBATO, 2010, p. 55). Ao mesmo tempo, também explica que o fato de os poços secarem não significa que o campo petrolífero esteja extinto: significa apenas que jorrou todo petróleo que poderia ser retirado no plano vertical, embora ainda exista o petróleo vazado, armazenado nas jazidas, por volta de 15 a 35%.

É ainda nesse capítulo que se verificam os dados de rendimentos e produções no setor do ouro negro, revelando-se a fonte milionária em que esse tipo de investimento se configura para o país – como referência, o autor recorre aos índices da indústria petrolífera norte-americana.

No capítulo *Trabalhos de campo*, Pedrinho declara que não suporta mais ouvir conhecimentos teóricos: o menino quer “pôr mãos à obra” para abrir o poço. Emília, entretanto, contesta a posição de Pedrinho, alegando pouco conhecimento para tal prática, ao que Pedrinho sugere a seguinte solução: “Muito bem. Vamos começar o trabalho e o Visconde nos vai ensinando. Lições ao ar livre – *fazendo*. É fazendo que o homem aprende, não é lendo, nem ouvindo discursos. Eu quero ciência aplicada” (LOBATO, 2010, p. 67).

Apesar do caráter desprezado do empreendimento, a todo o tempo a turma do Sítio recorre à ciência e à técnica – por exemplo, a fim de escolher o terreno adequado para jorro de petróleo, torna-se necessária a pesquisa geológica, bem como “pede-se a um geólogo que examine o terreno, estude as rochas aflorantes, isto é, as rochas que aparecem em certos pontos da superfície e as *relacione* com as que aflorem em outros pontos” (LOBATO, 2010, p. 68). Nesse ponto, o Visconde insiste em recorrer à teoria geofísica, explicando que esta é necessária quando o terreno é uma planície imensa, recoberta de vegetação, ou quando apresenta condições que fogem do conhecimento dos geólogos: “A geofísica consiste na aplicação de uns tantos princípios da Física, por meio dos quais os sábios adivinham o que não podem ver, nem apalpar” (LOBATO, 2010, p. 77).

Em *Depois do almoço*, a turma do Sítio está tão animada no estudo da Geologia que só faz mesmo uma pausa para fazer a refeição: “Comidos os lambaris do almoço, a meninada voltou correndo ao campo, interessadíssima na continuação do estudo geológico” (LOBATO, 2010, p. 80). Neste capítulo, discute-se a idade das rochas:

As primeiras camadas de rocha sedimentária que lá no fundo repousam sobre as rochas cristalinas pertencem à Era Azoica. Azoica quer dizer “sem vida”. Ficam lá os terrenos arqueanos, ou antiquíssimos, onde nunca há petróleo, nem um sinal de fósseis, já que naquele tempo ainda existia vida (LOBATO, 2010, p. 83).

Traça-se, assim, o paralelo entre a era da rocha e o melhor período para o petróleo: “Ah, é o Terciário. Os melhores campos petrolíferos do mundo são em terrenos dessa época” (LOBATO, 2010, p. 84). Mais adiante, discute-se o método da perfuração, que consiste na utilização de uma torre que sustenta a coluna de perfuração: “A broca instalada na ponta vai triturando a rocha nas camadas subterrâneas. Há vários tipos de brocas adequados a cada tipo de rocha. Nos terrenos mais macios aplica-se a broca de dentes ou de lâmina, como o trépano” (LOBATO, 2010, p. 88). A discussão ainda segue, mas, agora, voltada às formas de perfuração do poço de petróleo, aos métodos e às brocas utilizadas. E, depois de muito trabalho da turma do sítio, finaliza-se o capítulo com o Visconde exausto, limpando na manga o “suorzinho” da testa.

Nas “Montagens”, Emília é questionada por Dona Benta a respeito do sumiço da turma. A boneca explica: estão na missão de encontrar o poço de petróleo que vai salvar o Brasil.

Já completamos os estudos geológicos e geofísicos; já estaqueamos o terreno; já construímos as casas dos operários, o barracão das máquinas, o escritório e o bangalô de Mister Kalamazoo, o perfurador que mandamos vir da América. Também já encomendamos a maquinaria toda, a sonda, os tubos de revestimentos. Um dinheirão vovó! Mais de 100 mil dólares (LOBATO, 2010, p. 92).

No jantar, empolgados, os personagens dão continuidade à questão:

Iriam extrair do poço milhares de barris de óleo, montar uma refinaria, inundar o Brasil de gasolina, querosene, óleo lubrificante, óleo combustível, supergás e dezenas de outros produtos do petróleo. Dinheiro, ganhariam tanto, que a dificuldade seria saber o que fazer dele (LOBATO, 2010, p. 93).

Nesse cenário de abundância financeira, Narzinho conta que o seu sonho seria construir hospitais, escolas, bibliotecas e outras obras de utilidade geral, sendo que, desse sonho, surge um neologismo:

Quer dizer que será uma Rockefellerzinha. O velho Rockefeller,<sup>21</sup> depois de ter ganhado montões e montões de ouro, ficou sem saber o que fazer daquilo. E fundou o Instituto Rockefeller, cuja função é gastar seus milhões em coisas de benefício universal (LOBATO, 2010, p. 93).

As ideias em torno dos encaminhamentos para a instauração da economia do petróleo perduram por todo o jantar.

*Começa o poço* é o tão esperado capítulo do livro, pois finalmente chega o momento de perfurar o chamado Caraminguá número 1. Para tanto, revela-se todo o processo necessário para descer 1.500 metros de profundidade:

Um *pum-pã* de dia e de noite, só interrompido pelas paradas para colocar nova haste, ou mudar o trépano. Quando chegou a hora de mudar o trépano, os meninos prestaram toda a atenção. Os homens suspenderam o trépano até acima da boca do poço e o desatarraxaram. Estava com o corte completamente robudo. Foi substituído por um do mesmo calibre, bem afiado. Enquanto isso, o primeiro usado era posto numa carreta sobre trilhos e levado à oficina do ferreiro (LOBATO, 2010, p. 105).

---

<sup>21</sup> John Davison Rockefeller foi o fundador da Standard Oil Company, que dominou a indústria do petróleo e foi o primeiro grande *trust* dos Estados Unidos. Parte de sua fortuna foi usada para criar um moderno e sistemático estilo de filantropia, com fundações que tiveram grande efeito na medicina, educação e pesquisas científicas (SEGALL, 2000).

Nessa descrição, destacam-se o vocabulário específico da técnica de perfuração e a ênfase num trabalho que não dependia unicamente das máquinas, mas principalmente de uma dinâmica de diferentes grupos – como operários e ferreiros –, pressupondo as diretrizes dos engenheiros especializados, dos geólogos e dos geofísicos.

Conforme é possível identificar, as explicações das brocas nos capítulos anteriores são agora retomadas já em uso, e o processo de perfuração da broca para alcançar o poço é explanado didática e detalhadamente:

Se um simples cano de aço sem dentes, sem corte, sem nada, como podia corroer a rocha? Mistério. [...]  
 — Mister Kalamazoo, quando a broca vai começar a trabalhar, despeja no fundo do poço um punhado de aço granulado.  
 — Que aço granulado é esse?  
 — Uns carocinhos de um aço duríssimo, assim do tamanho de chumbo de caçar paca. A broca vai comprimindo esse aço granulado contra a rocha e a esfarela (LOBATO, 2010, p. 108).

Sem dúvida, era esse o conhecimento técnico que Lobato gostaria que os especialistas brasileiros tivessem, a fim de que não fosse preciso depender de mão de obra estrangeira, responsável por despesas ainda maiores no setor.

*Em marcha* é o capítulo no qual a empreitada da perfuração do poço continua, atingindo um lençol de água já aos 230 metros de profundidade:

Não era salgada. Ainda era água de cima – explicou Mister Champignon, depois de analisá-la no pequeno laboratório montado perto da sonda.  
 — Tem a mesma composição das águas da superfície. Mas de repente daremos em água que já não é de chuva, e sim fóssil – água retirada no seio da Terra há milhares de anos (LOBATO, 2010, p. 112).

Já aos quinhentos metros de perfuração do poço:

— *Salt water!* – Exclamou. Água salgada!  
 Era um grande acontecimento. Os meninos correram a provar e também fizeram caretas. No maior assanhamento recolheram numa lata vários litros e foram para casa a fim de assombrar Dona Benta.  
 — Água salgada, vovó! – Gritou Pedrinho da porta. — Água fóssil. Água que esteve presa no fundo da terra alguns milhões de anos. Prove (LOBATO, 2010, p. 119-20).

Nessa altura da narrativa, evidencia-se o fato de que, gradativamente, as crianças vão assimilando as lições de Geologia. Já no capítulo seguinte –

*Petróleo, afinal* – o primeiro parágrafo nos dá a dimensão da importância dessa busca:

Depois dos setecentos metros os meninos notaram que o perfurador e o geólogo-químico vinham prestando muita atenção nos testemunhos extraídos do poço. Eles chamavam testemunhos aos tais cilindros de rocha obtidos por meio da perfuração rotativa. Num galpão armado à esquerda da sonda esses testemunhos iam sendo dispostos uns em cima dos outros, formando altas colunas, com papeletas indicativas das profundidades. Desse modo ficava perfeitamente visível a constituição do subsolo daquela zona (LOBATO, 2010, p. 121).

Na organização do trabalho relativo à prospecção, são feitas cuidadosas anotações indicativas das profundidades, e deduções e observações caracterizam essa laboriosa empreitada. Até que, finalmente, foi possível contemplar o tão sonhado ouro negro:

Assim que os homens deram a última volta na rosca, tiveram de fugir dali aos pinotes, porque o petróleo ganhara grande impulso e arremessara para o ar, com enorme violência, o resto da coluna de água. Uma chuva de lama barreou a torre de alto a baixo, espirrando até em Dona Benta e Tia Anastácia, distantes dali. Em seguida o jorro de lama avermelhada foi substituído por um jorro negro, tão violento que arrebatou a parte superior da torre (LOBATO, 2010, p. 128).

Nesse quadro, após tomar um banho de petróleo, Emília está no banheiro, dizendo que o petróleo pode ser uma excelente coisa, que pode ser a riqueza das nações, que pode ser ouro líquido ou o que quiserem, mas que no corpo era uma grandíssima porcaria, caracterizando-se, assim, os ingênuos e espontâneos comentários da falante Emília ao longo do livro.

Em *O abalo do país!*, narra-se a abertura do Caraminguá número 1, um sonho distante que se tornou realidade e que ganhou repercussão na imprensa em âmbito nacional:

Por estranha que pareça a notícia, é a verdade pura. Meus netos meteram-se a estudar Geologia com o Visconde de Sabugosa e convenceram-se da existência do petróleo aqui no sítio. E como são levados da breca, arranjaram sonda, perfurador, operários especialistas e puseram-se a furar. Passaram meses nisso, até que enfim o petróleo apareceu num grande jato de quarenta metros de altura, que nos deixou a todos como pintos pelados que caem no melado (LOBATO, 2010, p. 132).

Em seguida, Pedrinho se vale da ironia para provar a existência do petróleo: “Mister Kalamazoo, permita-me que lhe apresente aqui o repórter do *Correio da Manhã*. Ele veio de longe para tomar um banho de petróleo, porque é dos tais São Tomés do ver para crer” (LOBATO, 2010, p. 133). O narrador emprega frase curtas, no estilo de manchetes, para fazer alarde acerca da descoberta:

*Petróleo! Petróleo! A descoberta do petróleo no Brasil! Um poço de quinhentos barris por dia no sítio de Dona Benta! A avó milionária! 5 milhões e 400 mil cruzeiros por ano, só do primeiro poço! O banho de petróleo! A chuva de petróleo! Um sabugo científico que é um formidável geólogo! Um rinoceronte que sabe inglês e chifra gente! Mister Kalamazoo e Mister Champignon!* (LOBATO, 2010, p. 138, grifos do autor.)

Em *Grandes mudanças na vila*, Lobato trata dos compostos químicos originários do petróleo, ressaltando a importância desta substância como matéria-prima para as indústrias de tintas, ceras, vernizes, resinas, cosméticos, pneus, borracha, fósforos, chicletes, filmes fotográficos e fertilizantes, dentre outros tantos produtos. No entanto, a discussão mais relevante deste capítulo gira em torno das mudanças na vila advindas das descobertas do petróleo:

— Roça, comadre? A senhora chama roça a isto por aqui? Foi roça! Hoje está virando cidade com uma fúria louca. A vila está que está que ninguém mais se conhece. Ontem repeti três vezes a sessão do Cine Tucano Amarelo. Aquilo é que é cinema! E essa transformação da vila não parará mais – disse Dona Benta. — Sei de muitas companhias de petróleo que já se formaram, e de outras que estão se formando para pesquisar petróleo na zona. Logo teremos aqui uma cidade à moda americana, movimentadíssima, que mudará tudo – os costumes e as gentes (LOBATO, 2010, p. 146).

No final desse capítulo, Dona Benta volta-se para Pedrinho e o alerta, ao mesmo tempo que, dada a sua experiência, também orienta o leitor infantil sobre o que se deve levar em conta no momento de uma transação comercial:

— Aproveite a lição, meu filho. Quando propuserem a você um negócio “bom demais”, fique de orelha em pé, perguntando lá dentro: “Onde está o gato?”. Há sempre um gato escondido em todos os negócios da China que os piratas propõem às criaturas de boa-fé... (LOBATO, 2010, p. 149.)

Em *Piratas do petróleo*, grandes mudanças na Vila ocorrem em consequência da nova descoberta. Muito se questionava sobre a exploração do petróleo em terras onde os proprietários não queriam vender os seus patrimônios; todavia, o impasse se resolvia por meio de um contrato para a exploração do subsolo, tendo-se em vista que os petroleiros desejam o que está lá no fundo, e não o que existe na superfície. Nessa altura da narrativa, porém, Emília adverte para a defesa do campo petrolífero, ameaçado pelos denominados *piratas do petróleo*:

— Mister Kalamazoo acaba de sair daqui. Contou umas histórias de que não pesquei nada. Acha que devemos organizar a defesa do nosso campo petrolífero, ameaçado pelos piratas do petróleo. Que quer dizer com isso, Visconde?

O sabuguinho riu-se.

— Ah, sei. Piratas do petróleo são os que abrem poços nas divisas de um campo petrolífero para roubar parte das existências desse campo. Um poço de petróleo drena, ou puxa o petróleo num raio de muitas dezenas de metros, de modo que cada poço que abrem nas divisas do sítio puxará uma boa parte do petróleo daqui do sítio (LOBATO, 2010, p. 151).

*A dinheirama* é o capítulo que discorre sobre todo o procedimento que gira em torno do capital petrolífero, sendo que cargos para essa empreitada foram divididos da seguinte forma: Narizinho seria a diretora-comercial da companhia; Dona Benta, a diretora-geral; Visconde, o consultor técnico; Emília, a diretora dos transportes; e, Quindim, o encarregado-geral da defesa.

Não obstante a boa diretoria, eram duras as negociações no mercado do petróleo:

Narizinho recebeu os homens e discutiu muito bem a questão do preço, não pedindo nem de mais nem de menos.

— Vou fazer um precinho de amigo – disse ela. — 10 centavos o litro. Serve?

Os homens acharam baratíssimo, porque andavam comprando óleo importado por preço três vezes maior. Mas, ciganos como são todos os comerciantes, torceram o nariz, dizendo que era preço muito alto. O cálculo deles fora de que, como Dona Benta não tinha meios de se aproveitar do petróleo, ia vendê-lo por qualquer preço e ofereceram 5 centavos. Narizinho danou, e depois de consultar Dona Benta, respondeu-lhe da seguinte maneira:

— O preço que dei foi muito bem estudado por vovó, que não é nenhuma cigana, mas também não é boba. Os senhores, entretanto, além de bobos são ciganos, e para castigo das duas coisas eu só dou agora o petróleo a 12 centavos o litro. 10 centavos é o nosso preço e 2 centavos fica sendo a taxa de castigo.

Os homens riram-se.

— Nesse caso, não fazemos negócio e quero ver o que sua avó faz do petróleo.

Narizinho respondeu:

— Vovó tem 65 anos e nunca precisou do petróleo para viver. Nem nunca aturou ninguém. É independentíssima. Se não achar quem lhe pague o petróleo pelo preço que pede, pensam que ela se amola? Ah, ah, ah! Fecha os poços para só abri-los quando estiver com o oleoduto e a refinaria montados – e os senhores ficam bigodeados. Não temos pressa nenhuma em vender o nosso petróleo. Passem muito bem. Vendo aquela firmeza da diretora-comercial, os ciganos coçaram a cabeça.

— Pois bem – disseram eles. — Aceitamos o seu preço de 10 centavos (LOBATO, 2010, p. 159-60).

*O Brasil tem petróleo* é o capítulo que mostra como a descoberta de petróleo no Sítio abalou o país. Formaram-se empresas para exploração do petróleo em todos os estados. Nessa dinâmica,

[...] em Alagoas abriu-se o primeiro poço no Riacho Doce, com seiscentos barris por dia – e a seguir toda aquela região se encheu de poços. Vendo aquilo, os estados vizinhos atiraram-se. Sergipe furou vários poços e por fim também acertou no petróleo (LOBATO, 2010, p. 167).

Na sequência, o autor complementa a ideia, afirmando que, nesse caminho, o país prosperava:

Todo mundo compreendeu que o nosso emperramento antigo provinha da falta de circulação. Nada circulava no Brasil, porque não havia transporte e o transporte é tudo para um país de grande território. Para haver transporte, é necessário que haja combustível abundante e barato. Ora, como poderia ter combustível abundante e barato um país que o comprava fora a peso de ouro? (LOBATO, 2010, p. 169.)

*A grande festa* relata a abertura de mais um poço que, segundo as palavras do narrador, era “magnífico”: “Aos oitocentos metros, os perfuradores atingiram o horizonte petrolífero comum a toda zona” (LOBATO, 2010, p. 179). Em homenagem ao velho rinoceronte, o poço de 7 mil barris teve o nome de Quindim número 1. Graças a esse poço, a então nomeada “Companhia Donabentense de Petróleo” passou a promover obras de benefício para toda a gente. Por essa razão, Pedrinho afirma que ainda erguerá um monumento à avó e à turma do Sítio, fazendo uma inscrição numa placa de bronze com os seguintes dizeres: “A DONA BENTA E. DE OLIVEIRA, DESCOBRIDORA DO

PETRÓLEO NO BRASIL, E AVÓ DE PEDRINHO E NARIZINHO, OFERECE À PÁTRIA AGRADECIDA” (LOBATO, 2010, p. 185, grifos do autor).

Finalmente, em *O triunfo de Dona Benta*, Emília tem a ideia de organizar um “triunfo romano” para Dona Benta – ideia com a qual a turma do Sítio concorda:

“Triunfo de Dona Benta”! Ela e todos nós montados no Quindim, ela com um cetro na mão e nós com bandeiras, e faremos uma entrada triunfal pelo meio desse povaréu que está comendo e bebendo à tripa forra. Na frente botamos Mister Kalamazoo e Mister Champignon na posição da Estátua da Liberdade, segurando fogos de bengala para iluminar o caminho. Atrás do Quindim, Tia Anastácia com um tridente, feito Netuna, para ir cutucando Quindim quando ele parar. E na rabeira, o pessoal todo da Donabentense, sem archotes. E mais coisas que no momento lembrarei. Que tal?

— Ótima ideia – gritaram Pedrinho e Narizinho, entusiasmados (LOBATO, 2010, p. 189).

Para encerrar, manifesta-se o discurso da independência econômica no Brasil, prendendo-se na torre de extração petrolífera do Sítio a seguinte mensagem, redigida por Pedrinho: “SALVE! SALVE! SALVE! DESTE ABENÇOADO POÇO, CARAMINGUÁ NÚMERO 1, A 9 DE AGOSTO DE 1938 SAIU, NUM JATO DE PETRÓLEO, A INDEPENDÊNCIA DO BRASIL” (LOBATO, 2010, p. 191). Na solenidade de “inauguração do poço do sítio”, transparece, pois, uma conquista de cunho nacionalista.

Nesta obra que fecha o ciclo do petróleo, Monteiro Lobato retoma um gênero em que é cultuado como mestre. Com forte apelo didático, o livro torna-se referência na formação das novas gerações pela leitura de textos de base racionalista e científica. Trata-se de uma metáfora da urbanização do Sítio e, por conta dessa transformação, é um volume diferenciado da série *Sítio do Picapau Amarelo*. Constitui uma expressão de um momento de crise na economia brasileira, pois revela a irreversível exaustão da forma de produção rural diante dos avanços dos novos meios de produção do capitalismo internacional, impulsionado pelo petróleo.

### 3 CONDIÇÕES DE PRODUÇÃO DO DISCURSO DO PETRÓLEO

“O americano produz como povo nenhum ainda produziu.”

(LOBATO, 2009, p. 233.)

Já no final da década de 1920, antes de se deslocar para os Estados Unidos com a finalidade de assumir o posto de adido comercial do Brasil em Nova Iorque, Monteiro Lobato expressou a sua visão daquele país em duas obras: *O choque das raças* ou *O presidente negro*, em 1926, e *Mister Slang e o Brasil*, em 1927. Nessa linha, acrescentamos o livro *América*, escrito em 1932 após a sua primeira e única viagem àquela nação. Nesse conjunto de publicações, o escritor e editor reuniu as lições de desenvolvimento extraídas da mentalidade norte-americana, capazes de transformar o Brasil num país desenvolvido, com riqueza e distribuição de renda.

#### 3.1 LOBATO NA AMÉRICA DO NORTE

No que diz respeito a cada uma dessas publicações, *O choque das raças*, originalmente lançado com o subtítulo *Romance americano do ano 2228*, é uma obra de ficção científica cuja narrativa, que se desenvolve numa perspectiva futura, expõe a divisão do eleitorado americano, segmentado entre homens brancos e homens negros para eleger o Presidente dos Estados Unidos.

Ainda em 1926, Lobato converteu o título do livro para *O presidente negro*,<sup>22</sup> abordando temas polêmicos dos debates científicos e intelectuais em voga nas primeiras décadas do século XX, como a segregação racial e a guerra dos sexos. Através de um aparelho denominado “porviroscópio”, ele se permitiu observar as transformações sociais, políticas e tecnológicas que ocorreriam na sociedade. Nessa mescla de realidade e ficção, presente e futuro, revela-se uma faceta futurista de um intelectual que divulga concepções relacionadas aos caminhos da modernidade e a uma nova ordem social:

---

<sup>22</sup> Anos mais tarde, em 1935, o livro foi traduzido para uma edição na Argentina intitulada *El presidente negro – novela norteamericana del año*, por Benjamin de Garay.

[...] o radiotransporte tornará inútil o corre-corre atual. Em vez de ir todos os dias o empregado para o escritório e voltar pendurado num bonde que desliza sobre barulhentas rodas de aço, fará ele seu serviço em casa e o radiará para o escritório. Em suma: trabalhar-se-á a distância” (LOBATO, 2009, p. 13).

Na obra *Mister Slang e o Brasil*, o inglês radicado em território nacional avalia os problemas do nosso país e indica possíveis soluções. Por meio de conversas com um carioca, Mr. Slang expõe a sua visão política, econômica e social de uma nação que, no seu passado recente, mantivera costumes arcaicos:

— Não há serviço público que não empregue cinco homens, pessimamente pagos, para fazer, malfeitissimamente, a tarefa que um só, bem pago, faria a contento. Essa é a fórmula da burocracia brasileira, da qual decorrem três males: prejuízo do serviço público, miséria do funcionalismo e roubo de atividade à produção privada (LOBATO, 2008, p. 80).

Conforme se pode depreender – inclusive por todas as informações já apresentadas anteriormente –, o posicionamento de Mr. Slang representa o próprio posicionamento de Lobato a respeito de determinados temas que, até então, agitavam a opinião pública.

*América*, por sua vez, pode ser definida como uma obra que, no futuro, corresponderia ao modelo mundial de economia e desenvolvimento que conhecemos. No discurso de Lobato, encontramos diversas projeções dessa modernidade:

[...] rede de metrô, no subsolo, grandes prédios como Chrysler Building, de desenho arquitetônico inédito, em pleno viço de crescimento. Ali, tudo é moderno, pujante. Do rádio ao cinema falado, da televisão ao aeroplano, das linhas da *mass production* aos arranha-céus cortando o horizonte cosmopolita, as descobertas propagam-se a uma velocidade estonteante (LOBATO, 2009, p. 20).

Na visão de *América*, “a soma do trabalho feito no Brasil é mínima comparada com a do feito aqui” (LOBATO, 2009, p. 93). Nessa concepção, o brasileiro poderia ser mais produtivo realizando trabalhos que, na América, são executados por máquinas – o avanço tecnológico na produção agrícola, por exemplo, era algo fundamental para o autor, que expõe:

Terras maravilhosas para a agricultura, planícies sem fim para o trigo e demais grãos, onde a máquina faz em escala tremenda o que outrora, ou ainda hoje nos países atrasados, faz em escala reduzida o músculo humano associado ao do boi (LOBATO, 2009, p. 95).

Além da agricultura, Lobato também se pronunciava sobre outros recursos da natureza, como as reservas de minério e ferro. Para ele, escrever sobre a América era discorrer a respeito da riqueza mediante a qual aquele país se constituíra e desenvolvera.

Como se sabe, em 1929 o mundo todo sofreu com a quebra da Bolsa de Valores, cujos desastrosos impactos foram assim descritos pelo empresário em *América*:

A crise veio, sim. Em 23 de outubro desse funesto ano de 1929 o arranha-céu especulativo da Bolsa, que vinha desde a guerra a erguer-se num ímpeto jamais observado, desabou. A baixa nesse dia foi ultraviolenta e indicativa não das oscilações comuns dos tempos normais, mas de terremoto em perspectiva, de tromba-d'água trazida nas asas de um ciclone. Pânico... [...] Vieram sucessivas reações de alta, sim, bem violentas algumas, mas sem força para deter o ímpeto da queda. E o mercado degringolou na série de pânicos que culminaram em 13 de novembro (LOBATO, 2009, p. 249).

A crise tinha raízes profundas; as razões estruturais desse acontecimento decorriam da própria natureza do capitalismo. Na época, havia a necessidade de moderar a produção em certos setores, o que poderia provocar crise econômica e social. Com isso, a curto prazo, a indústria, a agricultura e a mineração teriam de diminuir o movimento dos seus negócios, com momentânea baixa nos lucros. Entretanto, consoante registram Arruda e Piletti (1996, p. 287), “o governo, essencialmente liberal não poderia intervir na produção. Nem os empresários, preocupados com interesses imediatos, concordariam com tal solução”. Nessa conjuntura, circulavam teses que asseguravam que o progresso e a estabilidade do desenvolvimento absorveriam qualquer crise.

Em contrapartida, a redução das exportações para a Europa fez com que as indústrias norte-americanas começassem a aumentar os estoques de produtos, sem conseguir escoá-los como antes. Grande parte das empresas possuía ações na Bolsa de Valores de Nova Iorque, onde milhões de americanos depositavam os seus investimentos; no entanto, percebendo a desvalorização das ações de muitas delas, houve uma demanda de investidores que pretendiam

vender as suas próprias ações, que também se desvalorizavam a cada dia. Nessas circunstâncias, portanto, ocorreu a chamada “grande depressão econômica”, levando o setor produtivo à falência e aumentando o índice de desemprego. Porém, o fato é que, mesmo nessas condições, o país não deixou de trabalhar:

Nesse dia lúgubre, quando tudo parecia perdido, um conjunto de fatores favoráveis, *bullish*<sup>23</sup> news interferiu. Coligaram-se, para criá-lo, os bancos, o governo e até Rockefeller com a famosa cunha de 50 milhões com que deteve a queda das ações da Standard Oil de New Jersey (LOBATO, 2009, p. 249).

Após esse período de grande impacto social, eis que se chega à resolução – o conhecido New Deal, que se traduz livremente por Novo Tratado, ou Novo Acordo, cuja proposta era, de maneira objetiva, solucionar o problema, a começar pelo governo norte-americano, que passou a controlar os preços e a produção das indústrias, conseguindo conter a inflação e evitar a formação de estoques. Para diminuir o desemprego, no Novo Acordo também constava o investimento em obras públicas (estradas, aeroportos e ferrovias). O projeto foi bem-sucedido, e não demorou para que a economia americana voltasse a funcionar normalmente.

No que tange ao quesito educação, o escritor posicionava-se em prol da qualidade no ensino. Para Lobato (2009, p. 92), a “América do Norte excedia o poder de previsão do cérebro humano”; segundo ele, o pensamento norte-americano adotara grande aparelhamento cultural, o que o levava a ponderar sobre as universidades e os investimentos efetuados na época:

[...] Harvard, que para um corpo de oito mil alunos dispõe duma dotação de 108 milhões.  
— Cento e oito? Um milhão e 80 mil contos? – Exclamei revoltado.  
— Sim, meu caro. E quantas outras ainda mais abundantemente dotadas que a Princeton? A de Chicago com 60 milhões; a de Columbia com 77; a Stanford com 30; a do Texas com 27; a de Yale com 88... (LOBATO, 2009, p. 92.)

---

<sup>23</sup> Os termos ‘*bullish*’ e ‘*bearish*’ tratam das tendências da economia de mercado. É dito “*bullish*” quando a expectativa geral é de que os preços das ações subirão. Por outro lado, o “*bearish*” descreve o estado contrário da economia geral, ou seja, inflação alta, desemprego e Produto Interno Bruto (PIB) em queda.

No excerto abaixo, os adjetivos e os pontos de exclamação aplicados por Lobato revelam a sua admiração perante as construções dos centros universitários americanos. O escritor lamenta não poder reiniciar uma carreira de estudos para formar o espírito naquele espaço a que se refere como um “paraíso”:

Que maravilha de ambiente o que vi na Universidade de Princeton! Deveras lamentei comigo mesmo não estar começando a existência para vir estudar, formar o espírito ali em tal paraíso. Aqueles maravilhosos grupos de edifícios, todos do mesmo estilo, recobertos de hera, tudo harmonizado de acordo com um plano... Que repouso!  
 — Quantos alunos, Mister Slang?  
 — Poucos, relativamente. Dois mil, servidos por duzentos professores (LOBATO, 2009, p. 89).

Já no âmbito do americanismo, Lobato considera dois pontos fundamentais: homens e livros – as figuras históricas e a cultura letrada são responsáveis pelo avanço da experiência humana. Desta perspectiva é que o intelectual situa a América na esfera do pensamento e dos costumes dos homens de Primeiro Mundo:

Um país se faz com homens e livros. Minha visita aos monumentos de George Washington e Lincoln provou-me que a América tinha homens. Ter homens, para um país, é ter Washingtons e Lincolns, forças tão marcantes que sobre sua obra não pode a morte. Viva quanto viver a América, seus dois heróis viverão com ela, dia a dia mais sublimados. Já nem mais são homens hoje, decênios passados do desaparecimento da cena, mas semideuses. Crescem sempre. Divinizam-se. [...]  
 Com homens e livros. Nos livros está fixada toda a experiência humana. É por meio deles que os avanços do espírito se perpetuam. Um livro é uma ponta de fio que diz: “Aqui parei; toma-me e continua, leitor”. “Platão pensou até aqui; toma o fio do seu pensamento e continua, Spinoza” (LOBATO, 2009, p. 60).

Lobato admirava as bibliotecas. Nesses espaços, pairava um silêncio de recolhimento, lembrando quase um lugar sagrado: “Sair da quinta avenida, o torvelinho perpétuo, e cair na Biblioteca Pública, corresponde a mudar de planeta. Reina lá um silêncio de recolhimento, e ainda uma constante temperatura de primavera, por mais que fora o verão escale” (LOBATO, 2009, p. 202). Contudo, à parte essa sensação de recolhimento que geralmente nos remete a ambientes menores e/ou mais intimistas, a América se mostrava uma nação feita por grandes homens, na qual os empresários destacavam no

universo de uma indústria que, mais adiante, seria modelo de produção para a economia das futuras gerações. A propósito, foi nesse quadro que o empresário John Davison criou o modelo chamado *integração vertical*, que consistia em ligar o refino, o transporte e a comercialização do petróleo na época.

A propósito dessa época, a influência de Frederick Taylor (1856-1915) também era considerável, dadas as suas projeções científicas que repercutiam na atividade de organização das tarefas, nos trabalhos de fábrica. Para Taylor, a lógica mercadológica associava a quantidade de produção com o potencial de prosperidade, e a administração científica do trabalho não constituía elementos simples, mas uma combinação complexa que poderia ser estruturada da seguinte forma:

Ciência em lugar de empirismo; harmonia em vez de discórdia; cooperação, não individualismo; rendimento máximo, em lugar de produção reduzida; desenvolvimento de cada homem no sentido de alcançar maior eficiência e prosperidade (TAYLOR, 1960, p. 126-127).

Nesse período, devido ao advento da industrialização, o trabalho estava associado à produção em série, de modo que a quantidade era proporcional ao lucro.

Em sua visão de empresário, Lobato idealizava sobretudo o exemplo de Henry Ford (1863-1947), engenheiro americano que ficaria conhecido como o homem que colocou em marcha a Era Moderna. Em *Os enigmas da produção e do trabalho*, Ford (1925, p. 292) explica: “Faço timbre em declarar que, narrando o desenvolvimento da ‘Ford Motor Company’, procuro chamar a atenção para o fato de que os métodos hoje usados não são mais eficazes para os negócios”, sendo que, motivado a superar tal deficiência, ele criou uma forma mais econômica e rápida para a produção de modelos de automóveis padronizados, passando a utilizar, a partir daí, o que ficou conhecido como *sistema fordiano de produção – o fordismo*.

No sistema fordista, o automóvel passava por uma esteira de montagem em movimento, ao longo da qual cada trabalhador exercia uma função específica: pintura, colocação de peças, de direção, de motor, e assim por diante. Nesse novo processo, o automóvel era produzido num tempo menor – diferencial que fez com que o modelo T, da marca, se tornasse o mais vendido da época.

Para além de *América*, o grande interesse de Lobato por esses assuntos comerciais ainda se refletiria em inúmeras de suas obras:

Para Henry Ford, por exemplo, o ouro não passa dum material de construção, como outro qualquer. A um jornalista que lhe perguntou quanto dinheiro tinha, respondeu:  
 — “Quanto carvão ou quanto ferro tenho?”  
 — “Não. Quantos dólares.”  
 — “Ignoro, nem é coisa que me interesse saber. Ouro é um material de construção, como o carvão ou o ferro. Para criar uma indústria necessitamos de três materiais: ouro, ferro e carvão” (LOBATO, 2009, p. 208).

É importante lembrar que o livro de Henry Ford – *Minha vida e minha obra* – foi publicado em 1925 pela Editora Monteiro Lobato, de São Paulo. Com essa publicação, era evidente o objetivo do escritor e editor brasileiro em divulgar as propostas do fordismo em território nacional, não bastasse se tornar pioneiro na divulgação dessas novas formas de produção industrial no país.

Essas, portanto, eram as linhas de pensamento que circulavam a respeito das organizações sociais e econômicas do capitalismo norte-americano, e é nessa conjuntura que Lobato entra em relação explícita e implícita com os padrões da racionalidade da sociedade americana e, numa perspectiva nacionalista – sem ser ufanista –, projeta para o Brasil o *american way of life*, fundado no livre-mercado.

### 3.2 NO CONTEXTO DO BRASIL

*No caso da história quantitativa das ideias, por exemplo, apenas a consciência da variabilidade, histórica e social, poderá fornecer de maneira efetiva as premissas de uma história das ideias também qualitativamente diversa (GINZBURG, 2006, p. 23).*

Na década de 1920, a industrialização dava os primeiros passos rumo ao progresso econômico. Nesse contexto, vivia-se um período transitório na história política e econômica do país:

O relativo desenvolvimento industrial apresentou descontinuidade, resultante, essencialmente, da retomada do ritmo das importações, quando casavam os fatores que haviam determinado sua diminuição. A partir do momento em que instalou um razoável aparelho produtivo, a indústria viveu sob o espantinho da alta cambial. O ramo têxtil, por

exemplo, no período 1925-1928 sofreu uma retração resultante, em especial, da melhoria do câmbio (FAUSTO, 1980, p. 231).

A desvalorização cambial resultou no encarecimento das importações, incentivando a sua substituição pela produção interna. Vale dizer que, neste momento, o mercado consumidor era formado, sobretudo, pelo setor cafeeiro ou por elementos que dependiam dessa atividade, o que significa que, do ponto de vista econômico, predominava o setor agrário, cujo escoamento de produção voltava-se ao mercado externo. Paralelamente a isso, a agricultura tradicional e a indústria incipiente proporcionavam empregos e moviam a economia nacional.

A Primeira República, entre os anos de 1889 a 1930, foi a passagem do Brasil Império para o Brasil República, um acontecimento que, segundo Fausto (2006, p. 143), influenciou a economia da seguinte forma:

O primeiro ano da República foi marcado por uma febre de negócios e de especulação financeira, como consequência de fortes emissões e facilidade de crédito. De fato, o meio circulante era incompatível com as novas realidades do trabalho assalariado e do ingresso em massa de imigrantes. Formaram-se muitas empresas, algumas reais e outras fantásticas. A especulação cresceu nas Bolsas de Valores e o custo de vida subiu fortemente.

A organização social da Primeira República (FAUSTO, 2006) foi marcada pela predominância do setor agrário-exportador,

pela inexistência de uma luta nítida entre agrários e industriais, pela fraca integração nacional, com predominância do eixo São Paulo-Minas, mesmo os conflitos operários, como a greve geral de 1917, não chegou a abalar os fundamentos do poder (FAUSTO, 1980, p. 233-4).

Entre 1926 e 1930, o Brasil foi dirigido pelo então Presidente Washington Luís, que seria deposto pela chamada Revolução de 1930. Nessa conjuntura, Júlio Prestes de Albuquerque foi eleito Presidente, mas não tomou posse, dado o advento revolucionário liderado por Getúlio Vargas. Assim, prevaleciam, então, as medidas centralizadas no governo: “Todos os antigos governadores, com exceção do novo governador eleito de Minas Gerais, foram demitidos e, em seu lugar, nomeados interventores federais” (FAUSTO, 2010, p. 333). Era dessa forma que se apresentava a ditadura brasileira, que não admitia contestações na ordem estabelecida:

A conjuntura que fez Getúlio Vargas ascender ao poder ficou conhecida como Revolução de 30. Período marcado pelas transformações político-econômico-sociais, que se estende até 1937, ano do golpe de estado que dá início ao Estado Novo. É o momento histórico da constituição do liberalismo como ideologia no Brasil. O principal mérito da Revolução de 1930 foi ter guindado ao poder uma aliança heterogênea de correntes políticas e econômicas. Foi, pois, nesse período conturbado, com dúvidas, incertezas e indefinições, que ocorreram grandes debates educacionais (SINGER, 1986, p. 235).

De acordo com Fausto (2010), a política trabalhista passou por várias fases, apresentando-se como inovadora, em relação a épocas anteriores. Nesse novo contexto, surgiram o Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, as leis de proteção ao trabalhador, assim como as leis de enquadramento dos sindicatos pelo Estado, além da criação de órgãos para arbitrar conflitos entre patrões e operários. Dentre as leis de proteção do trabalhador, estavam aquelas que regulavam o trabalho das mulheres e dos menores, a concessão de férias, o limite de oito horas da jornada de trabalho. A política trabalhista do governo Vargas constituiu um nítido exemplo de uma ampla iniciativa que não derivou das pressões de uma classe social, mas da ação do Estado:

Os responsáveis pela nova legislação eram os ministros do trabalho, homens como os gaúchos Lindolfo Color e Salgado Filho, que não representavam os industriais ou os comerciantes; eram antigos participantes de movimentos populares na Primeira República, como o advogado Evaristo de Moraes e o sindicalista Joaquim Pimenta; eram os técnicos ministeriais, como Oliveira Viana e Waldir Niemeyer. Embora as associações de industriais e comerciantes acabassem por aceitar a legislação trabalhista, elas a princípio combateram as medidas governamentais, especialmente aquelas que concediam direitos aos trabalhadores. Um dos principais focos de resistência se concentrou na extensão das férias aos trabalhadores industriais (FAUSTO, 2010, p. 336).

Havia, na época, uma nova percepção política e econômica. A meta era desenvolver a nação e se recuperar do atraso no processo de industrialização, pois os países de Primeiro Mundo prosperavam com essa modernidade. Tratava-se, essencialmente, de uma maneira pela qual o Brasil buscava qualidade de vida, além de uma relação de paridade com os países já desenvolvidos:

Vargas compreendeu, já no seu primeiro governo, que o Brasil estava ficando secularmente para trás no processo de desenvolvimento econômico, e que a única forma de recuperar o atraso era a industrialização. Todos os demais países ricos eram industrializados, por que, então, o Brasil poderia enriquecer apenas com a agricultura, como afirmava o pensamento dominante? (BRESSER-PEREIRA, 2012, p. 101.)

Para o governo Vargas, a construção da nação não bastava para fortalecer o Estado: era preciso também reuni-la em torno de um projeto nacional, ou seja, estabelecer um pacto nacional-popular, aliado ao desenvolvimento. Entretanto, dentre outros fatores, podemos considerar que a crise do projeto nacional-desenvolvimentista de Getúlio Vargas se relacionou a

[...] trustes e cartéis, filiais estrangeiras, [a]os Estados Unidos, as oligarquias locais e camadas médias conservadoras, que rejeitavam a colaboração necessária seja para financiar o desenvolvimento nacional, seja para melhorar a vida dos trabalhadores pobres (BASTOS, 2012, p. 361).

Embora a figura de Vargas talvez seja a mais controvertida da história brasileira, não se pode negar que o seu legado a marcou radicalmente. A ação e a retórica política então instituídas foram essenciais para legitimar o avanço da intervenção estatal, assim como para remediar os desastres econômicos e sociais que o livre-mercado produzia ao redor do mundo nos anos de 1930.

Priorizando uma estratégia desenvolvimentista, o autoritarismo nacionalista de Vargas tinha a sua razão de ser numa nação periférica que mal iniciara a sua industrialização. Nesse período, conturbado por debates ideológicos e por disputas no campo econômico, não havia o exercício da democracia:

Na verdade, no Brasil dos anos 1930 não havia condições para uma verdadeira democracia. Nos países mais avançados a democracia só se tornou possível no século XX depois que esses países complementaram sua revolução capitalista. Durante o século XVIII e o início do século XIX, os países que primeiro completaram essa revolução, como a Inglaterra e a França, eram Estados absolutos; no século XIX se tornaram liberais, porque garantiam os direitos civis, mas não eram democráticos, já que não havia neles o sufrágio universal. A democracia era impensável antes da revolução capitalista, porque foi só com o capitalismo que o excedente econômico assumiu a forma do lucro realizado no mercado e passou a ser apropriado pela classe dominante sem que para isso ela precisasse contar com o controle direto do Estado (BRESSER-PEREIRA, 2012, p. 116).

Apesar da inquietação social, comum em época de transição histórica, os dirigentes do Brasil preocupavam-se com a questão da construção social:

[...] Seu objetivo principal era o de formar uma elite mais ampla, intelectualmente mais bem preparada, [...] a educação entrou no compasso da visão geral centralizadora. Um marco inicial desse propósito foi a criação do Ministério da Educação e Saúde, em novembro de 1930.

[...] No plano do ensino superior, o governo procurou criar condições para o surgimento de verdadeiras universidades, dedicadas ao ensino e à pesquisa. Até então, elas eram apenas uma junção de escolas superiores. A Universidade do Rio de Janeiro, criada em setembro de 1920, consistia na verdade em uma agregação de três escolas: a Faculdade de Direito, a Faculdade de Medicina e a Politécnica. Por decretos de abril de 1931, o governo baixou o Estatuto das Universidades Brasileiras e reorganizou a Universidade do Rio de Janeiro, procurando estabelecer as bases do sistema universitário (FAUSTO, 2010, p. 338).

Foi nesse contexto que, graças à iniciativa do secretário da Educação Anísio Teixeira,<sup>24</sup> em 1934 implantou-se a Universidade de São Paulo e, em 1935, a Universidade do Distrito Federal. Em 1937, mesmo com os seus propósitos inovadores, a Universidade do Distrito Federal não resistiu ao regime autoritário vigente na época, posto que, em 1939, foi extinta e incorporada à Universidade do Brasil:

A ação do Estado no setor educativo relacionou-se intimamente com movimentos na sociedade, envolvendo educadores e a elite cultural, como a fundação da USP bem exemplifica. Esses movimentos vinham da década de 1920 e ganharam maior ressonância após a Revolução de 1930. Podemos falar de duas correntes básicas opostas: a dos reformadores liberais e a dos pensadores católicos. A igreja defendia o ensino religioso tanto na escola privada como pública [...]. Os educadores liberais sustentavam o papel primordial do ensino público e gratuito, sem distinção de sexo [...]. O ponto de vista dos reformadores liberais foi expresso no Manifesto dos Pioneiros da Escola Nova, ou simplesmente Manifesto da Escola Nova, lançado em março de 1933. Seu principal redator foi Fernando de Azevedo, destacando-se também os nomes de Anísio Teixeira e Lourenço Filho (FAUSTO, 2010, p. 339).

Assim, após a Revolução de 1930, os movimentos educacionais ganharam maior ressonância, especialmente em razão da proposta do Manifesto dos Pioneiros da Escola Nova. A ideia era difundir o pensamento de uma nova

---

<sup>24</sup> Anísio Spínola Teixeira foi um intelectual e jurista central na história da educação no Brasil nas décadas de 1920 e 1930. Foi também um dos pioneiros do Manifesto da Educação Nova, em 1933.

ordem que tinha como objetivo a universalização da escola pública, laica e gratuita. Entre os signatários, destacaram-se: Anísio Teixeira, Fernando de Azevedo, M. B. Lourenço Filho e Cecília Meireles. Apesar de Monteiro Lobato não aparecer de forma direta nos movimentos educacionais, ele colaborava com o conteúdo do material didático, tanto no seu papel de editor quanto no de escritor, com a produção literária dos livros infantis.

Nesse cenário em que o Estado estava armado de aparelhos repressivos, o projeto do discurso do petróleo ganhou sentido histórico e social, uma vez que revelou Monteiro Lobato, capitão da indústria do petróleo que, ao fundar e dirigir empresas de prospecção, afrontava interesses de poderosos grupos econômicos nacionais e internacionais a tal ponto que, considerando-se insultado, o governo proibiu e mandou recolher todas as edições de *O escândalo do petróleo* meses após o seu lançamento.

### 3.3 O CAPITÃO<sup>25</sup> DA INDÚSTRIA EM ATIVIDADE

A atuação de Monteiro Lobato como empreendedor configura a articulação entre um saber teórico e um saber prático, pois, por um lado, por meio das empresas editoriais, ele lançou bases para a formação de um novo pensamento no Brasil; por outro, atuou em companhias de petróleo, sob a bandeira da emancipação econômica do país. Para isso, recorreu até mesmo ao capital de pequenos investidores.

Foi em 1918 que Lobato foi convidado a dirigir a *Revista do Brasil*, tornando-se proprietário da publicação tempos depois:

Lobato adquire a revista e logo procura fazer dela a base para uma empresa editorial. Em julho, surge a primeira obra assinada com o nome Monteiro Lobato [...]. *Urupês* sai e torna-se sucesso de livraria. Aliás, o novo editor, sempre desejoso de inovações, fez bastante para o aumento e a facilidade da venda de livros no nosso país (NUNES, 2000, p. 12).

Naquela época, os livros – sobretudo os infantis – eram impressos em Lisboa e Paris; por essa razão, Lobato é reconhecido como pioneiro da

---

<sup>25</sup> No prefácio de *O escândalo do petróleo*, Caio Prado Júnior apresenta Lobato da seguinte forma: “E pôs mãos à obra. Não se contentou, como simples escritor, em estudar o caso brasileiro e propor remédios. Torna-se **capitão de indústria**” (LOBATO, 1956, p. X, grifo nosso).

editoração no Brasil. Além disso, num tempo em que o comércio de livros era escasso, ele projetou inovações, agora como proprietário de editora:

O novel editor logo observa o atraso do comércio do livro. Uma enorme falta de livrarias. Verifica a dificuldade de o livro chegar às mais diferentes partes do Brasil. Lobato, publicitário nato, começa a anunciar o lançamento de livros pelos jornais, o que, naquela época tacanha, foi considerado uma deselegância, uma heresia. Quatro ou cinco anos depois, instala oficinas próprias, com máquinas modernas que muitos anos depois ainda eram consideradas rendosas. Um jovem auxiliar de grande tino comercial Octalles Marcondes Ferreira, dá-lhe valiosa colaboração. Em março de 1919, surge a firma Monteiro Lobato & Cia (NUNES, 2000, p. 14).

Mediante a iniciativa no setor editorial, não bastasse atribuir destaque à obra de literatura infantil, Lobato também se interessou pela publicação de autores desconhecidos:

Fui um editor revolucionário. Abri as portas aos novos. Era uma grande recomendação a chegada dum autor totalmente desconhecido – eu lhe examinava a obra com maior interesse. Nosso gosto era lançar nomes novos, exatamente o contrário dos velhos editores que só queriam saber dos consagrados (HALLEWELL, 2005, p. 321).

O período de seca em São Paulo, porém, obrigou o racionamento de energia e fez com que a editora do empresário precisasse encerrar as suas atividades, também levando ao seu encerramento a *Revista do Brasil*, que fora referência na época. No entanto, este não seria o fim da atuação de Lobato como editor:

Em virtude do espírito penetrante de Octalles Marcondes Ferreira, dos próprios escombros da firma de Lobato saiu a Companhia Editora Nacional, que sob a direção de Octalles, orientado na parte intelectual por Lobato, se tornou uma das mais sólidas editoras brasileiras (NUNES, 2000, p. 15).

Contudo, mais adiante – e como consequência de especulação na Bolsa de Valores –, coube ao renomado intelectual vender a sua parte da Companhia Editora Nacional, ocasião em que acaba perdendo todo o seu patrimônio.

Na década de 1920, Lobato projetou um material de leitura que era distribuído abundante, gratuita e cordialmente pelas farmácias: *Jeca tatuzinho*, um folheto editado pela indústria farmacêutica e dirigido por Cândido Fontoura, que alcançou edição de milhões de exemplares.

Farmacêutico e empresário, Cândido Fontoura Silveira era colega de Monteiro Lobato; ambos publicavam artigos no jornal *O Estado de S. Paulo*. O nome do produto *Biotônico Fontoura*, aliás, teria sido sugestão do escritor, o que comprovava o seu tino publicitário e comercial.

Valendo-se dessa experiência de empresário e publicitário é que, ao longo da década de 1930, o taubateano produziria o discurso do petróleo, transitando da instituição literária para a arena dos debates da política econômica. Logo ao retornar ao Brasil, em 1931, ele se considerou habilitado para se projetar como grande empresário, a exemplo de um Ford e de um Rockefeller. Com isso, tal como assinala Nouroudine (2010, p. 122), ele procurava

[...] estabelecer o vínculo não somente entre a técnica e os valores da experiência, mas também entre a técnica e seus próprios valores, a fim de dominá-la, de efetivamente apropriar-se dela, fazê-la sua e torná-la própria a uma utilização eficaz em sua atividade de trabalho.

Assim, partindo do pressuposto da exploração doméstica que se fazia nos Estados Unidos, o escritor buscou implantar por conta própria uma companhia de petróleo, estudando todas as condições geológicas, embora não encontrasse receptividade junto ao poder público que, na época, não dispunha de políticas de pesquisa para a produção do petróleo. Diante das indefinições geradas pela legislação e pelas suas relações assimétricas com o governo Vargas, Lobato se viu em condições complexas de trabalho, ao gerir a sua atividade sob pressão. Como em toda atividade de trabalho, ele encontrava restrições de prescrição e uma dinâmica imprevisível do meio, defrontando-se com as contradições do trabalho real de uma organização petrolífera.

Como empresário, Lobato estabeleceu as normas e as práticas relacionadas à exploração do petróleo, iniciativa para a qual contava com o apoio de especialistas. Nessa atividade de empreendedor, ele buscava transformar pouco a pouco as práticas do trabalho e entendê-las, uma vez que “podemos resistir às verdadeiras questões do trabalho, mas elas acabarão por ressurgir” (DURAFFOURG, 2010, p. 54).

Para a abordagem ergológica, “o dizer estrutura o fazer no espaço e no tempo” (FAITA, 2010, p. 180). Nesse aspecto, é significativo observar como Lobato detém-se no episódio em que uma rocha denominada *diábase* dificultava

a perfuração de um poço de petróleo – fato este que inflacionava o custo do investimento, ou seja, o gasto seria quase cem vezes maior do que exigiria a perfuração normal. Nesse sentido, o conceito de *infidelidade do meio*

[...] revela não uma dificuldade de execução das atividades, mas a forma como fazemos o *uso de si*, ou, em outras palavras, é preciso fazer uso das próprias capacidades, dos próprios recursos e das próprias escolhas para gerir essa infidelidade (SCHWARTZ, 2010, p. 147).

Na linha de pensamento da filosofia de Schwartz, vale definir que essa infidelidade nos mostra que, embora tenhamos sempre um trabalho a executar, as situações que o cercam são singulares a cada dia. Apesar dessas dificuldades, Lobato seguia com o projeto empresarial e pretendia dar conta da complexidade técnico-financeira de um investimento dessa magnitude:

Entrei em entendimento com entidades europeias que vinham ao caso, e depois de muitas negociações obtive uma oferta excepcionalmente vantajosa. Um grupo técnico-financeiro alemão interessou-se pelo problema e apresentou uma proposta que resolveria tudo. Esse grupo propunha-se a financiar todos os trabalhos de perfuração da Cia. Petróleos e das outras empresas paulistas, a abrir quantos poços fossem necessários, a montar refinarias, a construir oleoduto e o mais relativo à criação da indústria petrolífera, tudo a ser pago por meio de porcentagem do óleo produzido. Nenhuma interferência na vida das companhias. Nenhuma exigência de controle. Apenas prestação de serviços técnicos e fornecimentos de material, a serem pagos com porcentagem do produto obtido. Isso asseguraria a vitória de todas as companhias, sempre curtas de dinheiro e de técnica (LOBATO, 1956, p. 58).

Assim, Lobato mostra como a produção poderia acontecer, por meio da divisão do trabalho e da ajuda mútua internacional. Nesse sentido, prevaleciam práticas colaborativas remuneradas, atividades que visavam ao propósito do progresso de suas empresas e, por consequência, ao progresso do país.

Na ação empresarial, Monteiro Lobato se envolve com uma série de companhias petrolíferas – A Companhia Petróleos do Brasil, a Companhia de Petróleo Nacional, a Companhia Mato-Grossense de Petróleo, a Companhia Cruzeiro do Sul. Além disso, estabelece parceria com a empresa alemã Piepmeyer & Co. Como sócio-fundador da Aliança germano-brasileira, a Aliança

Mineração e Petróleo (AMEP)<sup>26</sup> combateu a dominação americana nessa área. Na conjuntura de se opor aos interesses da Standard Oil, obteve parcerias de J. W. Winter, para os assuntos burocráticos, e de Charles Frankie, nos trabalhos de campo.<sup>27</sup> Projetava-se, assim, numa atividade empreendedora, dependendo de uma pluralidade de atores, numa organização fortemente marcada pela correlação entre o local e o universal, assim como entre o nacional e o internacional, posto que a base do capitalismo relacionado com a indústria petrolífera situava-se no exterior. Para Lobato, confrontavam-se, então, dois modelos de atividade: a organização industrial norte-americana e os entraves burocráticos da administração econômica do Brasil.

A Companhia de Petróleo do Brasil foi fundada em 1932 na cidade de São Paulo. Instrumentalizando na prática a causa petrolífera, Monteiro Lobato foi o presidente da empresa, dirigindo-a, em situação de trabalho, buscando descobrir uma riqueza cuja existência não era certa no país. Além de exercer a sua atividade de escritor, ele assumiria responsabilidades na direção de uma empresa de petróleo, ao mesmo tempo que redigia livros sobre o tema e passava à vivência na atividade industrial. Assim, ele se ocupava com a organização do trabalho e a introdução de técnicas.

Graças a Monteiro Lobato, ocorreram as primeiras provas da existência de petróleo na cidade do Rio Doce, em Alagoas, e elas foram determinantes para a proposição de outra companhia: a Companhia de Petróleo Nacional (CPN), segunda sociedade petrolífera da qual Lobato participaria e que passaria a atuar *in loco* na prospecção de Alagoas. Foi o amigo e engenheiro suíço de petróleo, Charles Franckie, o responsável pelos trabalhos de campo dessas perfurações (CHIARADIA, 2008, p. 24-5). Nessa conjuntura, a sonda de Alagoas da Cia. Petróleos Nacional sofreu intervenção federal e foi interdita. Lobato resistiu, conseguiu levantar alguns recursos e, finalmente, a 250 metros de profundidade, viu irromper o primeiro jato de petróleo, fato determinante para a proposição de outra empresa. Em 30 de julho de 1935, a Companhia Cruzeiro do Sul foi

---

<sup>26</sup> A petrolífera AMEP veio a se tornar departamento de prospecção da Companhia de Petróleo Nacional (LOBATO, 1956).

<sup>27</sup> J. W. Winter, engenheiro que representava a firma alemã Piepmeyer & Co. Charles Frankie foi um engenheiro suíço de petróleo que imigrou para o Brasil. Ambos estabeleceram frequentes contatos com Lobato, do qual se tornaram assistentes técnicos. Daí decorre o conhecimento de campo que Monteiro Lobato expressa no discurso do petróleo.

mencionada em carta a Frankie. Lobato, portanto, estava envolvido numa rede de relações, “o que faz com que incessantemente as transformações se produzam nas relações entre os homens, os ambientes humanos e os espaços técnicos” (SCHWARTZ, 2010, p. 247).

Na “ação podemos marcar o início e o fim do trabalho”. Entretanto, na *atividade* não é possível definir limites, “é um impulso que sintetiza, cruza e liga tudo o que representa separadamente (corpo/espírito; individual/coletivo; fazer/valores; privado/profissional; imposto/desejado etc.)” (DURRIVE; SCHWARTZ, 2008, p. 23). O trabalho não existe sem a pessoa que o orquestre através da atividade: “O mais acentuado característico de Monteiro Lobato é a capacidade de apaixonamento – e com isso muito se sacrificou em suas temerárias empresas” (LOBATO, 1956, Nota dos Editores, p. VII).

Nesse sentido, os estudos ergológicos identificam os fenômenos do trabalho, sobretudo os desdobramentos das atividades inerentes ao ser humano. A dimensão antropológica é o ponto de vista privilegiado na Ergologia. Não se trata de mais um modelo de didática profissional, por entender a profunda unidade do agir humano em referência à dupla atividade: intelectual e vital. Assim, podemos observar que existe atividade de trabalho humana, mesmo nas grandes ações coletivas.

Para se ter ideia do atraso da estrutura econômica do país na época, basta notar que havia o Departamento Nacional de Produção Mineral subordinado ao Ministério da Agricultura. Ativista da causa petrolífera, em guerra pública contra o governo, a atividade empresarial de Lobato chegava ao público na forma de salvação nacional. Assim, ele patrocinava pesquisas e se punha à frente para organizar toda a atividade do trabalho. Sem conseguir apoio das esferas governamentais, voltou-se para a captação de dinheiro junto a pequenos investidores. Nas três companhias de petróleo em que se empenhou, nunca furo um poço rentável, por conta da falta de recursos para fazer até mesmo uma exploração doméstica, diferentemente daquilo que se praticava no seu país de referência, os Estados Unidos.

Na correlação teoria e prática, o empresário recorreu à atividade de escritor para a causa desenvolvimentista, escrevendo o prefácio de *A luta pelo petróleo*, de Essad Bey – texto que se desdobraria em outros dois: *O escândalo do petróleo* e *O poço do Visconde*. Portanto, no que se relaciona à formação e à

atuação de companhias petrolíferas, os livros em análise estão no contexto da atividade de trabalho de Monteiro Lobato. No papel de empresário, o autor nos leva a pensar no livro como prática social, ancorado numa dimensão de organização e produção do trabalho.

## 4 DIMENSÕES DISCURSIVAS PARA A INVESTIGAÇÃO DO DISCURSO DO PETRÓLEO

Maingueneau (2001; 2006; 2010) projeta imagens espaciais (*topia*, *paratopia*, *campo literário*) e teatrais (*cena de enunciação*, *cena genérica*, *cena englobante*) como metáforas para explicar o discurso em geral e o discurso literário em particular.

### 4.1 PARATOPIA CRIADORA: UM ESCRITOR ATUANTE NO CENÁRIO DA POLÍTICA ECONÔMICA

Segundo pudemos depreender, a ideia das condições de uma Análise do Discurso literário na linha da Filologia, da crítica marxista e do estruturalismo revela, de certa forma, pesquisas historicamente distintas, mas que convergem na formulação do conceito de paratopia. Desse modo, os três referidos conceitos, conforme se verificará mais adiante, são considerados introdutórios ao plano de composição das obras de Maingueneau (2001; 2006), propondo-se, a partir daí, uma nova abordagem discursiva para a análise literária.

De maneira geral, podemos definir a Filologia como o estudo da língua e dos documentos que servem para documentá-la. Na cultura ocidental, em Alexandria, já havia uma escola “filológica”, sendo que esse termo se vinculou principalmente ao movimento criado por Friedrich August Wolf,<sup>28</sup> que prossegue até os dias de hoje. Na Filologia, as questões linguísticas abordadas aparecem, sobretudo, na comparação de textos de diferentes épocas, na determinação da língua peculiar de cada autor, na decifração e explicação inscritas numa língua arcaica ou obscura. Em termos literários, a Filologia revela-se da seguinte forma:

Essencialmente é com os gramáticos alexandrinos que se começa a refletir sobre a relação entre um texto literário e o contexto histórico no qual ele surgiu. Como a erosão das formas linguísticas e as transformações da sociedade grega havia aos poucos tornado opacos alguns textos antigos e prestigiosos, em particular as obras de Homero, a filologia tinha por objetivo restituí-los à consciência dos contemporâneos por meio da análise de manuscritos e da investigação histórica (MAINGUENEAU, 2006, p. 13).

---

<sup>28</sup> Friedrich August Wolf (1759-1824) foi um filólogo alemão conhecido por sistematizar questionamentos em relação à autoria de *Ilíada* e *Odisseia*, que, segundo ele, não são criação exclusiva de Homero.

Na perspectiva filológica, a obra literária é, em parte, vinculada ao seu contexto, mas interpretada essencialmente por meio dos vestígios da data, do local de surgimento, do gênero e da sua forma primitiva, entre outras indagações sobre como, quando e por que foi escrita. Nesse sentido, a Filologia concebe a obra como uma totalidade fechada, sem outra finalidade que não ela mesma. De acordo com Maingueneau (2001), a obra literária atrai uma espécie de “ideologia espontânea” dos criadores e dos amadores, que os conduz a perceberem as obras independentemente de qualquer inserção histórica, a verem no processo criador um confronto solitário entre a consciência e a língua, a consciência e o mundo. Na linha desta pesquisa, porém, tendo em vista a singular visão de mundo que Monteiro Lobato revela no discurso do petróleo,<sup>29</sup> cumpre salientar que, consoante a proposição de Maingueneau (2001, p. 7), consideramos que “a literatura não é apenas um meio que a consciência tomaria emprestado para se exprimir, é também um ato que implica instituições, define um regime enunciativo e papéis específicos dentro de uma sociedade”.

Ainda de acordo com Maingueneau (2001), o pensamento marxista considera a base econômica como infraestrutura, ao passo que as instâncias políticas, artísticas e ideológicas são denominadas *superestrutura*, havendo, pois, uma correlação dinâmica entre essas instâncias:

A abordagem marxista “clássica” considera a literatura como um elemento da “superestrutura”, as obras devem ser lidas como um “reflexo” ideológico, portanto, deformado, de uma instância que lhe é exterior e que a determina: a luta de classes (MAINGUENEAU, 2001, p. 7, grifos do autor).

Assim, a superestrutura é concebida, de certo modo, como um “reflexo” ou uma “reprodução” da infraestrutura, e o fundamento marxista tanto permite investigar os efeitos ideológicos que a literatura produz quanto o modo segundo o qual ela os produz. Já as análises propriamente estruturalistas não relacionam o texto com a consciência do autor, nem mesmo com a sua inscrição sócio-

---

<sup>29</sup> Na Análise do Discurso, Maingueneau (2001; 2006) trata a obra literária como discurso. Por essa razão, intitulamos o *corpus* como *o discurso do petróleo*. Apesar do caráter político e econômico do conteúdo do *corpus*, os textos são geralmente tratados como literários por serem escritos por um autor legítimo desse campo discursivo. Entretanto, demonstramos no presente trabalho o deslocamento do campo literário para os debates da política econômica.

histórica; elas pretendem prendê-lo em sua “imanência”, ou seja, no caráter interno do texto.

Para Maingueneau (2001), a organização é inerente à linguagem e projeta a necessidade de pensar o texto como sistema:

Não é este ou aquele detalhe da obra que se deve relacionar com este ou aquele fato histórico, mas uma estrutura textual com uma estrutura não textual. Antes de relacionar a obra com um contexto, deve-se compreender seu funcionamento (MAINGUENEAU, 2001, p. 14).

Conforme é possível observar, propõe-se, então, uma função em que cada elemento do texto só adquire valor quando se relaciona com o todo de que faz parte. Desta forma é que, quando se fala de discurso que possui um estatuto paratópico, recorre-se a propriedades discursivas, isto é, a propriedades que não se fundamentam em critérios estritamente linguísticos, psicossociológicos, biográficos, estruturalistas, sociais, históricos e literários. Em vista disso, a *paratopia* é uma proposta de integração do linguístico (filológico, estruturalista), do psicossociológico (psicológico e social), do biográfico (vida do autor), do estruturalista (o texto como imanência), do social (o artista como periférico, como expressão de uma classe social), do histórico (texto e contexto histórico) e do literário (estética literária).

Mais do que um dos critérios da criatividade, a paratopia configura a gênese constitutiva do próprio discurso literário. Uma vez que o escritor exprime a si mesmo e a sociedade, não se considera, no contexto da obra, somente a sociedade em sua globalidade, mas também o campo literário, que obedece a regras específicas:

Longe de enunciar num solo institucional neutro e estável, o escritor alimenta sua obra com o caráter radicalmente problemático de sua própria pertinência ao campo literário e à sociedade. A pertinência ao campo literário não é, portanto, a ausência de qualquer lugar, mas antes uma negociação difícil entre o lugar e o não lugar, uma localização parasitária, que vive da própria impossibilidade de se estabilizar. Essa localidade paradoxal, vamos chamá-la de paratopia (MAINGUENEAU, 2001, p. 27-8).

Assim, o não lugar é o traço fundamental da paratopia. A esse respeito, numa proposta de esquematizar o conceito, trataremos a negociação entre o lugar e o não lugar da seguinte forma:

Figura 1 – Paratopia e topia

**PARATOPIA** fora do comum, original, periférico, criativo, cultura literária, transgressão social, não lugar

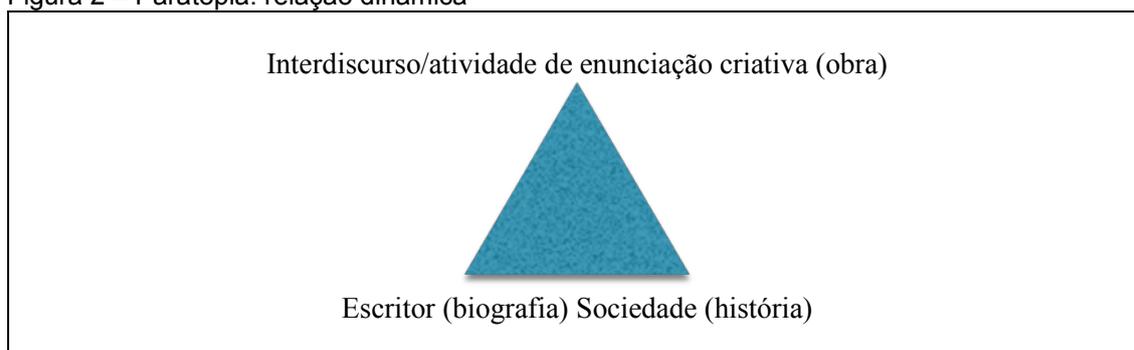
↑ ↓

**TOPIA** lugar-comum, clichê, prosaico, centro, sociedade, cultura oficial, ideologia dominante, lugar

Fonte: Elaborada pela autora (2017).

A paratopia, portanto, encontra-se no “fora do comum”, ao mesmo tempo que se constitui, em parte, no lugar-comum. Nessas condições, somos naturalmente levados a estabelecer uma distinção implícita entre os discursos paratópicos – os discursos constituintes – e os discursos tópicos, isto é, o restante da produção discursiva da sociedade (MAINGUENEAU, 2010, p. 161). A paratopia revela a obra pela qual o escritor se materializa por meio de uma atividade de criação e de enunciação, de tal modo que o processo de integração da paratopia do escritor faz sentido pela singularidade da vida desse escritor (biografia) e do momento histórico (sociedade) no qual ele está inserido, ao mesmo tempo que essa junção revela o interdiscurso como um jogo de atividade de enunciação criativa, uma relação dinâmica cujo processo pode ser assim representado:

Figura 2 – Paratopia: relação dinâmica



Fonte: Elaborada pela autora (2017).

Nessa perspectiva, tal como a literatura participa da sociedade que ela supostamente representa, a obra não está fora do seu contexto biográfico, não é um reflexo de eventos independentes dela. Esta compreensão nos possibilita considerar que Monteiro Lobato se situava num espaço intervalar entre ser escritor e ser empresário.

De acordo com Maingueneau (2001), a situação paratópica do escritor leva-o a se identificar com todos aqueles que parecem escapar às linhas de divisão da sociedade: boêmios, judeus, mulheres, palhaços. De acordo com as circunstâncias, basta que na sociedade ocorra uma estrutura paratópica para que a criação literária seja atraída para a sua órbita. Bakhtin, por sua vez, já demonstrara o importante papel desempenhado pela contracultura “carnavalesca” ao valer-se da “zombaria” como forma de subversão à cultura oficial. Os extravasamentos pontuais da festa dos loucos, assim como a literatura que nela se apoia, não têm realmente um lugar designado na sociedade, de modo que eles tiraram a sua força da sua própria marginalidade.

Completando esse conceito, no sentido de contemplar o excêntrico, o atípico, o marginal, Maingueneau (2006) observa que, se toda paratopia minimamente expressa o pertencimento e o não pertencimento, há impossível inclusão em uma topia.

Podemos classificar os tipos de paratopia que um produtor de discurso constituinte<sup>30</sup> é suscetível de explorar. A paratopia pode, por exemplo, assumir a forma de alguém que se encontra em um lugar que não é o seu, que se desloca de um lugar para o outro sem se fixar ou que não encontra um lugar. Ela também pode, igualmente, afastar esse alguém de um grupo (constituindo a *paratopia de identidade*), de um lugar (caso da *paratopia espacial*) ou de um determinado momento (a *paratopia temporal*). Aqui, acrescentem-se ainda as *paratopias linguísticas*, cruciais para o discurso literário, posto que caracterizam aquele que enuncia em uma língua.

Há, pois um paradoxo no campo literário: os tópicos valorizados positivamente por determinadas fontes enunciativas podem ser valorizados negativamente pelas fontes discursivas de alteridade.<sup>31</sup> Assim, nos discursos que interagem na conjuntura social brasileira dos anos 1930, as formações discursivas apresentavam-se de forma contrastiva, isto é, elas estavam sincronicamente em concorrência no campo discursivo. Debatiam-se, então, teses opostas: de um lado, circulava a versão oficial da não existência do

---

<sup>30</sup> Discursos que pretendem legitimar a produção discursiva, como, por exemplo, os discursos filosóficos, científicos e religiosos (MAINGUENEAU, 2008b).

<sup>31</sup> O conceito de alteridade, segundo Charaudeau e Maingueneau (2008), define o ser em uma relação que é fundamentada pela diferença. Na Análise do Discurso, a alteridade designa o princípio que funda o ato de linguagem.

petróleo em solo brasileiro; de outro, Lobato representava a corrente de pensamento que sustentava a tese a favor da existência das jazidas no mesmo espaço nacional.

No projeto da Análise do Discurso, Maingueneau (2001) não se restringe a raciocinar em termos de atores nem de posições isoladamente, pois traduz essas categorias em termos de identidade enunciativa. Ele considera o “campo discursivo” como um espaço no interior dos “posicionamentos”, fontes de enunciados que devem assumir os embates impostos pela natureza do campo, definindo e legitimando o seu próprio lugar de enunciação. Esse campo discursivo, onde os diversos posicionamentos investem – cada um à sua maneira – em gêneros de textos e variedades linguísticas, não é uma estrutura estática, mas um jogo de equilíbrio instável. Os diversos posicionamentos estão em relação de concorrência em sentido amplo, o que significa que a sua delimitação recíproca não passa necessariamente por um confronto aberto.

No campo, entendido como uma dimensão da instituição literária, Maingueneau (2006) considera também uma rede de aparelhos ideológicos na constituição de escritores e leitores. Pensamos que, na literatura, escritores e leitores estabelecem contratos genéricos, nos quais interferem livreiros e editores, da mesma forma como, nos espaços institucionais das universidades, os professores atuam como mediadores, intérpretes e avaliadores legítimos.

Na lógica discursiva, torna-se evidente que, sem localização, não há instituição que permita gerar e legitimar a produção de obras literárias; porém, sem deslocamento não há constituição. Nessas condições, o produtor do discurso está a “gerir uma posição insustentável, segundo as regras de uma economia paradoxal na qual se trata de, em um mesmo movimento, eliminar e preservar uma exclusão que é simultaneamente o conteúdo e o motor de sua criação” (MAINGUENEAU, 2010, p. 161). A paratopia é criativa no que tange a expressar a condição e a produção do próprio processo criador que se atualiza nas obras e contribui para a constituição do discurso literário. O prefixo *para* sugere reflexões a respeito de relações “deslocadas, paradoxais, marginais, periféricas” que o discurso mantém com o lugar-comum. Nesse sentido, consideremos que, numa condição paratópica, Monteiro Lobato se insere numa categoria dissidente, ao distanciar-se do lugar-comum representado pela cultura oficial brasileira nos anos 1930.

O conceito de paratopia coloca a problemática do lugar da literatura no campo sociocultural – o que equivale a expor as relações de Monteiro Lobato com a instituição literária da época em que viveu. Pensamos que a dimensão heurística do conceito de paratopia amplia consideravelmente o alcance da crítica e da teoria literária, uma vez que pode explicar dialogicamente tanto as virtudes que consagraram Monteiro Lobato como escritor quanto as críticas que então convergiam para ele.

A paratopia, portanto, manifesta-se nos três níveis de atividade de Monteiro Lobato: na condição de escritor, político e empresário. Essas frentes de trabalho absorvem-lhe a existência – uma posição “deslocada” que a caracteriza e que corresponde a um movimento flutuante, periférico. Fixar-se pontualmente seria um gesto que o manteria estático num cenário em que havia disputas, conflitos e contradições não só nas bases conceituais do Modernismo brasileiro,<sup>32</sup> como também na própria atuação em outros campos.

Investido de uma autoridade de escritor e empresário, Monteiro Lobato atua num espaço institucional relacionado à política econômica da época. Fora do eixo do poder – portanto, em posição periférica –, ele contraria o centro de decisões desse espaço institucional, ao mesmo tempo que deseja ver-se propulsionado ao espaço de decisões governamentais para a redefinição de normas, leis e decretos. Contudo, devotado à causa do desenvolvimento, seu engajamento se encontrava desvinculado de partidos políticos.

Retomando os acontecimentos da época, em 1927, Monteiro Lobato é nomeado pelo então Presidente Washington Luís para assumir o cargo de adido comercial nos Estados Unidos, embarcando no navio American Legion com destino a Nova Iorque. No extremo sul da Ilha de Manhattan, de frente para a Battery Place, a sala 241 do Whitehall Building abrigava o escritório comercial do Consulado Brasileiro, de onde Lobato começaria a ver o Brasil sob uma nova ótica. Por quatro anos, o intelectual residiria nos Estados Unidos, admirando um país que representava a prosperidade e que ditava a agenda e o ritmo da

---

<sup>32</sup> O fato cultural mais importante antes da Semana e que serviu de barômetro da opinião pública paulista em face das novas tendências foi a exposição de Anita Malfatti em dezembro de 1917. E quem lhe deu, paradoxalmente, certo relevo foi Monteiro Lobato, tendo-a criticado de modo injusto e virulento em um artigo intitulado *Paranoia ou mistificação?* Nesse contexto, Lobato não aderiu aos fundamentos modernistas relacionados com o Surrealismo e outros ‘ismos’ (BOSI, 1970, p. 375).

economia mundial. Lobato, entretanto, não perderia de vista a sua expectativa em relação ao Brasil:

A 3 de maio de 1928, de New York escreve longa carta a Alarico Silveira, então chefe da Casa Civil do Presidente Washington Luís. Mais do que uma carta amiga, é um extenso, bem pensado e admirável escrito relatório, abordando todos os aspectos do problema. Começa pedindo ao amigo que se prepare pois o que vai ler é a carta mais importante que dos Estados Unidos jamais fora escrita para o Brasil (CAVALHEIRO, 1955, p. 380).

Desta forma é que o escritor e editor constrói o território da sua obra por meio dessa intersecção entre o homem das letras e o homem pragmático: “O Lobato que fazia contos e os discutia com você está mortíssimo, interessadíssimo, e com pesada pedra sem epitáfio em cima. O epitáfio poderia ser: Aqui jaz um que se julgou literato e era metalurgista” (CAVALHEIRO, 1955, p. 377).

Após a ida aos Estados Unidos, em 1931, Lobato não era o mesmo que deixara o Brasil em 1927: a viagem afetara a sua identidade de escritor, uma vez que se tornara empresário do petróleo. Por conta dessa paratopia de identidade, podemos entender as virtudes que o consagraram e as críticas que o detrataram: um intelectual como Monteiro Lobato, que se estende do círculo literário para o círculo político-econômico, sem se desvincular da identidade de escritor, apresenta-se como revolucionário, doutrinador e inovador.

Nesse contexto, a necessidade de aproximação entre Brasil e Estados Unidos concretizava-se de forma peculiar na figura de Lobato. O escritor preenchia, então, os espaços vazios existentes nesses dois polos continentais, contribuindo para um intercâmbio literário e, principalmente, político-econômico, que proporcionou a circulação bibliográfica entre os escritores, políticos e empresários representativos dos dois povos naquele momento histórico.

Lobato parecia entender que o Brasil precisava de um modelo de Primeiro Mundo para se tornar uma potência e, dado o período que permaneceu em solo norte-americano, surgiram-lhe, conforme já assinalamos, as ideias referentes à reforma das bases econômicas do seu país. Além disso, porém, ele ainda teceu uma rede de relações não somente com os intelectuais brasileiros que moravam nos Estados Unidos, como também com poderosos empresários e políticos de lá. Destarte, torna-se interessante uma visão de fora do Brasil para explicar a

inserção do autor no âmbito da intelectualidade americana. Isaac Goldberg foi pioneiro no estudo da literatura brasileira nos Estados Unidos e reconheceu a atuação de Lobato na época (LAJOLO, 2010).

Ao retornar ao Brasil, Lobato passou a agitar a consciência nacional quanto à existência de petróleo no subsolo do país, ao mesmo tempo que criticava a idealização romântica de um Brasil rural, utilizando-se de artigos, de tradução e de literatura geral e infantil com essa finalidade. Para ele, a percepção da mudança espacial era inevitável: “A revolução sentida no ar chegara. Ainda era cedo para determinar as vantagens ou desvantagens da mudança ‘que certas revoluções resolvem, sabemos’” (CAVALHEIRO, 1955, p. 379, grifo do autor).

Examinando a atividade pela qual Lobato abre a sua frente no campo literário e político, devemos considerar que, de volta a terras brasileiras, ele amplia a sua interseção existencial em consequência da experiência adquirida em terras norte-americanas: “Monteiro Lobato chega com a cabeça cheia de planos e ideias” (CAVALHEIRO, 1955, p. 379), e a evolução de sua posição consolidava uma dissidência em relação à política econômica do país.

Segundo Maingueneau (2010, p. 52), “o campo é o espaço em que se definem as trajetórias efetivas dos escritores, que estão constantemente reajustando suas estratégias em função da maneira como evolui sua posição”. Lobato tornou-se porta-voz dos ideais iniciais da Revolução de 30, proclamando o progresso industrial dos novos tempos em oposição ao conservadorismo agrário. Nesse sentido, o deslocamento é condição essencial para a existência dos discursos que passam a ser construídos acerca do petróleo. As viagens do escritor pelo Brasil em campanha cívica, assim como a sua atuação em empresas petrolíferas brasileiras, foram fundamentais para fazer com que o debate a respeito da exploração das riquezas do subsolo circulasse ativamente pelo Brasil.

Ainda em 1931, mais do que abrir a discussão em torno da existência do petróleo no país, Lobato lançou a Companhia Petróleos do Brasil, tendo a metade das ações subscritas em quatro dias. Satisfeito com os primeiros resultados, ele percorreu o Brasil divulgando o andamento das últimas descobertas, espalhando as suas propostas pelo rádio e pelo jornal, realizando companhias e buscando comprovar a existência de petróleo em território

nacional, apesar dos pareceres contrários dos órgãos governamentais. Já em 1935, quando os discursos acerca do petróleo eram inexistentes ou restritamente comentados, Lobato traduziu *A luta pelo petróleo*, de Essad Bey, com a esperança de trazer uma proposta mais avançada para a economia.

A imersão do discurso em determinada época implica aceitação ou refutação. A partir da problemática do não lugar como traço fundamental da paratopia, consideremos que Lobato vivia numa época instável, com tendência à mudança de mentalidade. O intelectual acreditava que o Brasil estava atrasado, vindo a projetar essa percepção na criação do personagem Jeca Tatu, de modo que, no caso, o deslocamento temporal se revela nas projeções de um Brasil industrializado, quando, na realidade, ele ainda era essencialmente agrícola. Logo, Lobato se colocava de forma problemática em relação ao seu próprio pertencimento e ao tempo histórico no qual se encontrava. A industrialização, contudo, será reconhecida como expressão legítima da nova mentalidade, ao passo que o discurso do petróleo, que constitui parte de sua vasta obra, vem a conciliar e integrar textos de economia política e ficção infantil. Nesse cenário é que, denunciando padrões arcaicos de produção, o escritor se situa junto às elites dissidentes modernizadoras.

No que concerne à paratopia temporal, esta funda-se no anacronismo que afasta o escritor do momento em que ele vive – “meu tempo não é meu tempo” (MAINGUENEAU, 2006, p. 110). Em consonância com esse conceito, lembramos que *O poço do Visconde* se situa num espaço e num tempo fictício, em que o *Sítio do Picapau Amarelo* é um mundo dividido entre duas esferas temporais: de um lado, o ruralismo; de outro, o futurismo, no qual se usufrui dos benefícios de uma sociedade industrializada.

*O Poço do Visconde* apresenta-nos, assim, um tempo deslocado que vai perdendo as suas raízes brasileiras na medida em que, pouco a pouco, assume as conotações de uma cidade da América do Norte. No *habitat* de Tia Anastácia, de Pedrinho e de Emília, surgem os técnicos em exploração petrolífera – Mr. Kalamazoo e Mr. Champignon –, num processo de desenvolvimento que vai se transformando numa sociedade estabelecida na lógica do capitalismo industrializado, representativo dos tempos modernos. Carros de boi em estrada de atolar são substituídos por estradas de rodagem pavimentadas de concreto,

com uma faixa de grama no meio, assim como aparecem residências tipicamente urbanas no lugar de casebres de sapê.

Tendo em vista que os meios de comunicação da época eram restritos ao jornal e ao rádio, o escritor tratou de se adaptar a esses veículos para se expressar: “Foi principalmente através de jornais e livros que o nome de Monteiro Lobato se espalhou pelo Brasil inteiro e até, um pouco, pelo exterior” (NUNES, 2000, p. 5).

Mr. Slang, o personagem inglês de Lobato, acreditava que a mecanização criava novas fronteiras de atividade e que, no futuro, a América seria o modelo de desenvolvimento e de economia mundial. No discurso de Lobato, por sua vez, sempre encontramos indícios de avanços no tempo, revelando uma mentalidade para além do momento histórico em que ele vivia. Posto que o Brasil não era industrializado na época, o discurso do petróleo revela a passagem para a modernidade mediante o processo de organização dos centros urbanos:

Rede de metrô, no subsolo, grandes prédios como Chrysler Building, de desenho arquitetônico inédito, em pleno viço de crescimento. Ali, tudo é moderno, pujante. Do rádio ao cinema falado, da televisão ao aeroplano, das linhas da *mass production* aos arranha-céus cortando o horizonte cosmopolita, as descobertas propagam-se a uma velocidade estonteante (LOBATO, 2009, p. 20).

A paratopia linguística, por sua vez, cria uma duplicidade de sentido – “a língua que falo não é minha língua” (MAINGUENEAU, 2006). Numa articulação com esse conceito, verificamos que, para Lobato, a literatura representava uma oportunidade de ampliar os limites restritos à língua portuguesa, uma vez que ele pensava num Brasil no contexto das nações industrializadas. A importância dos Estados Unidos na construção da sua imagem de empresário e político do petróleo fez com que ele estivesse definitivamente ligado à cultura americana, inscrevendo-se, deste modo, na tradição econômica, cultural e linguística que interliga os dois países.

Segundo Maingueneau (2006, p. 111), “no tocante à literatura, deve-se de fato atribuir um papel privilegiado às paratopias ligadas à língua em que um criador investe”. Nesse contexto, o investimento de Lobato aparece também no processo de criação dos personagens Mr. Kalamazoo e Mr. Slang, que revelam marcas linguísticas da língua inglesa, da mesma forma como no já citado excerto

de *O poço do Visconde*: “*Salt water!* – Exclamou. Água salgada! (LOBATO, 2010, p. 119-20). No âmbito da paratopia linguística destaca-se, pois, o idioma inglês que marca o seu discurso numa interseção com a paratopia de deslocamento.

A propósito da menção a *O poço do Visconde*, cumpre retomar que, ao se utilizar de um gênero voltado para crianças, Lobato trata de um tema até então restrito aos adultos. Assim é que, ao mesmo tempo que projeta determinado léxico e imagens próprias do mundo infantil – tudo isto justaposto ao léxico e às imagens do universo adulto –, ele apresenta um tema adulto numa cenografia de literatura infantil, como quando é de Emília, a boneca de pano personificada, a genial ideia de perfuração, à sua maneira, automatizada do poço no sítio:

— Que acha de abrimos um poço de petróleo aqui no sítio?  
 Emília arregalou os olhos. A lembrança pareceu-lhe de primeiríssima.  
 — E tenho um plano maravilhoso para conseguir uma perfuração bem redonda e profunda.  
 — Qual é?  
 — O tatu! Amarra-se um tatu pela cauda e pendura-se ele de cabeça para baixo, no ponto onde queremos abrir o poço. Na fúria de fugir, o tatu vai furando, furando até chegar no poço de petróleo (LOBATO, 2010, p. 15).

Monteiro Lobato exprime a sua necessidade de reencontrar na literatura infantil a sua própria identidade linguística – ainda que numa temática estimada como política –, situando-se num plano anacrônico em confronto com a tradição literária clássica. É dele a seguinte declaração, em entrevista concedida a Murilo Alves Antunes, em 1948, na Rádio Record: “Eu perdi muito tempo escrevendo para gente grande, que é coisa que não vale a pena” (LEITE, 2012).

Ainda no que concerne à sua própria identidade, cumpre recuperarmos aqui alguns dados da biografia de Lobato: ele nasceu na cidade de Taubaté, interior de São Paulo, em 1882; foi alfabetizado pela mãe; formou-se em Direito e adotou um discurso tido como agressivo, fazendo com que professores, padres e bispos abandonassem a sala; em 1883, conforme assinala Nunes (2000, p. 6), alterou o seu próprio nome a fim de concordá-lo com as iniciais herdadas pelo pai:

O notável intelectual foi batizado como José Renato. Menino voluntarioso, acabou por mudar o próprio nome. Como pretendia herdar de seu pai uma bengala em que tinham sido gravadas as iniciais J.B.M.L., Lobato passou a assinar-se como José Bento e acabou por

impor esse nome. Na infância, no ambiente familiar, o futuro literato era chamado simplesmente de Juca.

Conforme esses aspectos da sua biografia permitem observar, a identidade de um menino “voluntarioso” projetou-se na condição de um intelectual convicto de suas posições, e a sua identidade torna-se instável na transição do campo literário para o campo político e econômico. Esse movimento leva-nos a repensar a trajetória existencial do escritor, afrouxando alguns nós que parte da crítica quer tornar cegos, no sentido de classificá-lo pelos padrões exclusivos dos fatos literários, sem considerar o seu papel de empresário num importante ciclo histórico do país.

A identidade criadora está associada a comunidades, “tribos” em que se evidenciam determinados modos de sociabilidade. Emergindo através das tensões do campo literário, Lobato desloca-se deste para o campo econômico, cabendo-lhe, pois, atuar nesse novo espaço social que então emergia no Brasil. Conforme Maingueneau (2006, p. 94):

Ainda que a obra literária tenha a pretensão de ser universal, sua emergência é um fenômeno fundamentalmente local, e ela só se constitui por meio das normas e relações de força dos lugares em que surge. É nesses lugares que ocorrem verdadeiramente as relações entre o escritor e a sociedade, o escritor e sua obra, a obra e a sociedade.

Lobato posicionava-se na interseção das correntes antagônicas literárias e políticas que circulavam na época. Nessa dialética de inclusão-exclusão, o escritor afasta-se dessas correntes, ao mesmo tempo que legitima e preserva essa posição intervalar, na qual constrói a sua identidade. O deslocamento afeta a identidade do escritor, que transita da instituição literária para a arena de debates da política econômica, tal como registra Cavalheiro (1955, p. 420):

Um humílimo escritor de livros para crianças, que viu claro o complô tramado contra a riqueza do nosso subsolo e por todos os meios o vem combatendo – já com a promoção de Companhias nacionais que abram perfurações, já por meio de insistente denúncia da camorra que embaraça e impede a vitória dessas empresas.

É no espaço intervalar entre o “humílimo escritor de livros para crianças” e o combativo empresário que Lobato produz o discurso do petróleo, propondo a reforma da estrutura econômica do país.

Orientados pelos estudos de Maingueneau (2006, p. 93), expusemos questões a respeito “de um debate sem saída entre a ‘topia’ de ‘Eu’ e o nomadismo de ‘Ele’ que atravessa todas as topias”. Nesse duplo pertencimento, consideramos as obras analisadas não como universais, mas como produto da conjuntura brasileira dos anos 1930, o que talvez pudesse explicar as tensas relações entre a inclusão/exclusão de Monteiro Lobato na produção do discurso do petróleo. Inerente a essa condição, destacamos o deslocamento do escritor aos Estados Unidos, de onde ele retorna “sem encontrar seu lugar” e de tal forma marginal ao centro do poder que, num desdobramento de suas posições em 1941, após carta-denúncia ao Presidente da República, foi preso como “criminoso vulgar” (CAVALHEIRO, 1955, v. 2, p. 469). Por fim, o seu material linguístico do idioma português é atravessado por expressões inglesas que revelam a interseção histórica entre duas culturas, mediante a qual Monteiro Lobato organiza as suas estratégias discursivas.

#### 4.2 AS ARTICULAÇÕES DA INTERDISCURSIVIDADE

Embora tratemos de diferentes gêneros discursivos para analisar o discurso de Lobato referente ao petróleo, consideramos que todo discurso é atravessado por uma interdiscursividade que está em relação multiforme com outros discursos, fazendo com que o discurso em circulação apareça de forma fecunda, integrando tanto o enunciado quanto a enunciação da qual emerge.

Mais especificamente, o interdiscurso é também um espaço discursivo no qual um posicionamento mantém relações de delimitação recíproca com os outros, que tanto podem pertencer ao mesmo campo discursivo quanto ser de campos distintos. Essa delimitação pode ser imposta pelo gênero, pelo tema, pela intertextualidade e pelo vocabulário, como também por uma maneira de dizer específica – o modo de enunciação.

Em termos de gênese, os discursos se formam de maneira regulada no interior do interdiscurso. Para Maingueneau (2008a, p. 31), a própria hipótese do *primado do interdiscurso* “inscreve-se nessa perspectiva de uma

heterogeneidade constitutiva, que amarra, em uma relação inextricável, o Mesmo do discurso e seu Outro” – lembrando que, na Análise do Discurso, o *outro* estabelece relação com a formação discursiva, o que decorre do descentramento do sujeito da enunciação, tornando a relação com o outro o fundamento da discursividade. Ainda segundo o linguista, o pré-construído pode ser entendido como a marca de um discurso anterior, pressupondo-se daí a noção de imbricação entre discursos exteriores e anteriores a (MAINGUENEAU, 2008a).

Isto posto, cumpre registrar que, já na década de 1920, o discurso do monopólio internacional da indústria do petróleo circulava nos meios políticos da época, tal como demonstra o seguinte pronunciamento na Câmara dos Deputados do Brasil:

Falando à Comissão de Agricultura da Câmara, em 20 de junho daquele ano de 1927, o Deputado Ildefonso Simões Lopes chamava a atenção daquela Casa do Congresso para o problema dos minérios no País. Ele se referia não apenas às dificuldades que se apresentavam para a realização de um eficiente programa de exploração das riquezas minerais, como também ao perigo de se alienar o patrimônio da Nação em benefício de grupos estrangeiros:

“As nossas minas de ouro, ferro, diamante, manganês, todo esse vasto patrimônio foi de há muito alienado ao estrangeiro por pouco mais de nada. Dizem que não atinge a 2 mil contos a importância por eles empregada na aquisição de tão vastos tesouros. As forças hidráulicas mais próximas dos centros industriais têm sido também transferidas à propriedade estrangeira. Se não olharmos com clareza o dia de amanhã, passará igualmente para eles o domínio do petróleo, em torno do qual se operam, neste momento, as mais intensas campanhas econômicas, intensificadas desde o dia em que as grandes estadistas e os maiores cabos de guerra do mundo demonstram que ele é a chave da hegemonia industrial e política dos povos” (VICTOR, 1970, p. 36).

Conforme podemos constatar, o discurso em torno das riquezas minerais – riquezas estas relacionadas à hegemonia dos povos – já se projetava na discussão política da nação, quando os interesses internacionais dificultavam empreendimentos de pessoas físicas e jurídicas brasileiras. Por essa razão, o problema do petróleo tomava conta da imprensa e ganhava espaço em vários setores da opinião pública:

Segundo lembrava Simões Lopes, mesmo que não existisse o domínio direto sobre as jazidas, as leis deviam prescrever “limitações ao direito de propriedade, proibindo a venda das minas, regulamentando o regime de concessões a companhias ou particulares, estatuidos prazos, regulando a superfície arrendável dos campos petrolíferos e os

preços ou contribuições de impostos para os cofres públicos” (VICTOR, 1970, p. 36-7).

E o deputado em questão concluía o seu depoimento com a seguinte advertência, extraída de um relatório da Comissão Federal dos Estados Unidos sobre as jazidas de petróleo na América Latina:

“Existem no México e na América do Sul imensos campos petrolíferos ainda não explorados. Nossas companhias deveriam efetuar ali, sem demora, explorações, pois é absolutamente essencial que essas jazidas sejam futuramente controladas por cidadãos norte-americanos”.

Este depoimento do Deputado Simões Lopes, que trazia uma vasta experiência quando de sua passagem pelo Ministério da Agricultura, era, talvez, o primeiro e mais importante parecer sobre o problema do petróleo brasileiro e suas implicações políticas (VICTOR, 1970, p. 36-7).

Analisados esses registros, a interdiscursividade inscreve-se numa perspectiva de heterogeneidade constitutiva, mostrando o próprio discurso e o do outro. Posto que o emprego de um léxico situa o posicionamento de um escritor num espaço conflituoso, a referência aos *trusts* define uma identidade enunciativa, no contexto de produção discursiva específica. Assim, já em 1890, o Congresso dos Estados Unidos aprovava o *Sherman Act*, o qual dispunha que:

Declara-se ilegal todo contrato, combinação em forma de truste ou em outra forma, ou em conspiração que limite a livre atividade ou o livre comércio entre os diversos estados ou com nações estrangeiras. Toda pessoa que mobilize, ou intente monopolizar, ou se associe ou conspire com qualquer outra pessoa ou pessoas para monopolizar qualquer parte de atividade ou o comércio entre os diversos estados, ou com nações estrangeiras, será considerada culpada de um delito (VICTOR, 1970, p. 45).

A declaração tratava, então, das práticas restritivas à concorrência de um mercado estratégico. Monteiro Lobato estava inserido nesse contexto com os dispositivos enunciativos que encadeavam e validavam o seu discurso em um lugar e momento determinados, sem, entretanto, interditar o acesso ao que seria essencial ao conteúdo do texto. Portanto, o dispositivo de enunciação aparece como a condição para conceber o texto, enquanto um traçado de ideias que permite exprimir, de maneira mais ou menos deslocada, a ideologia e a mentalidade. A articulação interdiscursiva torna a enunciação singular e compõe a estrutura do *universo*, do *campo* e do *espaço discursivo*, instituindo a

movimentação interpretativa do discurso, instaurando, progressivamente, certo mundo no seu enunciado e legitimando a cena de enunciação.

A estrutura do *universo discursivo* representa o conjunto de discursos que interagem num determinado contexto. Consoante esse entendimento, a enunciação reflete e legitima as condições de sua própria atividade enunciativa, compreendendo que a regra determinante acontece nas cenas de enunciação que pressupõe o texto. Mesmo se tratando de uma nomenclatura que sugere uma totalidade dos discursos, o universo discursivo representa um conjunto limitado de discursos, impossível de ser apreendido em sua globalidade. O discurso literário é classificado no *universo* como uma unidade discursiva, na qual o texto emerge. Assim é que o *universo discursivo* não se reduz a esse ou àquele discurso: ele é o conjunto discursivo que implicará formações discursivas ou posicionamentos, levando o analista do discurso a selecionar campos discursivos.

O discurso visa a modificar a sociedade no seu coletivo; entretanto para compreendê-lo, relacionamos parte dessa sociedade, isto é, um setor limitado no seu “campo”, que obedece a regras específicas. O *campo discursivo* é lugar de confronto entre os posicionamentos e funciona de modo próprio com os gêneros do discurso. Assim, o prefácio escrito para o livro de Essad Bey repercute em outro gênero de discurso, o jornal:

O prefácio trazia gravíssimas acusações ao Departamento Nacional de Produção Mineral, e como a imprensa o comentasse severamente, este, em lugar de chamar à responsabilidade o “caluniador”, limita-se a breve comunicado aos jornais, no qual conclui por dizer que “quanto às acusações aleivasas, formuladas por aventureiros de má-fé, estamos certos de que a Comissão de Inquérito sobre o petróleo, solicitada pelo Ministro de Agricultura ao Presidente da República, saberá apurar a verdade e apontar à nação os nomes que devem ser punidos pela Justiça” (CAVALHEIRO, 1955, p. 418-9).

Nessa rede, os indivíduos se constituem como atores legítimos de um debate com projeção nacional no qual os papéis estão estabilizados e garantidos nos contratos de gêneros de discursos, o que, conforme adverte Maingueneau (2008a, p. 34), “não significa, entretanto, que um discurso se constitua da mesma forma com todos os discursos desse campo”.

Consideramos que o recorte discursivo não é o enunciado isolado, mas, sim, uma unidade de análise pertinentemente escolhida pelo pesquisador. O

*espaço discursivo* construído na pesquisa, associando prospecção petrolífera/independência econômica (duas categorias temáticas inerentes ao discurso do petróleo de Monteiro Lobato) não estava previamente dado, pois resultou de uma escolha dos indícios interpretativos. Logo, o *espaço discursivo* muda a forma de conceber o discurso, devido a posicionamentos e abordagens específicas na significação do campo discursivo. No conjunto das obras analisadas – *A luta pelo petróleo*, *O escândalo do petróleo* e *O poço do Visconde* –, mesmo que os títulos apontem para determinada ocorrência, os seus condicionamentos discursivos são diversos. Desta forma, verificamos que o discurso do petróleo fez emergir tal discussão na sociedade brasileira, que até ali tinha uma vaga percepção acerca do tema.

#### 4.3 A INTEGRAÇÃO DAS CENAS DE ENUNCIÇÃO

Pécault (1990) considera que, na década de 1930, os intelectuais tiveram papel fundamental na construção das diretrizes da nação. No entretecer de ideias e nas concepções e representações, eram eles os responsáveis por interpretações socialmente produzidas e divulgadas, influenciando a educação, a economia e a política.

Posto que a fala seja encenada, a cena de enunciação acontece em situação de comunicação num espaço instituído em que se representa a dimensão construtiva do discurso (MAINGUENEAU, 2008c, p. 181). Como processos do “interior” do discurso, são noções integradas de representação: a *cena de enunciação*, a *cena englobante*, a *cena genérica* e a *cenografia* (cronografia e topografia).

Inicialmente, a situação de enunciação define três posições fundamentais: a do *enunciador*, a do *coenunciador* e a da *não pessoa*. Estes são os primeiros elementos constitutivos de um processo de enunciação que se organiza em torno de um lugar *aqui* e do tempo “presente” *agora*, sendo a partir da situação de enunciação que se dá a cena de enunciação.

A cena englobante, no próximo passo, corresponde à definição mais usada do “tipo de discurso” que resulta no recorte de um setor de atividade social, caracterizável por uma rede de gênero do discurso. Quando, por exemplo, recebemos um folheto na rua, é já na leitura do panfleto que determinamos do

que se trata e se ele nos interessa. Essas são informações que chegam ao leitor por meio das seguintes instâncias: tipo de discurso: político, publicitário ou religioso. Uma cena englobante política, por exemplo, implica uma relação entre um cidadão falando para outros cidadãos sobre um tema de interesse coletivo.

Já numa cena englobante literária, um enunciado contém, *a priori*, certo número de propriedades específicas. Se, no entanto, considerarmos uma cena científica, o locutor deverá mostrar que está em conformidade com as normas que se impõem ao estatuto do homem de ciência, uma vez que o discurso científico implica imparcialidade, equilíbrio, clareza. Da mesma forma, escrever um artigo de jornal ou uma circular administrativa implica colocar-se como um jornalista ou um administrador competente e legítimo. Assim, por meio da enunciação, o produtor do discurso que revela uma cena englobante determina os valores que se atribuem a um locutor para um determinado tipo de atividade verbal. Desta forma é que se pressupõe que um político deve ser um homem de convicção; um seresteiro, um boêmio; um poeta romântico, uma pessoa de sentimento, e assim por diante.

Na sequência, passemos ao conceito de gênero como contrato discursivo, uma atividade social com protagonistas qualificados, num determinado contexto cultural:

Não se tem, por um lado, o texto e, por outro, o lugar e o momento de sua enunciação, mas o “modo de emprego” é uma dimensão completa do discurso. Sobre esse ponto, é necessário modificar nossos esquemas de pensamento habituais: relacionar as obras não apenas a ideias ou a mentalidades, mas ao surgimento de áreas de comunicação específicas. A tragédia clássica francesa é inseparável da instalação de teatros e da constituição de um público dotado de uma certa cultura e levando um certo tipo de vida (MAINGUENEAU, 2001, p. 66-7, grifo do autor).

O gênero do discurso envolve diretamente os participantes através dos quais desdobrará, além de outras questões, a interpretação discursiva. Na cena genérica, as normas envolvem as expectativas de um público, mediante normas codificadas. Nesse sentido é que o leitor de *O poço do visconde* não tem a mesma expectativa do leitor de *O escândalo do petróleo*. Tradicionalmente, por exemplo, considera-se na poesia certo grupo de textos tomado como épico, ao passo que outro grupo é tomado por lírico. Conforme Maingueneau (2014), a cada gênero são associadas certas finalidades, sendo que a primeira delas trata

do locutor, que pode atribuir uma ou mais finalidades à atividade da qual participa para poder regular as suas estratégias de produção e interpretação dos enunciados; a segunda, por sua vez, trata da autonomia que o gênero institui pelas representações que mobiliza.

No gênero do discurso, as palavras seguem certas regras. Para cada uma dessas regras são fixados os direitos e os deveres, bem como as competências específicas:

Há regras do próprio *status* (professor, presidente e comerciante) que são associadas a certos componentes discursivos e também a certas regras propriamente “verbais” (entrevistador, entrevistado...) e também certas atitudes durante a enunciação (entusiasmado, calmo etc.) (MAINGUENEAU, 2014, p. 128).

O gênero também ocupa lugares físicos – como o sermão na igreja, o livro didático na escola, o boletim de ocorrência na delegacia –, sendo que existem gêneros nos quais os lugares são impostos – por exemplo, os cartórios para a certidão do casamento civil, o tribunal para os processos, entre outros exemplos.

A questão do suporte também é fundamental no discurso – tanto que o editorial num jornal terá uma interpretação de acordo com os leitores e assinantes, enquanto a obra literária seguirá outra via interpretativa. Além disso, também podemos considerar os discursos orais de um escritor que são conservados em outros suportes (vídeo, gravação, etc.).

Todo locutor tem à disposição um repertório de variedades linguísticas, e é de acordo com as injunções genéricas que ele seleciona as formas mais adequadas ao seu texto – seleção esta que procede das línguas e dialetos, ou dos mais diversos registros no interior de uma mesma língua.

Os textos analisados nesta tese representam uma fase da vida de Monteiro Lobato na qual o escritor já se apresenta inscrito no campo literário e – ainda atuando nele – transita para outro espaço social e institucional: o campo político, ou, mais precisamente, o campo político-econômico. Para se inserir e ter voz nesse campo, cumpre citar que, na época, a vida intelectual das elites do país estava mergulhada num *arquivo* de referência, qual seja a Revolução de 30, no contexto da depressão econômica mundial de 1929 – uma memória retomada nos conflitos e constantemente reavaliada.

Foi assim que, em 1935, investido de sua autoridade no campo literário, Lobato, enunciando a sua posição no campo político-econômico, traduziu e editou *A luta pelo petróleo*, obra cuja difusão se deu em razão do prefácio escrito por ele, o que acaba por deixar em segundo plano o texto do “autor” do livro, o anglo-americano Essad Bey.

A cena englobante é o primeiro momento para a compreensão de um texto, apresentando as condições para que o interlocutor possa se inteirar do “assunto”. Em relação a Monteiro Lobato, reportamo-nos a uma enunciação política, na qual ele se dirige aos seus concidadãos, definindo um vínculo entre o enunciador e o coenunciador.

De forma complementar à cena englobante, a cena genérica manifesta as condições de enunciação associadas a um gênero – nesta análise, é o caso do prefácio. Esta cena implica um gênero de discurso particular, vinculado a um suporte material, ilustração e modo de circulação do livro que, no caso, dá crédito na capa ao prefaciador. Nesse contexto, a ilustração da capa projeta visualmente a tensão no rosto de uma figura humana ao lado da torre de petróleo – tensão e conflito que se deduzem do próprio título (*A luta pelo petróleo*), pressupondo conflito, guerra. Portanto, o gênero estabelece o contrato discursivo entre o enunciador e o coenunciador.

Com o seu prefácio – e pela primeira vez no Brasil –, Lobato fazia circular o debate num meio vital da sua atividade: o espaço do mercado livreiro em que, de certa forma, traçava diretrizes como editor. Havia no Brasil um público dotado de conhecimentos para receber aqueles enunciados propostos, e o livro se tornaria inseparável da polêmica que se seguiria na imprensa, no rádio e nas conferências das campanhas empreendidas por Lobato.

O *escândalo do petróleo* – um título de impacto sobre o público e que tanto poderia figurar como manchete de jornal quanto num panfleto político para atingir as classes mais populares (tal como realmente atingiu) – compõe-se de textos dos mais variados gêneros: manifestos, gráficos, decretos, cartas e outros. Essa miscelânea só se torna aceitável para o leitor em decorrência do prestígio de um escritor que tinha peso e influência sobre o público. Aqui, o mapa do Brasil publicado na capa antecipa a denúncia, a tensão constitutiva que se manifestará em diversos gêneros reunidos na coletânea.

Cumprir frisar que, nos três textos ora estudados, Lobato se vale das formas genéricas de forma transgressiva: inicialmente, temos um prefaciador que, em vez de apresentar o autor do livro, defende as suas próprias teses; depois, um autor que lança uma coletânea de gêneros diversos; e, finalmente, um intelectual que apresenta às crianças uma narrativa que versa sobre um assunto em circulação no mundo adulto. É revelador também considerar que o gênero político, que até então circulava no rádio, na imprensa e no panfleto, passa a integrar o circuito do livro (*A luta...* e *O escândalo...*). Acrescente-se que o livro agrega um valor que, de certa forma, é próprio do *status* literário.

As normas constitutivas das cenas genéricas, contudo, não são suficientes para explicar as particularidades do texto. Nesse sentido, enunciar não é somente ativar as normas de uma instituição prévia da fala: é, também, construir sobre essa base uma cena singular de enunciação, o que a Análise do Discurso intitula de *cenografia*.

A título de exemplo, um romance pode enunciar através da cenografia de um diário íntimo, de uma história de viagem, da conversação de um café da manhã. A noção de cenografia apoia-se sobre a ideia de que o enunciador age através da enunciação do texto, ou seja, a partir da situação que pretende enunciar. Todo discurso, antes de tudo, busca suscitar adesão do destinatário, instaurando a cenografia que o legitime. Conforme Maingueneau e Charaudeau (2008, p. 96), “a cenografia não é imposta pelo tipo ou pelo gênero do discurso, mas instituída pelo próprio discurso”.

É preciso salientar ainda que a cenografia não corresponde a uma simples decoração no texto: ao contrário, ela legitima o enunciado, o que significa que uma cenografia só pode se desenrolar plenamente se o locutor controlar o seu desenvolvimento. Todavia, numa interação oral, impor uma mesma cenografia durante toda a conversação seria impossível, dado o caráter instável característico do gênero interação oral. Faz parte do “contrato” do gênero reagir às situações imprevisíveis suscitadas pelos interlocutores.

Em *A luta pelo petróleo*, o gênero do discurso pressupõe o papel de um prefaciador apresentando o autor do livro, Essad Bey; entretanto, a cenografia faz um deslocamento do quadro cênico (cena englobante e cena genérica), colocando-o em segundo plano. Assim é que o leitor cai numa espécie de “cilada”, pois, mais que “roubar a cena” de Essad Bey, Lobato desempenha papel

próprio e, tomando para si o palco da interlocução, expõe a sua própria tese a respeito da luta patriótica em favor da autossuficiência em petróleo. E mais: para corroborar os seus argumentos nacionalistas, ele ainda adicionou a Lei das Minas em apêndice – uma “armação” urdida pelo prefaciador.

Em *O escândalo do petróleo*, tendo em vista a diversidade de gêneros, destacamos a *Carta ao presidente*:

São Paulo, 5 de maio de 1940

Dr. Getúlio:

O petróleo! Nunca o problema teve tanta importância; e se com a maior energia e urgência o senhor não toma a si a solução do caso, arrepender-se-á amargamente um dia, e deixará de assinalar a sua passagem pelo governo com a realização da Grande Coisa. Eu vivi demais esse assunto. No livro O ESCÂNDALO DO PETRÓLEO denunciei à nação o crime que se cometia contra ela – e com a maior dor de coração vejo hoje que o oficialismo persiste nesse crime, e agora armado duma arma que não existia antes: o monstruoso tanque chamado CONSELHO NACIONAL DO PETRÓLEO.

Dr. Getúlio, pelo amor de Deus ponha de lado a sua displicência e ouça a voz do Jeremias. Medite por si mesmo no que está se passando. Tenho a certeza de que se assim o fizer, tudo mudará e o pobre Brasil não será crucificado mais uma vez (LOBATO, 1956, p.168-9, grifos do autor).

Na cena englobante, o leitor recebe esse texto como um discurso de política econômica na conjuntura do Brasil da época. A cena genérica corresponde a um tipo de publicação, uma carta na qual um cidadão se dirige ao Presidente da República – situação que normalmente pressupõe uma hierarquia nos papéis sociais. Contudo, também aqui, neste ponto, a cena englobante e a cena genérica passam a segundo plano, posto que não é com o quadro cênico que o leitor se confronta, mas com a cenografia.

Enquadra-se, então, a cenografia de um empresário indignado – “se com a maior urgência o senhor não toma a si a solução do caso, arrepender-se-á amargamente um dia” –, que pretende intervir na esfera das decisões governamentais da qual ele está excluído.

Por sua vez, em *O poço do Visconde*, a situação inicial da cena englobante é a de mais uma história infantil que transcorre no *Sítio do Picapau Amarelo*. A cena genérica depreende-se pelo efeito da capa e das ilustrações, visando a um público bem particular, uma vez que a narrativa corresponde ao modo de produção e recepção da literatura infantil – daí os códigos desse gênero

orientarem a recepção junto às crianças. Já levando em conta a ampliação da rede escolar na época, não se pode abstrair o papel da instituição de ensino como um lugar que, de certa forma, condicionava a recepção do gênero. Em tal contexto, sob a orientação de atores qualificados como os professores, o aluno-leitor criava expectativa e cultivava um gênero que circulava com um bem-definido suporte material: a cartonagem, as ilustrações, o tamanho do livro, a textura das folhas, etc. Desta forma, o indelével suporte material dos livros de Lobato ficariam gravados na memória de muitas gerações. Na cenografia, o leitor se vê, igualmente neste caso, numa espécie de armadilha, porque o texto, relegando a um segundo plano a cena englobante e a cena genérica, apresenta-se, pela sua cenografia, como um curso de Geologia para crianças num contexto de instrução, de aula escolar. Nessa cenografia, como numa estratégia enunciativa, um narrador expõe didaticamente às crianças do Sítio a industrialização do ambiente agrário.

Dada essa sequência de cenas que se encadeiam entre si, como numa espiral, retomemos, pois, o conceito de *enlaçamento paradoxal*:

A cenografia implica, desse modo, um processo de *enlaçamento paradoxal*. Logo de início a fala supõe uma situação de enunciação que, na realidade, vai sendo validada progressivamente por intermédio da própria enunciação. Desse modo, a cenografia é *ao mesmo tempo a fonte do discurso e aquilo que ele engendra*; ela legitima um enunciado que, por sua vez, deve legitimá-la, estabelecendo que essa cenografia onde nasce a fala é precisamente a cenografia exigida para enunciar como convém, segundo o caso, a política, a filosofia, a ciência, ou para promover certa mercadoria... (MAINGUENEAU, 2008b, p. 87-8.)

Na correlação enunciador-coenunciador, a cenografia implica um tempo (a cronografia) e um espaço (a topografia). No bloco *A luta pelo petróleo/O escândalo pelo petróleo*, a cenografia expõe a situação de um país – o Brasil – com ricas jazidas de petróleo que, no entanto, não são exploradas, não bastasse serem até mesmo ignoradas. Já a cronografia dessas duas obras representa um momento de crise, o atraso histórico de um povo que, por não se inserir na modernidade do processo de industrialização, permanece atado ao passado.

Em *O poço do visconde*, por sua vez, a topografia apresenta um espaço universal, mas que remete ao ambiente rural do Brasil – o *Sítio do Picapau Amarelo*. A cronografia corresponde à fase de transformação de uma

comunidade de base rural para uma cidade que se beneficia da industrialização, graças à exploração do petróleo.

#### 4.4 O *ETHOS* DISCURSIVO E A CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE DE MONTEIRO LOBATO

Ainda em *Cenas de enunciação* (MAINGUEANEU, 2006; 2008c), a *cenografia* se relaciona com o *ethos* e assume uma incorporação. Não se trata de um conhecimento extradiscursivo sobre o enunciador, mas sobre a forma como, discursivamente, mediante a sua própria enunciação, o enunciador mostra ser isto ou aquilo. Para Maingueneau (2016, p. 116), “em termos mais pragmáticos, dir-se-ia que o *ethos* se desdobra no registro do ‘mostrado’ e, eventualmente, no ‘dito’. Sua eficácia decorre do fato de que envolve de alguma forma a enunciação sem ser explicitado no enunciado”. Iniciada pelos pragmaticistas<sup>33</sup> no sentido de distinguir o *mostrar* e o *dizer*, atualmente essa ideia é desenvolvida por Maingueneau na perspectiva da Análise do Discurso, mais precisamente, na noção de *ethos*.

A concepção de *ethos* proposta por Maingueneau (2006; 2008b) inscreve-se num quadro da Análise do Discurso de vertente francesa. Mesmo apresentando traços de semelhança com a concepção de Aristóteles, ambos os autores indicam particularidades distintivas: na perspectiva da retórica grega, o *ethos* presta-se a múltiplos investimentos – na retórica propriamente dita, na moral, na política, na música –, apresentando-se como extradiscursivo; na análise discursiva, refere-se exclusivamente ao discurso.

O *ethos* é uma noção discursiva que se constrói através do discurso, de modo que não se trata, portanto, da construção de uma “imagem” do locutor exterior à sua fala. Por esse motivo, ele é tomado como uma noção sociodiscursiva, um comportamento socialmente avaliado, que não pode ser apreendido fora de uma situação de comunicação precisa, integrada ela mesma numa determinada conjuntura social e histórica.

---

<sup>33</sup> Conforme Orlandi (2009, p. 53), “por meio da pragmática é que se inclui, ao lado do estudo da relação entre os signos (sintaxe) e do estudo das relações entre os signos e o mundo (semântica), o estudo das relações entre os signos e seus usuários”.

É em função do auditório que o enunciador construirá uma imagem. Se o auditório não puder se identificar com o *ethos* do orador, a persuasão não se cria. Assim, persuadir consistirá em fazer passar pelo discurso um *ethos* característico do auditório, para lhe dar a impressão de que é um dos seus que ali está. A persuasão, por sua vez, acontece pelo caráter (*ethos*) embutido na situação de enunciação – no “aqui e agora”.

Ao falar ou ao escrever, um enunciador ativa em seus destinatários uma representação de si mesmo, de modo que o *ethos* se revela mais evidente no texto escrito do que na situação de interação oral:

O *ethos* se elabora, assim, por meio de uma percepção complexa, mobilizadora da atividade do intérprete, que tira suas informações do material linguístico e do ambiente. [...] Se [...] o *ethos* é um efeito de discurso, supõe-se que podemos delimitar o que decorre do discurso; mas isso é muito mais evidente para um texto escrito do que numa situação de interação oral (MAINGUENEAU, 2008b, p. 16).

No que tange à questão social, considera-se a relação entre *ethos* e imaginário social como elementos imbricados na identidade do enunciador:

É preciso lembrar que a identidade do sujeito passa por representações sociais: o sujeito falante não tem outra realidade além da permitida pelas representações que circulam em dado grupo social e que são configuradas como “imaginários sociodiscursivos”. Quando Maingueneau retoma a noção de “tom” proposta por Barthes a partir da noção de “ares” de Aristóteles, propõe “uma concepção mais encarnada de *ethos*” como atributo do que se chama “fiador” de um “caráter” e de uma “corporalidade” subjetiva; é ainda de representação social que se trata uma vez que a visão que uma sociedade tem do corpo depende dos imaginários coletivos que ela constrói para si. Diremos que o *ethos* apoia-se em um duplo imaginário corporal e moral que um imaginário que, aqui, se “corporifica” (CHARAUDEAU, 2008, p. 117).

O imaginário social é atribuído pelo *ethos* prévio, mas aceito ou refutado pela situação de enunciação. Assim, o *ethos* discursivo é construído pelo próprio enunciador no processo de enunciação do texto, de modo que o autor também constrói a própria imagem na medida em que enuncia. Desta forma, Monteiro Lobato edifica e reafirma a própria identidade mediante as conferências, o embate com o poder público e a participação nas empresas petrolíferas. Na dimensão discursiva, a construção e a transformação da identidade, no discurso

de Lobato sobre o petróleo, encontram-se associadas às novas bases da política e da economia do Brasil na época.

Consideremos o *ethos* pré-discursivo, relacionado à imagem que se fazia do autor: Monteiro Lobato inscreve-se no discurso do petróleo graças ao gênero do discurso – no caso, o prefácio –, no qual apresenta uma autoridade internacional da área, Essad Bey. Ocupando um lugar social de prestígio como escritor e atuando em quadros institucionais, Lobato se relacionava com lideranças políticas, intelectuais e educacionais da época, o que culmina com a produção de uma imagem de autoridade que conciliava textos do campo literário, econômico e político.

No *ethos* dito, o intelectual enunciador evoca a sua própria enunciação, divulgando a obra de Essad Bey. Mesmo se enunciando como tradutor e prefaciador, Lobato desenvolve uma concepção própria na maior parte do texto, numa perspectiva brasileira acerca do tema:

A pobreza, a lentidão do desenvolvimento do Brasil sempre me preocupou vivamente. Refleti comigo durante anos, com a sensação de que as causas geralmente apontadas eram causas secundárias; e que antes de apreendermos a causa primária, a causa das causas, nada podia ser feito para mudar a situação (LOBATO, 1956, p. 23).

Na ausência de um “estadista de visão larga”, para defender os interesses nacionais, Lobato se apresenta como o intelectual brasileiro que dispõe de fundamento econômico, técnico e científico para examinar claramente o problema e resolvê-lo:

A situação, menos que má ou péssima, é grotesca. Já chegamos ao estágio da insolvência e caminhamos rápidos para o entrevamento econômico – o que é cômico para um país possuidor de oito milhões de quilômetros quadrados de território. E esse entrevamento virá mais depressa do que os próprios pessimistas imaginam, se não surgir um estadista de visão larga que *veja claro no problema e solucione* (LOBATO, 1956, p. 31, grifos do autor).

O *ethos* mostrado contempla as características enunciativas do discurso, incluindo-se aí a escolha das palavras e dos argumentos. Na medida em que se apropria de termos técnicos e científicos, Lobato apresenta um tom combativo e de denúncia. E, nesse contexto, orienta o leitor a respeito das medidas necessárias para a restauração econômica e financeira do Brasil:

O primeiro passo será esse – VER CLARO NO PROBLEMA. O segundo, muito mais fácil, será resolvê-lo. Como? Dando carbono ao Brasil. Que carbono? O mais alto, o petróleo. De que modo? Fazendo o que TODOS os países da América já fizeram – perfurando, PERFURANDO, PERFURANDO! (LOBATO, 1956, p. 31, grifos do autor).

Na postura técnica de quem se vale de estatísticas, ironicamente, o empresário desmente e ridiculariza a versão oficial do governo, representado pelo Serviço Geológico Federal:

As pouquíssimas perfurações que esse serviço fez em 15 anos de atividade nunca realmente visaram descobrir petróleo – e sim desmoralizar as zonas, arraigando ainda mais no espírito público a convicção do absurdo de não haver petróleo em oito milhões e meio de quilômetros quadrados do continente petrolífero por excelência. O Serviço Geológico fingia que furava e depois, com a carinha mais inocente do mundo dizia: não tem. Vocês estão vendo que não tem... Mas era mentira. Não furavam coisa nenhuma. Fingiam que furavam. Abriam buracinhos ridículos, insuficientes para qualquer conclusão, buracinhos de tatu de 100, 200, 300, 400 metros, coisa que nada vale numa era em que as perfurações vão até 1.500, 2.000, 3.000 metros – havendo já um poço nos Estados Unidos com mais de 5.000. Basta dizer que nos 22 poços que em 15 anos o S. G. abriu em S. Paulo, a medida da profundidade não passou de 425 metros – isso numa zona de planalto, 600 metros em dia acima do nível do mar (LOBATO, 1956, p. 32).

Nas últimas páginas do prefácio, Lobato observa que o livro de Essad Bey “toca de leve no Brasil”. Em vista disso, fazendo um reenquadramento do discurso de Bey, o autor brasileiro se dedica a argumentar que

[...] também no Brasil a penetração dos *trusts* se faz sentir, por mais secretamente que trabalhem. Essad Bey conta da luta gigantesca empenhada entre os dois grandes *trusts* mundiais em todos os recantos de todos os continentes. Toca de leve no Brasil, apesar de haver aqui matéria para um novo capítulo (LOBATO, 1956, p. 45).

Lobato dirige-se a dois públicos: ele visa aos dirigentes da nação e aos leitores comuns. Para tanto, ele leva em conta a sua reputação que circula pelo Brasil inteiro para adaptá-la às condições de um discurso político e econômico. Por conseguinte, ao valer-se da imagem – de certa forma estereotipada – de homem das letras e de dirigente empresarial, Lobato é capaz de defender os problemas econômicos do país sob a alegação de imparcialidade e clareza, posto que não está preso aos entraves burocráticos e aos conluios dos

interesses ideológicos. É nessa cruzada, portanto, que ele se julga no direito de se apresentar como denunciante – “perfurar de verdade, a fundo, de acordo com todas as regras da arte” (LOBATO, 1956, p. 44). À margem do poder, ele é o homem da arte de perfurar poços de petróleo.

Um ano depois de redigir o prefácio de *A luta pelo petróleo*, Lobato apresenta-se ao público com uma obra de impacto, nos moldes de uma manchete sensacionalista: *O escândalo do petróleo*. Caio Prado justifica o título do livro e atesta o conceito ilibado de Lobato, uma vez que este se fundamenta em provas irrefutáveis. Notemos que a primeira edição, de agosto de 1936, trazia o subtítulo *Depoimentos apresentados à Comissão de Inquérito sobre o Petróleo*, sendo por meio desse subtítulo que depreendemos a imagem que se fazia de Lobato, como dirigente de empresa petrolífera em debate com a administração do governo federal. Na epígrafe, o escritor apresenta-se com o estereótipo de “salvador da pátria”, dedicando o livro às forças armadas da nação.

Nesse sentido, o *ethos* prévio destaca o escritor com várias atividades. De outra forma, Monteiro Lobato revela a imagem de um escritor pragmático que apresenta *soluções claras e precisas*, atuando em distintos lugares sociais e em quadros institucionais diversificados. Era conhecida a sua projeção como homem das letras, e o público estava a par do seu interesse nas atividades do campo político e econômico:

O grande valor, para o público brasileiro, da experiência de Monteiro Lobato, está em que ele revelou, além de qualquer dúvida, um dos principais fatores do atraso e da pobreza do Brasil. A ação nefasta do imperialismo em países fracos e dependentes como o nosso não é por certo assunto novo. Mas coube a Monteiro Lobato evidenciá-la pela primeira vez entre nós com uma experiência em larga escala que proporciona conclusões seguras e definitivas. O leitor deste livro, cujo título é mais que merecido, verá desfilar diante dos olhos o relato de acontecimentos que não seriam críveis se não fossem vividos por quem os narra e que está acima de qualquer suspeita (PRADO JÚNIOR, 1956, p. XI).

Nas palavras de Caio Prado, nota-se, pois, a imagem prévia de um escritor consagrado pela história social e econômica do Brasil: a coragem do homem das letras que se desdobrou em atividade política e social. Por exercer diversas ações e ser considerado uma personalidade de variadas facetas, ele despertava diferentes impressões que, de certa forma, convergiam para o *ethos*

mostrado nas obras, de tal modo que, já no final da década de 1920, a imagem de Monteiro Lobato era a de um intelectual que corria risco de perseguição política:

Irrequieto, imprudente, o articulista põe “Mr. Slang” fazendo crítica à nossa Marinha, assunto perigoso. Alarico Silveira, intelectual valoroso, amigo de Lobato, receando alguma represália, pediu ao Presidente Washington Luís que o mandasse para o exterior. A solicitação foi atendida. Lobato foi designado adido comercial brasileiro em Nova York. Em 25 de maio de 1927, o ex-fazendeiro de Buquira parte com a família para a América do Norte, onde é recebido com cortesia pela empresa Ford (NUNES, 2000, p. 16-17).

Monteiro Lobato era pragmático nos assuntos relacionados ao trabalho, e é nesse sentido que o *ethos* dito reafirma essa premissa, conforme é possível observar em uma passagem da carta enviada a Getúlio Vargas: “O petróleo! [...] *Eu vivi demais esse assunto*” (LOBATO, 1956, p. 168, grifos nossos). Monteiro Lobato julgava-se experiente no tema – *eu vivi demais esse assunto* –, utilizando-se do seu renome e da habilidade de escritor para construir a sua imagem.

Atentemo-nos ao prefácio de Caio Prado, na obra *O escândalo do petróleo*; em seguida, levemos em conta o *ethos* dito – o que o próprio Monteiro Lobato diz de si mesmo – e, depois, o *ethos* mostrado – depreendido no decorrer da enunciação:

Monteiro Lobato, o contista, o sociólogo, o romancista, o incedível contador de histórias infantis, o escritor dos sete instrumentos, é aqui o economista. Não o economista árido das abstrações e discussões acadêmicas, mas o economista prático que corajosamente se coloca ante os grandes problemas do país, e nesta sua linguagem peculiar que o destaca sem confronto entre os escritores brasileiros vivos ou mortos, apresenta soluções claras e precisas (PRADO JÚNIOR, 1956, p. IX).

O *ethos* dito, aqui, é o de um livro sincero e desesperado, que assume um dever de lutar contra gente interessada no suicídio da nação. À medida que o discurso avança, Lobato vai apagando o *ethos* prévio, de criador de histórias destinadas às crianças, e faz referência a cenas e metáforas da literatura universal, próprias do universo adulto, associando-as aos fatos que então eram denunciados:

Quem quisesse explorar o subsolo teria de entrar por uma das portas da ratoeira – e aí do desgraçado! Dante<sup>34</sup> escreveu nas portas do inferno: *Lasciate ogni speranza, voi ch'entrate*.<sup>35</sup> Quem entra no inferno da Lei de Minas, não escapa. Está perdido para sempre. Com semelhante mundéu colocado como porta do subsolo, a triste sorte das primeiras vítimas desanimaria os outros – e ninguém, nunca mais, teria o topete de mexer num subsolo donde poderia jorrar a preciosa substância fedorenta que nos custa meio milhão de contos por ano. Lei labirinto de Creta.<sup>36</sup> Lei cipó arranha-gato (LOBATO, 1956, p. 13-4).

Vale lembrar a célebre frase do escritor: “Um país se faz com homens e livros” (LOBATO, 2009, p. 60), pois ele é o próprio exemplo daquilo que diz. Esse duplo aspecto – homens e livros – legitima um *ethos* de autoridade de quem produz livros para falar sobre a importância destes na construção da mentalidade do país:

A origem do seu pensamento encontra-se na consideração deste povo maltratado e sofrido que é o brasileiro, e para o qual criou o símbolo consagrado e imortal do Jeca Tatu. Mais tarde o espetáculo da grandeza norte-americana fez-lhe ver o que podia e devia ser um Brasil libertado de suas duras contingências materiais. E pôs mãos à obra. Não se contentou, como simples escritor, em estudar o caso brasileiro e propor remédios. Torna-se capitão de indústria. Consulta técnicos, convoca engenheiros, reúne capitais, e lança-se nesta grande tarefa de descobrir o petróleo brasileiro. Não idealizou o assunto, não colocou o problema em termos abstratos ou teóricos. O seu pensamento não ficou pairando no mundo dos sonhos e dos projetos e prédicas. Transformou-se em ação; e seu ideal de melhorar a sorte do povo brasileiro, de regenerar seu Jeca Tatu, materializou-se num negócio de grandes perspectivas e amplas possibilidades (PRADO JÚNIOR, 1956, p. X).

Há de se considerar que as cenografias distintas dizem respeito ao *ethos* depreendido do escritor dos sete instrumentos, pois, numa única obra, ele reúne diversos gêneros a fim de correlacionar o mesmo tema discursivo. Já no que tange ao *ethos* mostrado, em *O escândalo do petróleo*, o tom é de quem fala alto, como se pode depreender da impressão em caixa-alta:

É OBVIO QUE AS COMPANHIAS IMPORTADORAS NÃO TÊM INTERESSE NO DESENVOLVIMENTO DAS FONTES DE PETRÓLEO QUE O BRASIL INDUBITAVELMENTE POSSUI, INTERESSANDO-LHE MAIS, DADA A ATUAL SUPERPRODUÇÃO DOS DIVERSOS *FIELDS* EM EXPLORAÇÃO, A ESCRAVIZAÇÃO

<sup>34</sup> *Inferno* é a primeira parte da *Divina comédia*, de Dante Alighieri, que se completa com outras duas, o *Purgatório* e o *Paraíso*.

<sup>35</sup> “Deixai toda esperança, vós que entráis”.

<sup>36</sup> Episódio da mitologia grega que trata da construção do arquiteto Dédalo a pedido do Rei Minos, para prender o Minotauro.

PETROLÍFERA DO BRASIL. É, PORÉM, EVIDENTE QUE DADAS AS ATUAIS CONDIÇÕES, AS EMPRESAS AMERICANAS TÊM QUE ACAPARAR O SOLO POTENCIALMENTE PETROLÍFERO PARA ASSIM DEFENDER OS SEUS NEGÓCIOS DE IMPORTAÇÃO, DO QUE RESULTA O INTERESSE QUE DEMONSTRAM EM IMPEDIR A EXPLORAÇÃO (LOBATO, 1956, p. 102, grifo do autor).

Nesse contexto, Monteiro Lobato expõe o quadro da política petrolífera dos *trusts* em relação ao Brasil. A impaciência do escritor – em razão das posições ideológicas e políticas – destaca-se nos recursos discursivos dos quais ele se vale para tratar o tema: a caixa-alta, o léxico e a própria argumentação. Podemos observar ainda que a expressão *escravização petrolífera do Brasil* remete a uma conjuntura crucial para o desenvolvimento do país.

O aspecto discursivo da obra *O poço do Visconde* apresenta um caráter didático e ilustrativo sobre a prospecção petrolífera. Para isso, utiliza o cenário do sítio de Dona Benta como metáfora do Brasil. Em vista da série de livros, o escritor apresenta-se com a autoridade de criador desse espaço ficcional, reconhecido pelo público brasileiro. É assim que Narizinho, Pedrinho, Emília, Dona Benta e o Visconde entram em cena na exploração do petróleo, e é nesse contexto que Lobato expõe o percurso dos personagens com explicações e ilustrações para os seus destinatários: as crianças. Nesse sentido, o contrato genérico do livro infantil se vincula, de certa forma, aos gêneros anteriores destinados ao público adulto, posto que as três obras em pauta abordam a mesma temática.

Em *O poço do Visconde*, o autor inicia o livro abordando o costume de colocar os pés para cima enquanto se está sentado:

— Certos sábios afirmam, minha filha, que quando uma pessoa se senta com as extremidades niveladas a circulação do sangue agradece, e a cabeça pensa melhor. É por esse motivo que os homens da América costumam nivelar as extremidades, sempre que têm de resolver um assunto importante. A coisa fica mais bem-resolvida – dizem eles.

— E é verdade?

— Os negócios de lá prosperam melhor que os de qualquer outro país; se o tal nivelamento dos pés com a cabeça contribui para isso, não sei (LOBATO, 2010, p. 12).

O tom discursivo de Lobato é o de um aconselhamento, remetendo ao estereótipo americano dos homens que costumam sentar-se com os pés sobre

a mesa, na tentativa de nivelar as extremidades do corpo para tratar de assuntos importantes.

Podemos identificar o padrão discursivo no tom pragmático que assume o trabalho: “A perfuração prosseguiu sem novidades, com rotativa, até os quinhentos metros, cota em que, subitamente, irrompeu nova água à boca do poço. *Mister Kalamazoo* provou-a, com uma careta. — *Salt water!* – Exclamou. — Água salgada!” (LOBATO, 2010, p. 119, grifo nosso).

Elementos da cenografia contribuem para a interpretação do *ethos*, interagindo fenômenos das mais diversas ordens, como o caso do registro da língua em que há citação em inglês, marcada por ponto de exclamação.

*O poço do Visconde* apresenta um tom de ironia, mas de forma sutil, por se tratar de literatura infantil. E assim se expressa Emília a respeito do trabalho a ser feito: “— Faz de conta que já estão feitos – berrou Emília. — Faz de conta que foram feitos por uns sábios da Alemanha que mandamos vir, não acha, Pedrinho?” (LOBATO, 2010, p. 85).

Ao mesmo tempo que o discurso é polêmico, a literatura infantil sensibiliza o leitor por contar com o apoio do seu destinatário. O *ethos* elabora-se, assim, por meio de uma percepção complexa, mobilizadora da afetividade do intérprete, que obtém as suas informações do material linguístico e do ambiente (cenografia). É desse modo que, no ambiente rural do sítio, ocorre a exaltação da civilização industrial. Nesse contexto civilizado e dinâmico, Lobato propõe a organização da produção de acordo com a divisão do trabalho: “Narizinho, recentemente nomeada diretora-comercial da companhia. Dona Benta era a diretora-geral. O Visconde, o consultor técnico. Emília, a diretora dos transportes e Quindim, o encarregado geral da defesa” (LOBATO, 2010, p. 159).

Nota-se na obra o tom professoral que legitima o *ethos* discursivo do escritor, expondo ao jovem leitor os princípios da Geologia e os benefícios da civilização industrial – “O país entrou a prosperar de um modo maravilhoso” (LOBATO, 2010, p. 169). Discursivamente, Lobato mostrou-se como um batalhador dedicado à causa petrolífera – e, por consequência, à independência econômica do país – na dimensão da literatura infantil.

Por todas essas considerações, podemos analisar como o *ethos*, depreendido do discurso do petróleo, traçou a identidade discursiva do autor – um *ethos* sincero em tom de denúncia, com textos fortemente marcados pela

notória combatividade do escritor, num discurso que visa a, enfim, modificar a sociedade brasileira no seu conjunto, num esforço que colaborou para a construção da identidade social do país e para a transformação nos anos 1930.

#### 4.5 O AUTOR NO UNIVERSO DOS DISCURSOS

A noção de *autoria* expõe a relação entre autor e texto literário, na emergência dos tempos modernos, por efeito de certa trama de elementos históricos:

A noção de autor constitui o momento forte da individualização na história das ideias, dos conhecimentos, das literaturas, na história [...] quando se faz a história de um conceito, de um gênero literário ou de um tipo de filosofia, creio que tais unidades continuam a ser consideradas como recortes relativamente fracos, secundários e sobrepostos em relação à unidade primeira, sólida e fundamental, que é a do autor e da obra (FOUCAULT, 1992, p. 33).

Podemos, assim, indagar como um autor se individualizou numa cultura, qual estatuto lhe foi atribuído, a partir de que época e em que momento a sociedade começou a contar fatos relacionados à sua vida, deixando em segundo plano a trama dos heróis das narrativas. Afinal, como é que se instaurou essa categoria fundamental da crítica, que é “o homem-e-a-obra”?

No caso de Monteiro Lobato, podemos considerar que ele se individualizou no campo literário, passando a ser reconhecido nos meios escolares e, desta forma, consagrando-se com uma imagem de autor de livro infantil, fato que o credenciava a contribuir, em parte, com a institucionalização da literatura infantil na escola.

A época é determinante para a imagem do autor que se torna conceituado em certo gênero, e o seu nome serve para caracterizar o modo de ser do discurso:

Para um discurso, ter um nome de autor, o fato de se poder dizer “isto foi escrito por fulano” ou “tal indivíduo é o autor”, indica que esse discurso não é um discurso cotidiano, indiferente, um discurso flutuante e passageiro, imediatamente consumível, mas que se trata de um discurso que deve ser recebido de certa maneira e que deve, numa determinada cultura, receber um certo estatuto (FOUCAULT, 1992, p. 45).

Nessa tendência, os discursos literários não podem ser recebidos se não forem dotados da função autor, pois em qualquer texto de poesia ou de ficção haverá sempre interesse em se saber de onde é que ele veio, quem o escreveu, em que data, em que circunstâncias. O sentido conferido, o estatuto e o valor reconhecido dependem da forma como respondemos a essas questões.

Na linha de Maingueneau (2010), podemos considerar que a materialização textual é fundamental. A autoria aqui tratada não se restringe unicamente à relação autor-obra, mas também à concepção de enunciação, contemplando-a simultaneamente como a produção de discurso por meio de uma posição (institucional, ideológica, por exemplo) e também como um reconhecimento singular, marcado por um traço e autoria no discurso. Não se trata apenas de um modo de organizar uma sequência, mas a forma pela qual o autor fala sobre um tema e se revela ao mesmo tempo. Para Maingueneau (2010, p. 159), “o processo de legitimação de sua própria enunciação coincide com a elaboração do texto”, o que nos permite depreender como o autor se inscreve no corpo discursivo.

Conforme as reedições de suas obras demonstram, Monteiro Lobato tem uma projeção consolidada como escritor de literatura infantil, além de ser considerado fundador do gênero no Brasil. No entanto, aqui se destaca o autor-empresário, envolvido nas questões socioeconômicas. Tal imagem é reveladora das estratégias de posicionamento<sup>37</sup> em um campo, expondo uma complexa relação que vai do autor ao leitor: a apresentação de si e a representação que se tem dele, representação esta que não é fruto do acaso, mas resultado de um trabalho elaborado por projetos editoriais, conferências e entrevistas. À luz do discurso literário, Maingueneau distingue a pessoa do escritor em duas frentes:

[...] de um lado, contra a ideia de que “vida” e “obra” seriam dois planos separados em que esta última seria “a expressão” daquela e, de outro, contra um certo estruturalismo vulgar que sobreviveu aos anos de 1960, reforçada pela tese de *Contre Saite-Beuve*, em que Proust propõe a existência de um “abismo” entre o eu criador e o eu social (MAINGUENEAU, 2006, p. 118).

---

<sup>37</sup> Posicionar-se é colocar-se em relação a um lugar que, por uma obra, o autor se confere no campo. Quando um autor se volta para a literatura infantil, traça um percurso na esfera literária, afirmando-se como “autor de livros para crianças”. Essa escolha equivale igualmente a uma filiação (MAINGUENEAU, 2006).

De forma singular, a expressão textual de Monteiro Lobato torna-se mais compreensível associando-se a sua vida à atividade literária. A recepção das obras do discurso do petróleo nos anos 1930, a partir das condições do seu lançamento até os dias atuais, interage com as instâncias heterogêneas, como a viagem do autor aos Estados Unidos, as publicações, a Era Vargas, a conjuntura histórico-literária e a associação de seu nome às lutas pela defesa do petróleo em território nacional. Assim, enunciar no campo literário não consiste em apenas apresentar o mundo ficcional, mas, igualmente, configurar a cena de fala que é ao mesmo tempo a condição e o produto dessa enunciação. Foucault questiona o papel do autor – “o que é um autor?” –, e esse debate gira em torno de uma questão maior, direcionada à “função do autor”.

Nesse contexto, examinando o papel de Monteiro Lobato, é possível considerar que a *função autor* parece relacionada a uma regência do saber. Na linha de Foucault (1992, p. 45), “o nome de autor presta-se à caracterização de certo modo de ser do discurso. É um nome que tem pouco a ver com o nome próprio do indivíduo real, mas que caracteriza o modo de ser singular de um discurso”. Já segundo Maingueneau (2010, p. 32), o discurso literário envolve três polos: a trajetória do criador em função da imagem que não cessa de construir; o polo do texto, posto que a circulação deste depende da imagem de autor; e, por fim, o polo da recepção, uma vez que entrar no processo de leitura de um texto implica a imagem de autor que condiciona as estratégias de recepção.

A questão do autor no universo discursivo significa tratar a obra literária como discurso, ou seja, no conjunto dos discursos, haja vista que a interação numa dada conjuntura posiciona o autor no campo. O texto inscreve-se num campo discursivo, no qual o enunciado abordará um tema que desperta as mais controvertidas opiniões. Nesse campo, encontram-se em concorrência, de um lado, uma visão literária que pode transgredir as normas sociais estabelecidas e, de outro, a cultura dominante que está de acordo com o socialmente estabelecido.

A lógica e a dinâmica entre a situação da literatura e a sociedade é muito complexa. É importante integrar essas dimensões, dado haver uma inscrição do texto literário no contexto social:

De modo geral, seu caráter autoral manifesta-se por meio de uma indicação paratextual, no título ou subtítulo: “meditação”, “ensaio”, “dissertação”, “aforismos”, “tratado” etc. Eles se acham particularmente presentes em certos tipos de discursos: o literário, sem dúvida, mas também o filosófico, o religioso, o político, o jornalístico... Quando se atribui esse ou aquele rótulo a uma obra indica-se como se pretende que o texto seja recebido, instaura-se de maneira não negociada – um quadro para a atividade discursiva desse texto (MAINGUENEAU, 2006, p. 238-9).

A configuração histórica, por sua vez, concentra o caráter emblemático do discurso do escritor, e com base nisto surgem outras indagações: por que se escreve esse tipo de texto? Por que o livro infantil, por exemplo, faz parte das condições emergenciais do discurso? Por outro lado, a instituição é inseparável da prática discursiva, assim como um lugar pode ser legitimado pelos discursos que produz. Desse modo, o texto representará a cenografia da instituição legitimando um discurso a uma prática.

No caso literário, não há separação entre o texto e o escritor, pois é o texto que permite ao escritor legitimar-se. A obra é o produto que define o escritor e o campo:

Mas, na literatura, ao contrário do que ocorre na medicina, não há diploma reconhecido que confira o direito à palavra. Para determinar quem tem o direito de enunciar, um posicionamento literário define à sua própria maneira o que é um autor legítimo. Cada autor se orienta em função da autoridade que tem condições de adquirir, dadas suas conquistas e a trajetória que concebe a partir delas num dado estado do campo (MAINGUENEAU, 2006, p. 152).

Na construção do texto, o autor assume determinado posicionamento e pode justificar o sentimento de exclusão para descrever o mundo. Podemos pensar num espaço que, frequentemente, está afastado da sociedade ou do grupo. Outro desdobramento corresponde à forma como se lê o texto. Para isso, consideramos cada indício textual; entretanto, não existe texto sem que um enunciatário o expresse:

A noção de autor é indissociável da noção de texto, assim o texto pode ser associado a uma posição de autor mesmo que esta última não tome a forma de um indivíduo único de carne e osso, dotado de um estado civil. Para a análise do discurso, que, para além da oposição texto/contexto, se esforça em pensar a imbricação recíproca de textos e de lugares sociais, a autoralidade deveria ser uma questão central (MAINGUENEAU, 2010, p. 25-6).

O autor é, assim, o enunciador de um texto literário, uma categoria heterogênea que tanto implica essa instância enunciativa quanto o mundo referenciado nesse mesmo texto. Atribui-se-lhe um posicionamento no campo literário, a responsabilidade do gênero e um estatuto social e histórico:

Os diversos estados históricos da produção literária filtram, dessa forma, em função dos posicionamentos que neles são dominantes, a população enunciativa potencial; definem certos perfis: frequentar ou não os ambientes mundanos, o teatro ou os cientistas, colecionar plantas ou praticar esportes, conhecer os bastidores da política etc.

[...]

Pode-se chamar de *vocação enunciativa* esse processo através do qual um sujeito se “sente” chamado a produzir literatura. Para que o duque de La Rochefoucauld na França de Luís XIV e Victor Hugo na Restauração tenham se sentido impelidos a tomar da pena da maneira que o fizeram, foi de fato necessário que a representação da instituição literária de sua época relativa à sua posição na sociedade lhes proporcionasse a convicção de que dispunham da autoridade requerida para se tornarem escritores. A autocensura permite um ajustamento espontâneo às condições de sucesso associadas com uma posição particular: a depender do estado do campo, não são os mesmos indivíduos que irão acreditar-se “chamados” a produzir literatura (MAINGUENEAU, 2006, p. 152, grifos do autor).

Nesse sentido, o autor se caracteriza pelo fato de a sua atividade derivar unicamente da produção de textos, a partir da qual Maingueneau (2010) considera três dimensões da noção de autor. A primeira trata do *autor-responsável*, no caso em que este não é nem o enunciador, correlato do texto, nem o produtor em carne e osso, dotado de um estado civil. Nessa primeira instância, ser autor de um texto foge da especificidade literária, pois vale para qualquer gênero do discurso; além disso, pode, segundo os gêneros de textos, corresponder a dispositivos muito variados. Na segunda dimensão, designada *autor-ator*, a organização de sua existência em torno da atividade de produção de textos deve gerir uma trajetória, sendo que esse estatuto varia segundo os lugares, as épocas e os posicionamentos. Assim, a própria palavra ‘autor’, de acordo com as conjunturas históricas, entra em concorrência com outras, como: ‘escritor’, ‘*littérateur*’, ‘homem de letras’, ‘literato’, ‘artista’, ‘intelectual’. A terceira dimensão é a do *autor enquanto correlato de uma obra*. Essa instância relaciona-se com um conceito específico: “se todo texto implica por natureza um ‘responsável’, apenas um número muito restrito de indivíduos atinge o estatuto de ‘auctor’” (MAINGUENEAU, 2010, p. 30).

A atividade propriamente literária distingue-se de outras igualmente voltadas à produção de textos, como o jornalismo ou a política, posto que toda pessoa que publica um texto de própria lavra torna-se, potencialmente, *auctor*. Mas será *auctor* efetivo, fonte de “autoridade”, apenas se terceiros falam dele, legitimando, assim uma “imagem de autor”. Desta forma, consideramos várias etapas na emergência de uma figura de *auctor* plenamente atualizada:

Inicialmente, cumpre citar que a auctoridade que se poderia dizer dispersa, em que um produtor situa-se como o responsável (seja ele anônimo ou pseudônimo) por diversos textos provenientes de atividades verbais rotineiras. É o caso, entre outros, do jornalista que assina notícias variadas, do político que redige panfletos etc. (MAINGUENEAU, 2010, p. 31-2).

Por outro lado, vale lembrar que o próprio produtor pode publicar um ou vários textos em gêneros que o qualificam como *auctor* (um romance, por exemplo, ou um ensaio); ele pode também reunir textos dispersos para transformá-los em *Opus*. Isto significa que o *auctor* deve estar num alto patamar de expressão social, pois é citado na grande imprensa e nas revistas de prestígio, é convidado para ser entrevistado em programas radiofônicos e de televisão, além de ter uma presença, hoje, nas redes sociais. Esses fatores determinam o coeficiente de *auctoralidade*.

Nessa etapa, há aqueles que atingem o estatuto de *auctor* maior, quando o seu prestígio é tamanho que se publicam textos deles que não estavam destinados a ser publicados: rascunhos, cartas, correspondência privada, caderno de notas e diário íntimo. Esses *auctores* maiores transcendem às decisões editoriais, fazendo com que a intimidade da sua vida participe do acervo de suas obras (MAINGUENEAU, 2010, p. 32).

O reexame das obras de Monteiro Lobato é um trabalho de transformação da própria discursividade do acontecimento literário. Na dinâmica da função autor, isto é, nas modalidades de uma singular existência, depreendemos os modos de circulação do discurso projetados em um prefácio, um livro de literatura geral e um livro de literatura infantil. Com relação à autoria, as características peculiares ao nome do autor têm por função delimitar, classificar e organizar o universo dos discursos.

Em *A luta pelo petróleo*, de Essad Bey, a figura do prefaciador Monteiro Lobato age como uma marca distintiva no livro – “Categoria híbrida, que implica ao mesmo tempo o texto e mundo do qual este texto participa, o autor é uma instância que enuncia (atribui-se-lhe um *ethos* e a responsabilidade de alguns gêneros de textos, em particular os prefácios” (MAINGUENEAU, 2010, p. 26). Já naquela época, Lobato assumia a condição de *auctor*, reconhecido na literatura infantil em razão da publicação de uma série de livros ambientados no *Sítio do Picapau Amarelo*. Além do reconhecimento do público, na função de jornalista de O Estado de S. Paulo, também era conhecido como o publicitário da campanha do Biotônico Fontoura, assim como por suas obras de literatura geral – *Urupês*, *Cidades mortas* e *Negrinha*. Na imprensa e nos círculos literários, era alvo de debates decorrentes de suas polêmicas, como no caso da exposição de Anita Malfatti, em 1917.

O nome de Monteiro Lobato está estritamente associado ao livro *O escândalo do petróleo*, o que se deve às campanhas, às conferências, aos artigos de jornais, às repercussões de suas polêmicas com o ministro da agricultura e com o próprio Presidente da República. Dessa forma, ele se torna reconhecido por um determinado grupo: “As revelações e demonstrações d’O *escândalo do petróleo* são tremendas, e já não há ninguém que possa alegar ignorância do que se passa nos bastidores” (LOBATO, 1956, p. VIII). Assim, essa atividade se distingue de outras, uma vez que terceiros falam dele, consolidando a imagem de autor. Lobato publica textos que são constantemente reeditados, razão pela qual o qualificam como *auctor* e suas obras estão reunidas em *Opus (Obras completas de Monteiro Lobato – 30 volumes / Editora Brasiliense)*, contendo prefácios, entrevistas, cartas, dentre outros textos que o referenciam.

Retomando o conceito de Foucault (1992), relacionado com “o homem-e-a-obra”, consideremos que a época é determinante para o autor que se torna conceituado em determinado gênero. Consoante esse entendimento, o nome de Lobato implica um modo de ser do livro *O poço do Visconde*. Em 1937, não se tratava de um livro qualquer lançado ao mercado, haja vista que a obra trazia a chancela de um autor individualizado na época, tanto para o público adulto quanto para o público infantil. Além disso, Lobato fazia dupla com Belmonte, um cartunista respeitado que atuava na imprensa daquele tempo. Temos, desse modo, o volume da série *Sítio do Picapau Amarelo*, que então contava com um

público já formado, supondo, assim, que o leitor receberia o texto enquadrado num espaço ficcional preestabelecido, fato este que determina certa forma de ler o texto. Nesse sentido, não há separação entre *O poço do Visconde* e Monteiro Lobato, pois o próprio texto permite ao autor legitimar-se.

#### 4.6 O DISCURSO E A PRÁTICA DISCURSIVA: O ESCRITOR E O EMPRESÁRIO

Abordamos a *prática discursiva* como uma dinâmica indissociável de um discurso e que corresponde a um modo de apreender a formação discursiva. Sucede a prática discursiva

[...] quando se trata de apreender uma formação discursiva como inseparável das comunidades discursivas que a produzem e a difundem: a formação discursiva é então pensada ao mesmo tempo como *conteúdo*, como *modo de organização dos homens* e como *rede específica* de circulação de enunciados (CHARAUDEAU; MAINGUENEAU, 2008, p. 396, grifos dos autores).

A prática discursiva, de modo geral, diz respeito à atividade discursiva:

[...] se diz prática discursiva em vez de discurso, efetua-se um ato de posicionamento teórico: sublinha-se obrigatoriamente que se considera o discurso como uma forma de ação sobre o mundo produzida fundamentalmente nas relações de forças sociais (CHARAUDEAU; MAINGUENEAU, 2008, p. 396).

Os aspectos discursivos mostram as razões pelas quais Monteiro Lobato enuncia de um lugar socialmente voltado para o polo econômico:

“[...] certo uso da língua: os participantes de uma atividade discursiva extraem seus recursos linguísticos do interior de um vasto repertório de variedades: diversidade de línguas, diversidade do interior de uma língua, variedades geográficas, profissionais etc.” (MAINGUENEAU, 2010, p. 205).

Nesse sentido, Lobato destaca em inglês a crítica que o geólogo Washburne tece a Oppenheim: “Oppenheim, in disagreement with Washburne, believes the country to be highly faulted and unlikely to contain oil fields<sup>38</sup>”

---

<sup>38</sup> Em tradução livre: “Oppenheim, discordando de Washburne, crê que o país é altamente criticado e não gosta de conter campos de petróleo”.

(LOBATO, 1956, p. 111). Deste modo, o escritor faz circular a língua inglesa em sua publicação – o que, de certa forma, reflete a internacionalização da questão que aborda.

Constatamos que certo uso da língua significa ser participante de determinada atividade discursiva. O discurso é uma forma de ação sobre o assunto por meio de regras determinadas no tempo e no espaço. No caso de Lobato, dirigindo-se a uma comunidade infantil, ele se valia de uma linguagem própria para esse público – no sentido de descrever a forma prática de extração do petróleo –, adaptando-a aos conhecimentos técnicos da época:

Às oito horas um sino tocou, anunciando o começo do serviço. Os operários dirigiam-se para a sonda. Começou a batagem. A máquina fazia um movimento de vaivém, puxando e largando o cabo de aço, que subia até a roldana de cima, dava volta e descia, tendo na ponta a haste do trépano. A cada um desses movimentos o cabo erguia o trépano a um palmo de altura e o largava; no largar o trépano caía com a força do peso sobre a rocha do chão; desse modo ia desagregando, esfarelando essa rocha (LOBATO, 2010, p. 102-3).

Além disso, em seus relatórios, desde os tempos de adido comercial nos Estados Unidos, o autor sugere negócios rendosos com a nação do norte e propõe medidas para elevar o padrão de vida da sociedade brasileira:

Observador sagaz, lúcido, procura soluções para os problemas que, direta ou indiretamente, estão afetos ao escritório que dirige. Toma, assim, providência no sentido de possibilitar a permuta do café, borracha, cacau, couros e outros produtos brasileiros, embaixa por superprodução ou retraimento dos mercados já existentes, com gasolina, querosene, e mais produtos de origem russa (CAVALHEIRO, 1955, p. 373).

A partir da perspectiva discursiva, deve-se notar que “em alguns tipos de discurso (literário, filosófico, religioso, jornalístico) atribuímos um rótulo a um texto, impomos um quadro de atividade discursiva, para indicar ao destinatário como pretendemos que o texto seja interpretado” (MAINGUENEAU, 2014, p. 114). Assim, o discurso do petróleo repercutia no círculo literário, no meio educacional e no centro das decisões políticas do país, posto que pretendia influenciar a dinâmica do poder. Lobato estabeleceu comunicação com o Presidente por meio de carta, fez denúncias e exibiu estatísticas. Com conhecimento de causa, como ele se qualificava, pôde inserir em seu discurso

informações sobre a teoria e a prática da exploração petrolífera. Nesse sentido, consideramos o gênero ou tipo de discurso para tomar como critério de categorização uma área de atividade, mas também é possível agrupar os enunciados em função da natureza da fonte que os produz, relacionando a identidade dessa fonte e as propriedades dos textos que ela produz.

*A luta pelo petróleo* marca o início do debate aprofundado do tema na cultura brasileira. A tradução e o prefácio exercem certa expansão de um discurso centralizado nas grandes potências. Nesse contexto, os brasileiros têm o primeiro contato com as ideias de desenvolvimento econômico vivenciado por Lobato nos Estados Unidos. Pela mudança de mentalidade, mediante essa literatura, o Brasil começa a viver uma nova realidade: a busca pela independência econômica, luta esta travada por Monteiro Lobato e por um segmento social que já estava consciente do valor que o óleo negro representava para suprir as necessidades do país, que, até então, sobrevivia integralmente da agricultura.

No livro *O escândalo do petróleo*, o discurso de Lobato expressa-se mediante diversos gêneros discursivos: documentos, cartas e manifestos. Valendo-se de seu *status* no campo literário, ele projeta a sua ação no campo político-empresarial. Na apresentação de cenas genéricas, a literatura abrange atividades sociais nas áreas política, econômica e cultural. Tal como vimos, o autor defende a exploração do petróleo e denuncia o Departamento Nacional de Produção Mineral por se vender aos interesses do grupo Standard Oil.

*O poço do Visconde* traz aos jovens lições de Geologia e geofísica relacionadas às técnicas de perfuração dos poços de petróleo. Findos os estudos, fundou-se a Companhia Donabentense de Petróleo, em homenagem à Dona Benta, e batizou-se o poço pioneiro de Caramingá I, nome do riacho que passava pelo sítio. Assim, na ficção infantil, a Companhia Donabentense de Petróleo assume o contorno de um espaço institucional da sociedade capitalista: uma empresa.

Lobato concebe o fato literário como estratégia para divulgar a política e a economia no meio nacional, buscando interlocutores de todas as idades por meio da tradução e do prefácio, do livro, da obra de literatura geral e da obra de literatura infantil. Nesse sentido, com o seu projeto político-literário, a ação de Lobato enfatizou a importância do tema para a transformação de uma sociedade

que, como já dissemos, nos anos 1930 sobrevivia quase que predominantemente da agricultura. Posteriormente, com o advento da industrialização e da mudança das mentalidades, descobriram-se mais riquezas para transformar a realidade, implicando diretamente nas ações coletivas.

Premido nessa encruzilhada de debates, Lobato detinha saberes e valores construídos no campo técnico e científico, mas que estavam em confronto com os saberes e os valores das organizações estrangeiras, que formavam cartéis para controlar o mercado brasileiro. Entretanto, todo o trabalho empenhado como empresário e por um grupo de investidores colaborou para que o país sustentasse um modelo de desenvolvimento das nações do Primeiro Mundo.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conforme verificamos no capítulo anterior, o presente estudo propiciou uma nova avaliação do discurso do petróleo de Monteiro Lobato.

Com uma imagem consolidada de homem das letras e obras comumente classificadas como literárias, a produção crítica em torno de Monteiro Lobato já é bastante conhecida e difundida. O mesmo, contudo, não pode ser dito a respeito de Monteiro Lobato como o político, o economista e o empresário que permaneceu incompreendido por gerações, fato que se deve, em parte, à pouca divulgação dessa sua trajetória. Como vimos, valendo-se de sua influência junto ao público, o escritor promoveu as suas convicções ideológicas e políticas num momento crucial da história do Brasil.

Iniciamos a composição desta pesquisa com a caracterização dos textos que compuseram o *corpus* – o prefácio de *A luta pelo petróleo*, de 1935; *O escândalo do petróleo*, livro de literatura geral de 1936; e *O poço do Visconde*, obra de literatura infantil de 1937. No percurso cronológico das obras analisadas, um triênio representou as preocupações de uma década em que Monteiro Lobato se desloca da instituição literária para a arena de debates da política econômica, sendo nesse deslocamento que exerce o trabalho de gerenciar companhias que perfuravam poços de petróleo.

Na sequência, expusemos as condições de produção das obras que correspondiam às ideias políticas, sociais e ideológicas da época. A Revolução de 1930, por exemplo, marca o fim da hegemonia do café e a perspectiva de inserção do país no capitalismo internacional, configurando um momento de reajuste da estrutura política e econômica, de acordo com a nova ordem histórica e social. Atualizando os arquivos da Revolução de 1930, Lobato surge como expressão legítima dessa ruptura, dessa fenda que então se abre no edifício social, provocada pela decadência da velha ordem de base agrária, condicionando a renovação da força criadora das elites intelectuais dissidentes.

Também abordamos os conceitos teóricos da Análise do Discurso com o intuito de esclarecer as premissas constitutivas da tese:

- a) as fronteiras que constituem a paratopia no discurso;
- b) as articulações da interdiscursividade;
- c) a integração das cenas de enunciação;

- d) o *ethos* discursivo apreendido na análise dos textos;
- e) o autor no universo dos discursos;
- f) o discurso e a prática discursiva, no sentido de que tratamos de apreender a formação discursiva como inseparável das comunidades que a produzem e a difundem.

A paratopia nas obras de Monteiro Lobato apontou a transformação da própria discursividade do acontecimento literário. A compreensão dessa dinâmica constitui as fronteiras no discurso, uma vez que o campo literário não permite separação entre o texto e o escritor. Nesse sentido, é o texto que permite ao escritor legitimar-se. A ida de Lobato aos Estados Unidos afeta a identidade do escritor, que passa, então, a influenciar na dinâmica das formações discursivas relacionadas à política e à economia do Brasil.

A organização industrial norte-americana era o referencial para Monteiro Lobato, que, a exemplo de Rockefeller, buscava se tornar um poderoso executivo do petróleo. Assim, a *paratopia de deslocamento* preenchia os espaços vazios existentes nesses dois polos continentais, contribuindo para um intercâmbio literário e, principalmente, político-econômico. Nas análises, confirmamos as proposições de Maingueneau (2006) acerca do estatuto paradoxal, que resulta da especificidade dos discursos que só podem autorizar-se por si mesmos. Já a *paratopia temporal* destaca a oposição entre o Brasil rural e o Brasil industrial, sendo este o vetor criativo da produção do discurso do petróleo. Por fim, a *paratopia de identidade* de Lobato revelou um homem de múltiplas atividades, atuando como escritor – tanto de obras para crianças quanto de obras de literatura adulta – e também como empresário do petróleo, situando-o num espaço paradoxal.

Nas articulações do interdiscurso, apontamos como o discurso se inscreve numa perspectiva de heterogeneidade constitutiva. Portanto, as categorias temáticas *independência econômica/prospecção petrolífera* expressam teses defendidas por facções de intelectuais dissidentes que assumem o palco da interlocução, a partir do abalo da oligarquia dirigente, então apoiada na economia rural. Assim, pouco a pouco, a industrialização é reconhecida como expressão legítima da nova mentalidade. Nesse contexto, Monteiro Lobato torna-se porta-voz de um grupo de renovação e ruptura, no sentido de defender novos processos de desenvolvimento.

Dado que os discursos se formam e ganham sentido no interior do interdiscurso, expusemos que, já na década de 1920, circulavam no Brasil correntes de pensamentos antagônicos a respeito do monopólio internacional da indústria do petróleo. Nesse aspecto, a intervenção discursiva de Monteiro Lobato projeta-se entre discursos exteriores e interiores que então se apresentavam fortemente divergentes.

Monteiro Lobato instaura a enunciação, buscando, dessa forma, a adesão do coenunciador, construindo uma cenografia que o legitime. Para isso, havia no Brasil um público dotado de conhecimento para receber os enunciados propostos, sendo que o livro seria inseparável dos debates que se seguiam na imprensa e nas conferências das campanhas de Lobato em prol da independência econômica.

Apontamos que a cenografia faz um deslocamento do quadro cênico (cena englobante e cena genérica) para um segundo plano. Em *A luta pelo petróleo*, Lobato desempenha papel próprio na exposição de sua tese. Em *O escândalo do petróleo*, na carta a Getúlio, a cena englobante e a cena genérica passam igualmente a um segundo plano, pois aí se enquadra a cenografia de um empresário indignado. Finalmente, em *O poço do Visconde*, o quadro cênico nos moldes de um livro infantil é igualmente relegado a um segundo plano, apresentando-se então a cenografia de um curso de Geologia para crianças.

Os códigos do gênero em *O poço do Visconde* orientam a recepção junto aos jovens leitores, levando em conta o papel da instituição de ensino que, de certa forma, condiciona a recepção da obra. A topografia desvenda o ambiente rural do Brasil por meio do *Sítio do Picapau Amarelo*, ao passo que a cronografia corresponde ao momento de crise decorrente da transformação de uma sociedade de base agrária para uma comunidade industrializada.

Trouxemos também algumas discussões relativas ao *ethos* discursivo de Monteiro Lobato. Assim é que registramos uma interação de diversos fatores, como o *ethos* prévio, o *ethos* discursivo (mostrado), e também de partes do texto em que o enunciador evoca a sua própria enunciação (*ethos* dito). Tudo isso revela a imagem de Monteiro Lobato, uma figura socialmente articulada no engajamento do progresso econômico do país. Nesse sentido, o *ethos* é uma noção discursiva que se constrói por meio do discurso, ou seja, é uma imagem na qual o texto revela uma forma de dizer associada à maneira de ser do locutor.

No prefácio de *A luta pelo petróleo*, depreendemos o *ethos* prévio do enunciador competente e legítimo para falar do assunto, visto que os prefaciadores são personalidades já conhecidas e que circulam no meio intelectual, científico ou técnico. Em seguida, levamos em conta os momentos em que Monteiro Lobato evoca a sua própria enunciação, isto é, a imagem discursiva que ele construía através do *ethos* dito. *O escândalo do petróleo* foi, mais tarde, prefaciado por Caio Prado (1956), que destacou o perfil de economista do escritor. De outra forma, no âmbito discursivo da obra *O poço do Visconde*, o escritor apresenta um *ethos* didático e ilustrativo sobre a prospecção petrolífera. Nesse contexto, o cenário do sítio de Dona Benta é a metáfora que projeta o Brasil. Assim, é possível interpretar um tom professoral e didático, característico do livro infantil.

O *ethos* revelou importantes contribuições para a imagem discursiva: além de influir na construção da fortuna crítica do autor, também mostrou a importância de conhecer os estereótipos que modelam o discurso do enunciador.

Considerando o autor no universo discursivo, constatamos que não se trata apenas de uma forma de apresentar o mundo ficcional, mas de configurar a cena de fala que é, ao mesmo tempo, a condição e o produto dessa enunciação. Em geral, a autoria no campo literário não é definida exclusivamente pelo que se escreve, mas, sobretudo, por quem escreve o texto. Assim, examinamos a obra que pertence a um campo literário por estar associada à imagem de um autor socialmente reconhecido, o que torna o discurso legítimo naquele gênero.

Observamos que, no discurso, o nome de Monteiro Lobato tem pouco a ver com o indivíduo real: antes, caracteriza o modo de ser singular de um texto.

Também examinando o papel de Monteiro Lobato, verificamos que é possível considerar a função autor, relacionada a uma regência do saber. Em *A luta pelo petróleo*, de Essad Bey, a figura do prefaciador Monteiro Lobato age como uma marca distintiva no livro. Já naquela época, Lobato assumia a condição de *auctor*, reconhecido na literatura infantil em decorrência da publicação de uma série de livros ambientados no *Sítio do Picapau Amarelo*. Destacou-se na função de jornalista de O Estado de S. Paulo, bem como na publicidade da campanha do Biotônico Fontoura. Em razão das projeções literárias de *Urupês*, *Cidades mortas* e *Negrinha*, bem como de suas polêmicas,

o intelectual era alvo de debates tanto nos círculos literários quanto na imprensa, como no singular caso da exposição de Anita Malfatti, em 1917.

Devido às campanhas, às conferências, aos artigos nos jornais e às repercussões de seus embates com o Ministro da Agricultura e com o próprio Presidente da República, o nome de Monteiro Lobato está estritamente associado à obra *O escândalo do petróleo*, tornando-se reconhecido por um determinado grupo (LOBATO, 1956). Assim, essa atividade se distingue de outras, posto que terceiros falam dele e, dessa forma, é consolidada a sua imagem de autor. Além disso, Lobato publica textos que são constantemente reeditados, razão pela qual o qualificam como *auctor*, não bastasse as suas obras estarem reunidas em *Opus (Obras completas de Monteiro Lobato – 30 volumes / Editora Brasiliense)*, reunindo prefácios, entrevistas, cartas, entre outros textos.

Assim, o nome de Lobato implica um modo de ser do livro *O poço do Visconde*. Em 1937, não se tratava de um livro qualquer lançado ao mercado, posto que a obra trazia a chancela de um autor individualizado na época, tanto ao público adulto quanto ao público infantil. No mais, Lobato fazia dupla com Belmonte, um renomado ilustrador e cartunista que atuava na imprensa daquele tempo. Temos, desse modo, o volume da série *Sítio do Picapau Amarelo*, que então contava com um público já formado, supondo, assim, que o leitor receberia o texto enquadrado num espaço ficcional preestabelecido – fato este que determina a forma de ler o texto. Nesse sentido, não há separação entre *O poço do Visconde* e Monteiro Lobato, pois o próprio texto permite a legitimidade do autor.

Consideramos a questão do discurso e da prática discursiva como categoria de análise discursiva. Verificamos que as formações discursivas das obras analisadas de Monteiro Lobato aparecem indissociáveis das comunidades que as produzem e difundem. Por conta de marcas discursivas diversas, o enunciador destaca uma forma de ação social.

Constatamos que certo uso da língua significa ser participante de determinada atividade discursiva. Nesse sentido, as comunidades discursivas produzem o modo de relevância e difusão dos discursos. Assim, Lobato, por meio das obras, produz uma forma de ação, considerando regras determinadas no tempo e no espaço.

O prefácio de *A luta pelo petróleo* instaura o tema de forma sistemática na cultura brasileira. Inicia-se, então, uma luta travada por Monteiro Lobato, aliado a uma minoria de investidores que já estavam conscientes do valor que o petróleo representava na dinâmica capitalista. Cumpre frisar que o modo de organização desses homens e de seus discursos são inseparáveis. No livro *O escândalo do petróleo*, Lobato desloca-se, por meio dos gêneros discursivos diversos, de certa forma camuflados pelo campo literário, para defender seus interesses de empresário. *O poço do Visconde*, por sua vez, traz para crianças o universo do petróleo. Nessa obra há lições de Geologia e geofísica para explicar as técnicas de perfuração dos poços de petróleo. Terminados os estudos, os personagens do sítio já estão capacitados para a atividade industrial.

Em síntese, a Análise do Discurso contribuiu para compreender as referidas obras de Monteiro Lobato, que são as instâncias que validam o seu discurso. A aplicação dos conceitos da paratopia, da interdiscursividade, das cenas de enunciação, do *ethos* discursivo, da autoralidade e da prática discursiva, em obras distintas, mostrou-nos que existe uma relação que marca a característica das obras em questão. Por isso, não basta analisar cada palavra escrita no livro, mas, principalmente, compreender a relação desse conteúdo em determinada conjuntura social e histórica. Até porque, muitas vezes, o sentido da análise não aparece destacado no texto, mas é depreendido no processo de enunciação, no qual o discurso está ancorado.

## REFERÊNCIAS

AMOSSY, Ruth. **Imagens de si no discurso: a construção do *ethos***. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2016.

\_\_\_\_\_. **L'argumentation dans le discours**. Paris: Armand Colin, 2014.

ARRUDA, José Jobson de A.; PILETTI, Nelson. **Toda história**. 4. ed. São Paulo: Ática, 1996.

BASTOS, Pedro Paulo Zahluth. Ascensão e crise do projeto nacional desenvolvimentista de Getúlio Vargas. In: BASTOS, Pedro Paulo Zahluth; FONSECA, Pedro Cezar Sutra (Orgs.). **A Era Vargas: desenvolvimento, economia e sociedade**. São Paulo: Unesp, 2012.

BEY, Essad. **A luta pelo petróleo**. Tradução e prefácio: Monteiro Lobato. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1936.

BOSI, Alfredo. **História concisa da literatura brasileira**. São Paulo: Cultrix, 1970.

BRASIL. Presidência da República. Portal do Palácio do Planalto. **O petróleo no Brasil**. Disponível em: <<http://blog.planalto.gov.br/o-petroleo-no-brasil/>>. Acesso em: 25 fev. 2016.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. Getúlio Vargas: o estadista, a nação e a democracia. In: BASTOS, Pedro Paulo Zahluth; FONSECA, Pedro Cezar Sutra (Orgs.). **A Era Vargas: desenvolvimento, economia e sociedade**. São Paulo: Unesp, 2012.

CANGUILHEM, Georges. **Meio e normas do homem no trabalho**. Revista Pro-posições, v. 12, n. 2-3, p. 109-21, jul.-nov. 2001.

CAVALHEIRO, Edgar. **Monteiro Lobato: vida e obra**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1955.

CARVALHO, Leandro. **Cartéis, trustes e *holdings***. Disponível em: <<http://historiadomundo.uol.com.br/idade-contemporanea/carteis-trustes-e-holdings.htm>>. Acesso em: 28 mai. 2017.

CHARAUDEAU, Patrick. **O discurso político**. Trad. Fabiana Komesu e Dilson Ferreira da Cruz. São Paulo: Contexto, 2008.

CHARAUDEAU, Patrick; MAINGUENEAU, Dominique. **Dicionário de análise do discurso**. São Paulo: Contexto, 2008.

CHIARADIA, Kátia. **Ao amigo Franckie, do seu Lobato: estudo da correspondência entre Monteiro Lobato e Charles Franckie (1934-37) e sua presença em *O escândalo do petróleo* (1936) e *O poço do Visconde* (1937)**.

2008. 439 f. Dissertação (Mestrado em Teoria e História Literária) – Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, Campinas.

\_\_\_\_\_. O poço do Visconde: o faz de conta quase de verdade. In: LAJOLO, Marisa; CECCANTINI, João Luís (Orgs.). **Monteiro Lobato livro a livro**: obra infantil. São Paulo: UNESP, 2008.

DURAFFOURG, Jacques; DURRIVE, Louis. O trabalho e o ponto de vista da atividade. In: SCHWARTZ, Yves; DURRIVE, Louis (Orgs.). **Trabalho e ergologia**: conversas sobre a atividade humana. Niterói: EdUFF, 2010.

DURRIVE, Louis. **A atividade humana, simultaneamente intelectual e vital**: esclarecimentos complementares de Pierre Pastré e Yves Schwartz. Revista Trabalho, Educação e Saúde, Rio de Janeiro, v. 9, supl. 1, p. 47-67, 2011.

DURRIVE, Louis; SCHWARTZ, Yves. **Glossário de ergologia**. Trad.: Liliانا Cunha e Marianne Lacomblez. Laboreal, v. 4, n. 1, p. 23-8, 2008. Disponível em: <[http://laboreal.up.pt/files/articles/2008\\_07/pt/23-28pt.pdf](http://laboreal.up.pt/files/articles/2008_07/pt/23-28pt.pdf)>. Acesso em: 15 mai. 2017.

FAÏTA, Daniel. A linguagem como atividade: uma conversa entre Daniel Faïta, Christine Noël e Louis Durrive. Trad.: Maria da Glória di Fanti e Maristela França. In: SCHWARTZ, Yves.; DURRIVE, Louis (Orgs.). **Trabalho e ergologia**: conversas sobre a atividade humana. Niterói: EdUFF, 2010.

FAUSTO, Boris. A Revolução de 1930. In: MOTA, Carlos Canguilhem (Org.). **Brasil em perspectiva**. 11. ed. São Paulo: EdUSP, 1980.

\_\_\_\_\_. **História concisa do Brasil**. 2. ed. São Paulo: EdUSP, 2006.

\_\_\_\_\_. **História do Brasil**. 13. ed. São Paulo: EdUSP, 2010.

FEUCHTWANGER, Léon. **Beaumarchais, Benjamin Franklin et La naissance des États-Unis**. Trad.: Pierre SABATIER. Genève: Libraire Slatkine/Paris: Libraire Champion, 1977.

FORD, Henry. **Minha vida e minha obra**. Trad.: Silveira Bueno. São Paulo: Companhia Graphico/Editora Monteiro Lobato, 1925.

FOUCAULT, Michel. A escrita de si. In: **O que é um autor?** Trad.: Antônio Fernando Cascais e Edmundo Cordeiro. Portugal: Veja/Passagens, 1992.

GINZBURG, Carlo. **O queijo e os vermes**: o cotidiano e as ideias de um moleiro perseguido pela Inquisição. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

GOOGLE INC. **Google Acadêmico**. Disponível em: <<https://scholar.google.com.br/>>. Acesso em: 26 mai. 2017.

GUIMARÃES, JOSIAS LUIZ. **Será o petróleo nosso mesmo?** É preciso mobilização contra os preços abusivos. Diário da Manhã de 12/02/2016.

Disponível em: <<http://www.dm.com.br/opiniaio/2016/02/sera-o-petroleo-nosso-mesmo.html>>. Acesso em: 26 mai. 2017.

HALLEWELL, Laurence. **O livro no Brasil e sua história**. São Paulo: EdUSP, 2005.

KUBASKI, Derek. **O caipira criado por Monteiro Lobato**: experiência do escritor com a roça o levou a inventar em 1914 o personagem Jeca Tatu, um caipira preguiçoso que mais tarde se tornou representante do povo sofrido. Publicado em 04/05/2012. Disponível em: <<http://www.gazetadopovo.com.br/vida-e-cidadania/o-caipira-criado-por-monteiro-lobato-2pqq5m4brntt1m0yvjvhyhyczy>>. Acesso em: 29 mai. 2017.

LAJOLO, Marisa. **Monteiro Lobato & Isaac Goldberg**: a América Latina na América do Norte. Remate de males, Campinas, v. 30, n. 2, p. 293-310, jul.-dez. 2010.

\_\_\_\_\_. **Monteiro Lobato livro a livro**: obra adulta. São Paulo: Editora Unesp, 2014.

LAJOLO, Marisa; CACCANTINI, João Luís. **Monteiro Lobato livro a livro**: obra infantil. São Paulo: Unesp, 2008.

LAJOLO, Marisa; ZILBERMAN, Regina. **A formação da leitura no Brasil**. São Paulo: Ática, 1996.

\_\_\_\_\_. **Literatura infantil brasileira**: história & histórias. 2. ed. São Paulo: Ática, 1985.

LEITE, Carlos Willian. **A última entrevista de Monteiro Lobato**. Publicada em 08/07/2012. Disponível em: <<http://acervo.revistabula.com/posts/web-stuff/a-ultima-entrevista-de-monteiro-lobato>>. Acesso em: 27 mai. 2017.

LOBATO, Monteiro. **América**. São Paulo: Globo, 1932/2009.

\_\_\_\_\_. **Mister Slang e o Brasil**. São Paulo: Globo, 1927/2008.

\_\_\_\_\_. **O escândalo do petróleo e ferro**. 8. ed. São Paulo: Brasiliense, 1936/1956.

\_\_\_\_\_. **O poço do Visconde**. Ilustrações: Osnei e Hector Gomez. Ed. comentada. São Paulo: Globo, 2010.

\_\_\_\_\_. **O poço do Visconde**. São Paulo: Brasiliense, 1937/2010.

\_\_\_\_\_. **O presidente negro**. 2. ed. São Paulo: Globo, 1926/2009.

\_\_\_\_\_. Prefácio. In: BEY, Essad. **A luta pelo petróleo**. Trad.: Monteiro Lobato. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1935/1937.

\_\_\_\_\_. **Prefácios e entrevistas.** Obras completas de Monteiro Lobato. São Paulo: Brasiliense, 1959.

MAINGUENEAU, Dominique. **Análise de textos de comunicação.** Trad.: Cecília Souza-e-Silva e Décio Rocha. São Paulo: Cortez, 2008b.

\_\_\_\_\_. **Analyser les textes de communication.** Paris: Dunod, 1998.

\_\_\_\_\_. **Cenas da enunciação.** São Paulo: Parábola, 2006/2008c.

\_\_\_\_\_. **Discours et analyse du discours.** Armand Colin, 2014.

\_\_\_\_\_. **Discurso literário.** Trad.: Adail Sobral. São Paulo: Contexto, 2006.

\_\_\_\_\_. **Doze conceitos em análise do discurso.** Trad.: Adail Sobral. In: POSSENTI, Sírio; PÉREZ SOUZA-E-SILVA, Maria Cecília (Orgs.). São Paulo: Parábola, 2010.

\_\_\_\_\_. **Gênese dos discursos.** Trad.: Sírio Possenti. São Paulo: Parábola Editorial, 2008a.

\_\_\_\_\_. **Genèses du discours.** Paris: Pierre Mardaga, 1984.

\_\_\_\_\_. **O contexto da obra literária.** Trad.: Marina Appenzeller. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

MICHAELIS. **Moderno Dicionário da Língua Portuguesa.** São Paulo: Melhoramentos, 1998.

NOUROUDINE, Abdallah. In: SCHWARTZ, Yves; DURRIVE, Louis (Orgs.). **Trabalho e ergologia:** conversas sobre a atividade humana. Niterói: EdUFF, 2010.

\_\_\_\_\_. **O trabalho:** estratégia de crescimento e de redução da pobreza nos Comores. *Laboreal*, v. 4, n. 1, p. 29-38, jul. 2008. Disponível em: <[http://laboreal.up.pt/files/articles/2008\\_07/pt/29-38pt.pdf](http://laboreal.up.pt/files/articles/2008_07/pt/29-38pt.pdf)>. Acesso em: 15 mai. 2017.

NUNES, Cassiano. **Monteiro Lobato:** o editor do Brasil. Rio de Janeiro: Contraponto: Petrobras, 2000.

ORLANDI, Eni de Lourdes Puccinelli. **O que é linguística.** 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 2009.

PÉCAULT, Daniel. **Os intelectuais e a política no Brasil:** entre o povo e a nação. Trad.: Maria Júlia Goldwasser. São Paulo: Ática, 1990.

PLANTIN, Christian. **A argumentação:** história, teorias e perspectivas. Trad.: Marcos Marcionilo. São Paulo: Parábola, 2008.

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE CAMPINAS. **Sistema de Bibliotecas e Informações**. Disponível em: <<https://www.puc-campinas.edu.br/biblioteca/>>. Acesso em: 26 mai. 2017.

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO. **Sistema de Bibliotecas**. Disponível em: <<http://www.pucsp.br/biblioteca>>. Acesso em: 26 mai. 2017.

POSSENTI, Sírio. **Questões para analistas do discurso**. São Paulo: Parábola, 2009.

PRADO JÚNIOR, Caio. Prefácio. In: LOBATO, Monteiro. **O escândalo do petróleo e ferro**. 8. ed. São Paulo: Brasiliense, 1936/1956.

RAMANZINI, Isis Cristina. **Cecília Meireles e os problemas da literatura infantil: uma abordagem discursiva**. 2012. 98 f. Dissertação (Mestrado em Linguística Aplicada e Estudos da Linguagem) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo. Disponível em: <<https://sapientia.pucsp.br/bitstream/handle/13600/1/Isis%20Cristina%20Ramanzini.pdf>>. Acesso em: 24 mai. 2017.

SCHWARTZ, Yves. **Circulações, dramáticas, eficácias da atividade industrial**. Trabalho, Educação e Saúde, v. 2, n. 1, p. 33-55, 2004. Disponível em: <<http://www.revista.epsjv.fiocruz.br/upload/revistas/r61.pdf>>. Acesso em 05 mai. 2015.

SCHWARTZ, Yves.; DURRIVE, Louis (Orgs.). **Trabalho e ergologia: conversas sobre a atividade humana**. Niterói: EdUFF, 2010. (Original publicado em 2003.)

SEGALL, Grant. **John D. Rockefeller: anointed with oil**. Oxford: Oxford University Press, 2000.

SINGER, Paul. Interpretação do Brasil: uma experiência histórica de desenvolvimento. In: FAUSTO, Boris (Org.). **História geral da civilização brasileira: o Brasil Republicano**. 2. ed. São Paulo: Difel, 1986.

SOUZA-E-SILVA, Maria Cecília P. Discursividade e espaço discursivo. In: FIGARO, Roseli (Org.). **Comunicação e análise do discurso**. 1. ed. São Paulo: Contexto, 2012, p. 99-118.

TAYLOR, Frederick. **Princípios da administração científica**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 1960.

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO. **Sistema Integrado de Bibliotecas**. Disponível em: <<http://www5.usp.br/pesquisa/bibliotecas/>>. Acesso em: 26 mai. 2017.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS. **Sistema de Bibliotecas**. Disponível em: <<http://www.sbu.unicamp.br/portal2/>>. Acesso em: 26 mai. 2017.

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA JÚLIO DE MESQUITA FILHO. **Repositório Institucional**. Disponível em: <<http://unesp.br/portal#!/cgb>>. Acesso em: 26 mai. 2017.

UNIVERSITÉ PARIS-SORBONNE. **Bibliothèque Interuniversitaire de la Sorbonne**. Disponível em: <<https://www.biu.sorbonne.fr/biu/>>. Acesso em: 26 mai. 2017.

VICTOR, Mario. **A batalha do petróleo brasileiro**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1970.

VIEGAS, Moacir Fernando. **Histórico e conceitos da ergologia**: entrevista com Yves Schwartz. Revista Reflexão e Ação, v. 21, n. 1, 2013.